



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades

Mauro de Lima Gomes

**Políticas públicas e o fórum de comunidades tradicionais: o bem viver no Quilombo do Campinho da Independência, Paraty - RJ**

Rio de Janeiro

2022

Mauro de Lima Gomes

**Políticas públicas e o fórum de comunidades tradicionais: o bem viver no  
Qiolombo do Campinho da Independência, Paraty - RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes, Mauro de Lima.  
Políticas Públicas e o fórum de comunidades tradicionais: o bem viver no Quilombo do Campinho da Independência, Paraty – RJ / Mauro de Lima Gomes. – 2022.  
195 f.

Orientador: Zacarias Jeagger Gama.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Saúde – Teses. 3. Quilombolas – Teses. I. Gama, Zacarias, Jeagger Gama. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37.016

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Mauro de Lima Gomes

**Políticas públicas e o fórum de comunidades tradicionais: o bem viver no  
Quilombo do Campinho da Independência, Paraty - RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama (Orientador)

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. (Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>.) Denise Barata

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Edmundo de Almeida Gallo

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise de Oliveira e Silva

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Nancy de Lima Gomes e Henrique Gomes (*in memoriam*) que sempre incentivaram a educação de seus filhos e certamente estariam felizes com essa conquista de seu filho!

Aos amigos que conheci no Quilombo do Campinho da Independência e que nos deixaram precocemente por problemas de saúde Tania Santos Chavier e Sinei Barreiros Martins (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Zacarias Gama pela paciência e compreensão com os momentos difíceis da pandemia que passamos, aos amigos João Cesar de Souza Antunes e Alessandra Bortoni Ninis pela escuta e trocas durante a elaboração do trabalho, a Ariane Rosa Martins jovem liderança quilombola que aplicou os questionários junto aos moradores do Quilombo do Campinho, aos professores do PPFH pelos ensinamentos e convívio fraterno nessa importante etapa de vida, aos colegas do doutorado pelo companheirismo e a minha família – Lília minha companheira e Rachel e Beatriz filhas queridas pelas ausências e distanciamentos em vários momentos nesse período.

Aos amigos do FCT pelo convívio, amizades e rico aprendizado de vida.

## RESUMO

GOMES, Mauro de Lima. **Políticas Públicas e o Fórum de Comunidades Tradicionais: O Bem Viver no Quilombo do Campinho da Independência, Paraty – RJ. 2022. 195 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.**

Esse trabalho pretende avaliar como a saúde através da PNSIPCFA e o desenvolvimento através da PNDPCT contribuem para disseminar o Bem Viver nas comunidades tradicionais da região da Bocaina- RJ, a partir da ótica do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT.

Busca compreender como essas políticas podem contribuir para o Bem Viver dessas comunidades, mesmo em períodos de retração das políticas públicas afirmativas, onde o movimento social consegue estabelecer estratégias e parcerias para impulsionar outras iniciativas de fortalecimento de suas redes locais e formas de organização solidária e emancipadoras para a garantia dos seus modos de vida e processos de gestão e desenvolvimento.

O estudo foi realizado no Quilombo do Campinho da Independência em Paraty e traz a atuação do FCT e da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC no contexto da Epidemia da Covid 19 e de gestão do governo federal francamente contraria as lutas e reivindicações das populações tradicionais. Diante desse momento histórico adverso, diferentes iniciativas e formas de organização ganharam importância a partir do movimento social respaldadas nas políticas públicas existentes.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Saúde. Comunidades tradicionais. Organização social. Quilombolas. Bem viver.

## ABSTRACT

GOMES, Mauro de Lima. **Public Policies and the Forum of Traditional Communities:** Good Living in Quilombo do Campinho da Independência, Paraty – RJ. 2022. 195 f. Thesis (Doctorate in Public Policy and Human Training) - Faculty of Education, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This work intends to evaluate how health through the PNSIPCFA and development through the PNDPCT contribute to the dissemination of Good Living in the traditional communities of the Bocaina-RJ region, from the perspective of the Forum of Traditional Communities of Angra dos Reis, Paraty and Ubatuba - FCT. It seeks to understand how these policies can contribute to the Good Living of these communities, even in periods of retraction of affirmative public policies, where the social movement manages to establish strategies and partnerships to promote other initiatives to strengthen their local networks and forms of solidarity and emancipatory organization. to guarantee their way of life and management and development processes.

The study was carried out at Quilombo do Campinho da Independência in Paraty and brings the performance of FCT and the Association of Residents of Quilombo do Campinho- AMOQC in the context of the Covid 19 Epidemic; and the management of the federal government, openly contrary to the struggles and claims of the traditional populations. In face of this adverse historical moment, different initiatives and forms of organization acquired importance derived from the social movement supported by existing public policies.

Keywords: Políticas públicas. Saúde. Comunidades tradicionais. Organização social. Quilombolas. Bem viver.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Região da Bocaina, municípios e comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas .....	79
Figura 2	Mapa do sítio misto da Unesco .....	80
Figura 3	Microrregião do Carapitanga .....	81
Figura 4	Casa de Artesanato do Quilombo do Campinho.....	93
Figura 5	Restaurante do quilombo do Campinho .....	95
Figura 6	Troca entre de alimentos entre o Quilombo do Campinho e a Comunidade Caiçara de Trindade.....	98

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais .....	30
Quadro 2	Núcleos familiares do Quilombo do Campinho .....	83
Quadro 3	Produtos cultivados no Quilombo do Campinho .....	90
Quadro 4	Materiais utilizados no artesanato no Quilombo do Campinho .....	94
Quadro 5	Culinária tradicional do Quilombo do Campinho da Independência .....	96
Quadro 6	Ervas medicinais em uso no Quilombo do Campinho da Independência .....	97
Quadro 7	Relação dos atores sociais estratégicos com relação direta com o Campinho da Independência .....	104
Quadro 8	Matriz de Análise de Efetividade das políticas públicas PNPCT e PNSIPCFA no Quilombo do Campinho .....	107
Quadro 9	Força de trabalho do OTSS .....	140

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1	Idade dos respondentes do questionário no Quilombo do Campinho, 2020 .....	107
Gráfico 2	Idade dos respondentes do questionário no Quilombo do Campinho, 2020 .....	108
Gráfico 3	Área de atuação dos respondentes no Quilombo do Campinho, 2020 .....	109
Gráfico 4	Profissão dos respondentes do Quilombo do Campinho, 2020 .....	109
Gráfico 5	Avaliação da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC .....	110
Gráfico 6	Ano de instituição da AMOQC .....	111
Gráfico 7	Percepção sobre a relação entre a PNPCT e o Quilombo do Campinho .....	112
Gráfico 8	Avaliação do grau de importância da PNPCT para o Quilombo do Campinho .....	113
Gráfico 9	Avaliação da importância da PNPCT para a formação de lideranças no Quilombo do Campinho .....	113
Gráfico 10	Avaliação do impacto da PNPCT para a autonomia social, política e cultural Quilombo do Campinho .....	115
Gráfico 11	Avaliação do impacto da PNPCT para a visibilidade do movimento negro e do Quilombo do Campinho .....	116
Gráfico 12	Avaliação da qualidade de vida no Quilombo do Campinho .....	117
Gráfico 13	Reconhecimento dos equipamentos de saúde existentes no Quilombo do Campinho .....	117
Gráfico 14	Reconhecimento da Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho .....	118
Gráfico 15	Percepção sobre o número de famílias atendidas pela Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho .....	118
Gráfico 16	Percepção sobre a dinâmica do atendimento da Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho .....	119

Gráfico 17	Percepção sobre a sensibilidade dos profissionais de saúde em relação às especificidades culturais da comunidade .....	120
Gráfico 18	Principais desafios relacionados ao acesso à saúde no Quilombo do Campinho .....	121
Gráfico 19	Percepção sobre a participação do Quilombo do Campinho no planejamento municipal de saúde .....	122
Gráfico 20	Avaliação da participação do Quilombo do Campinho em espaços de discussão sobre políticas de saúde .....	122
Gráfico 21	Conhecimento de programas e ações de educação em saúde no Quilombo do Campinho .....	123
Gráfico 22	Percepção sobre a melhora/piora do atendimento à saúde no Quilombo do Campinho .....	124
Gráfico 23	Percepção sobre a qualidade da saúde infantil no Quilombo do Campinho .....	125
Gráfico 24	Percepção sobre a qualidade da saúde da mulher no Quilombo do Campinho .....	125
Gráfico 25	Percepção sobre a qualidade da saúde do trabalhador no Quilombo do Campinho. ....	126
Gráfico 26	Percepção sobre a qualidade da saúde do idoso no Quilombo do Campinho .....	126
Gráfico 27	Percepção sobre a qualidade do saneamento básico no Quilombo do Campinho .....	127
Gráfico 28	Percepção sobre a qualidade da segurança alimentar no Quilombo do Campinho .....	129
Gráfico 29	Percepção sobre representatividade da AMOQC em Conselhos Municipais .....	130
Gráfico 30	Percepção sobre a importância do FCT para o Quilombo do Campinho .....	130
Gráfico 31	Percepção sobre os benefícios do FCT para o Quilombo do Campinho .....	131
Gráfico 32	As políticas públicas ajudam a promover o bem-viver no Quilombo do Campinho .....	133

Gráfico 33	Conhecimento acerca do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina .....	134
Gráfico 34	Reconhecimento acerca do papel do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina na promoção do bem-viver no Quilombo do Campinho .....	134
Gráfico 35	Reconhecimento da importância das ações do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina para o Quilombo do Campinho .....	135

## LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AMOQC	Associação de Moradores do Quilombo do Campinho
ACQUILERJ	Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
CBH-BIG	Comitê de Bacia Hidrográfica da Bahia da Ilha Grande
CGY	Coordenação Geral da Comissão Guarani Yvyrupa
CONAPA	Conselho Gestor da Apa Cairuçu
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONASEMS	Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde
CNCTC	Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras
CNPCT	Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DAGEP	Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ESF	Estratégia Saúde da Família
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDACO	Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMC/Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MNU	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPEDIF	Núcleo de Estudos sobre Educação Diferenciada do Colégio Pedro II
OBTEIA	Observatório de Saúde das Populações do Campo, Floresta e das Águas – Teia de Saberes e Práticas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas
PPFH	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RIA-TSDS	Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde
RTDI	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAP	Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade

	Racial
SGEP	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
TEVAP	Tanque de Evapotranspiração
UDR	União Democrática Ruralista
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
VER-SUS	Programa Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde
VPAAPS	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
1	<b>CATEGORIAS INICIAIS QUE SE DESTACAM</b> .....	43
2	<b>OS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS</b> .....	47
2.1	<b>Situando a questão quilombola no brasil</b> .....	49
2.2	<b>As lutas do Movimento Negro</b> .....	51
2.3	<b>Breve apresentação sobre a comunidade do Quilombo do Campinho da Independência</b> .....	58
2.4	<b>O fórum de comunidades tradicionais (FCT)</b> .....	62
2.4.1	<u>Histórico de sua constituição e as principais linhas de atuação</u> .....	62
2.5	<b>AS políticas públicas como instrumentos de justiça socioambiental para o FCT</b> .....	72
2.6	<b>As ações do Fct e sua interface com as políticas públicas ....</b>	74
2.7	<b>Perspectivas de ações futuras do FCT em relação as duas políticas</b> .....	76
3	<b>PESQUISA DE CAMPO</b> .....	78
3.1	<b>A microrregião do Carapitanga</b> .....	78
3.2	<b>Caracterização do Quilombo do Campinho da Independência</b> .....	81
3.2.1	<u>Conflitos, lutas e resistência</u> .....	85
3.2.2	<u>Economia, cultura e modos de vida</u> .....	87
3.2.3	<u>Educação e cultura</u> .....	99
3.2.4	<u>A AMOQC e sua importância política</u> .....	102
4	<b>AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO QUILOMBO DO CAMPINHO</b> .....	106
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142
	<b>ANEXOS</b> .....	150

## INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando nesses últimos três anos dois fatores que estão influenciando diretamente o modo de vida das populações tradicionais no Brasil e que impactaram diretamente o trabalho desenvolvido junto ao Quilombo do Campinho da Independência em Paraty – RJ: a pandemia de Covid-19 e a atual gestão do governo federal.

A pandemia de Covid-19, que atinge vários continentes com números alarmantes de óbitos e pessoas adoecidas, gerou uma pressão absurda em relação aos serviços de saúde do mundo todo. No Brasil não foi diferente atingindo a marca de mais de 650 mil óbitos no país inteiro e pressionando de forma significativa o Sistema Único de Saúde, que mesmo atravessando problemas crônicos de desinvestimento por conta das pressões neoliberais de ajustes econômicos, soube dar a sua resposta e contribuição a população brasileira.

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) preocupado com os impactos da pandemia, desenvolveu a Campanha Preservar é Resistir, onde foram realizadas várias ações no sentido de garantir a segurança alimentar das populações tradicionais. No Quilombo do Campinho, a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) atuou na forma de identificação das pessoas adoecidas, no isolamento social da comunidade e na participação efetiva na referida Campanha em coerência com o destaque que essa associação possui junto ao FCT onde é parte constituinte e de grande influência e participação.

A campanha foi realizada em duas fases, sendo a primeira em 2020 e que foi caracterizada por ações nos territórios tradicionais visando o fortalecimento da alimentação das comunidades e o incentivo à economia solidária através da compra de produtos agroecológicos e de pescado produzidos por elas. Foram realizadas ações de educação em saúde, através de informações sobre os cuidados de saúde e distribuição de materiais de higiene e de proteção sanitária e foi oferecido também apoio jurídico nas ações de barreiras sanitárias feito pelas comunidades, além do apoio na organização das associações locais.

Na segunda etapa, o Fórum Comunidades Tradicionais (FCT), junto com o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS) e demais parcerias, retoma o trabalho e amplia o território de atuação, continuando com a perspectiva de

promoção da segurança alimentar, sanitária e social, buscando fortalecer a economia solidária e a promoção da autonomia das comunidades tradicionais.

A pandemia trouxe também a necessidade do isolamento das comunidades tradicionais como medida de proteção, uma vez que a estratégia básica de enfrentamento da Covid-19, que é a vacinação de toda a população, demorou a ser iniciada no país, por conta das posturas protelatórias do governo federal independente da vontade e esforço de estados e municípios.

Esse isolamento social afetou diretamente as comunidades tradicionais e o Quilombo do Campinho da Independência havendo repercussão direta nas diferentes atividades realizadas, como o funcionamento de seu restaurante e as ações culturais que não puderam ser desenvolvidas, o que trouxe a necessidade da realização de diferentes formas de apoio social para suprir essas dificuldades, onde se destaca a referida Campanha Preservar é Resistir.

A atual gestão do governo federal é o outro fator a ser salientado, pois conforme apontado ainda na campanha eleitoral, as ações que estavam sendo desenvolvidas por governos anteriores em relação as “minorias” e as populações tradicionais seriam revistas.

Isso de fato ocorreu em diferentes direções como ficaram evidentes nos retrocessos em relação a Fundação Palmares e aos processos de titulação das comunidades quilombolas, nas mudanças ocorridas nas diferentes políticas públicas voltadas a essas populações, no enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela proteção ambiental e no projeto de “desenvolvimento” apresentado para a região que busca transformar a região na “Cancun brasileira” incentivando com isso profundas modificações que iram afetar essas populações de forma negativa.

Sobre esse último ponto, criação da “Cancun brasileira” algumas iniciativas diretas já estão em curso, como o projeto de duplicação da BR 101 e a tentativa de mudança na legislação ambiental vigente com a transferência para os municípios da responsabilidade do licenciamento ambiental, projeto esse de autoria da deputada estadual Célia Jordão de Angra dos Reis, aliada da família Bolsonaro, e que se encontra na fase de audiências públicas e discussão na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Essa situação de crise sanitária e política afetaram diretamente à execução dessa pesquisa, seja por dificuldades de acesso à comunidade, respeitando as

normas de isolamento social, seja pela dinâmica política local e nacional que dificulta o diálogo com as prefeituras no que concerne ao desenvolvimento sustentável de populações quilombolas.

O processo de investigação é um desafio de sucessivos estágios, em que, num primeiro momento, a aparência de um fenômeno não revela a sua essência necessitando de várias aproximações para o seu desvendamento (Kosik, 1976).

Tendo esse pensamento como bússola para tentar perceber determinada “realidade” é que inicio a reflexão sobre como “entender” políticas públicas que incidem sobre populações tradicionais em nosso país, mais especificamente os quilombolas e a partir de sua própria ação efetiva de lutas por políticas e direitos.

Esse olhar de entendimento das políticas públicas foi realizado a partir da busca da percepção de como essas políticas são vivenciadas e sentidas pelas populações tradicionais, no caso a Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência em Paraty, Rio de Janeiro.

As políticas selecionadas se relacionam com as condições de vida e formas de desenvolvimento sustentável e existência em seu próprio território e a participação que o próprio movimento social, no caso a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho e o Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina tiveram com a criação e avaliação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA).

Essas políticas têm como objetivo tirar da invisibilidade essas populações, promovendo o desenvolvimento sustentável em seus territórios. Mostram que essas populações têm necessidades específicas de saúde. Também promovem o caráter participativo na construção das políticas públicas. Essas políticas, que tinham um viés mais inclusivo e equitativo, foram criadas num momento favorável de políticas públicas progressistas que, nos últimos anos, vêm sendo atacadas pelo atual governo, com a fragilização de estruturas, paralização e extinção de muitas políticas focadas no desenvolvimento de territórios tradicionais.

A pesquisa foi realizada no Quilombo do Campinho da Independência no município de Paraty- RJ. O Quilombo do Campinho é reconhecido por seu protagonismo político no estado do Rio de Janeiro. Possui uma associação de moradores bastante ativa e participa de vários conselhos e fóruns municipais e

estaduais além de ter tido uma participação ativa na construção das políticas e avaliação da PNSIPCFA. O quilombo faz parte do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT tendo sido fundamental na criação do Fórum e na coordenação do Observatórios de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS.

A pesquisa não trata de políticas e populações quilombolas de forma geral, mas parte de uma experiência de vida profissional e afetiva onde a aproximação e o reconhecimento de lutas e ações concretas das populações quilombolas podem trazer reflexões sobre o papel que o movimento social tem na luta por políticas e afirmações de seus direitos.

Essa forte relação entre o meu trabalho e as políticas públicas é um traço marcante na minha trajetória profissional e acadêmica e da qual preciso demarcar determinadas concepções e suas consequentes posturas que busco trazer para o trabalho, e por isso que início essa descrição.

Desde os tempos de estudante de graduação, no final da década de 1980 me aproximo da discussão das políticas públicas, no caso a da própria constituição do Sistema Único de Saúde - SUS, ao qual tive oportunidade de participar da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi um marco para a sua constituição, em sua etapa regional no Rio de Janeiro como representante dos estudantes da UFRJ.

Ter vivenciado essa experiência acabou marcando definitivamente minha vida profissional, pois tive como objetivo, logo após minha formatura, atuar de forma intensa no Sistema Único de Saúde que estava sendo criado e vislumbrei a oportunidade pela missão institucional da Fundação Oswaldo Cruz de formar recursos humanos e gestores para o novo sistema de saúde que estava sendo criado.

Dessa forma, cursei de 1988 a 1990 a Residência Multiprofissional da Escola Nacional de Saúde Pública, que tinha como missão fundamental formar quadros dirigentes para o SUS que estava iniciando sua estruturação a partir da formação de sanitaristas. Encerrada essa formação tive oportunidade de realizar “dupla militância” no SUS e na Fiocruz onde conheci a recém-inaugurada Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, criada na gestão de Sérgio Arouca como presidente da Fiocruz tendo como missão principal formar recursos humanos de nível médio para o SUS.

Atuei então na ponta do SUS como sanitarista em secretarias municipais de saúde, primeiro a do Rio de Janeiro e depois a de Valença no interior do estado do Rio de Janeiro, nessas experiências profissionais como sanitarista e depois como coordenador de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária vivenciei intensamente o SUS, além de atuar como professor na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) de forma concomitante (20 horas em cada função).

No SUS foram diferentes experiências profissionais que permitiram conhecer a principal política de saúde do país de distintas posições, como técnico e posteriormente como gestor do SUS quando estive à frente da Secretaria Municipal de Saúde de Valença como secretário de saúde nos anos de 2001 e 2002.

Essa experiência foi marcante, pois enquanto gestor do SUS queria equilibrar a questão da atenção à saúde com as ações de promoção da saúde e na época não havia nenhuma política pública dentro do SUS que apoiasse as ações de promoção de forma mais efetiva obrigando a buscar formas de realizar inúmeras ações de promoção através da gestão complexa dos recursos da saúde sem a rubrica específica da “promoção”.

Somente em 2006 foi criada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e que trazia importantes mecanismos de financiamento para as ações de promoção dentro do SUS, embora ainda em quantidade e qualidade que mereciam um estudo e reflexão sobre o seu potencial.

Nesse sentido, pude em 2008 iniciar um processo de estudo dessa política pública no curso de mestrado que realizei no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) onde produzi a dissertação: “Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): potência de transformação ou política secundária? ”, além da oportunidade de realizar uma reflexão teórica tive a grata oportunidade de vivenciar a PNPS pela participação, como representante da Fiocruz no seu comitê gestor nos anos de 2014 e 2015.

Faço esse registro de experiência profissional para salientar a relação de vivenciar as políticas públicas e procurar o seu entendimento tanto de sua criação como de suas implementações e avaliação o que busco realizar nas vivências em que participo e agora no processo de doutorado onde essa relação se coloca de novo.

O trabalho na Fundação Oswaldo Cruz me possibilitou entrar em contato com uma iniciativa que acontecia no município de Paraty junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina, onde em 2012 foram desenvolvidas duas pesquisas orientadas por edital da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e posteriormente um Termo de Cooperação com essa mesma Fundação e a Fiocruz<sup>1</sup>.

Essas iniciativas e mais especificamente o Termo de Cooperação entre Fiocruz e Funasa possibilitou a constituição inicial do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) vinculado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fundação Oswaldo Cruz onde tive a oportunidade de atuar. Atualmente sou responsável pela coordenação de articulação político- institucional do OTSS, onde busco fazer a articulação das demandas do território de atuação do OTSS com a Fiocruz como um todo e suas diferentes unidades.

A coordenação geral do OTSS é realizada por pesquisador da Fiocruz e pelo coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina (FCT), além de ter uma direção colegiada da qual fazem partes as diferentes coordenações que congregam pesquisadores da Fiocruz e lideranças do FCT e que se reúnem mensalmente na sede do OTSS em Paraty.

O contato com o FCT na realidade já ocorre bem antes da constituição do OTSS, mais especificamente a partir de 2009 pelo acompanhamento do planejamento estratégico do Fórum realizado com o auxílio de pesquisadores da Fiocruz, entre os quais me incluo.

Essa ação de planejamento do Fórum possibilitou uma aproximação e construção de laços de confiança que permitiram ao grupo, integrantes do FCT e pesquisadores da Fiocruz, elaborar uma proposta de constituição do Observatório quando se estabeleceu a necessidade de construir um espaço de gestão compartilhada que favorecesse a estruturação de projetos do FCT em busca do alcance das estratégias desse movimento social (GALLO, 2018)

Dessa forma, o trabalho de planejamento articulado pelo OTSS permitiu que o Fórum definisse cinco eixos principais de trabalho: agroecologia, educação

---

<sup>1</sup> Territórios Sustentáveis, Promoção da Equidade e da Saúde em Comunidades Tradicionais do Mosaico da Bocaina; Territórios Sustentáveis e Saudáveis: implantação de sistema de tratamento de esgoto na comunidade Caiçara da Praia do Sono, localizada em Paraty, Rio de Janeiro. Ambas financiadas pelo Edital 2/2012 FUNASA/Observatório de Territórios Sustentáveis da Bocaina financiado pelos Termos de Cooperação entre FUNASA E FIOCRUZ TC nº 75/2013 e nº 75/2013.

diferenciada, turismo de base comunitária, fortalecimento do FCT e saneamento ecológico.

Hoje o Observatório se consolida internamente na Fiocruz tendo incorporado suas despesas de custeio e manutenção pela VPAAPS e com apoio da própria presidência da Fiocruz, dessa maneira a sustentabilidade do OTSS ganha envergadura não ficando dependente da renovação de termos de cooperação, embora eles sejam importantes na sua manutenção.

A implantação do OTSS e de outros projetos territorializados no âmbito da Fiocruz evidenciou o papel dessa instituição na realização de pesquisa-ação<sup>2</sup> que possibilite o enfrentamento dos desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável, incluindo a realização de pesquisas-ações que possibilitem a valorização do modo de vida das Comunidades Tradicionais e a busca por Justiça Socioambiental, através do entendimento dos modos de vida das comunidades e da relação desses modos de vida com o território de modo a fortalecer a luta pela garantia dos territórios pertencentes e de uso das Comunidades Tradicionais.

Desde 2018 o OTSS e a Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 realizam um projeto de avaliação e monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas comunidades tradicionais da Bocaina, projeto considerado estratégico no âmbito da Fiocruz e que elevou o OTSS a um papel central para o desenvolvimento das agendas territorializadas da Fiocruz. Portanto seu fortalecimento passou a ser de grande relevância para a VPAAPS e para a Presidência da Fiocruz. Isto se refletiu na necessidade de ampliação e fortalecimento do Observatório devido às crescentes ações territorializadas que vêm sendo realizadas no território da Bocaina. Deste modo, em agosto de 2020 foi instituída a PORTARIA Nº 5578 que cria o Programa de Desenvolvimento dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (Programa Bocaina), subordinado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS).

---

<sup>2</sup> A pesquisa-ação pressupõe uma relação entre pesquisador e objeto científico como parte da atuação prática do pesquisador e tem como fundamento a busca de conhecimento associada a um processo de atuação sobre a realidade. Maiores informações podem ser obtidas nos seguintes artigos: Engel Gl. Pesquisa-ação. Educar em Revista 16:181–191, Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2000, p 3–4; Ketele J, Roegiers X. Méthologie du recueil d'informations: fondements de méthodes d'observation de questionnaires, d'interviews et d'étude de documents, 2nd edn. De Boeck Université, Bruxelles, 1993; Thiollent, M. - Metodologia da pesquisa-ação. 112p. Cortez, São Paulo, 2006. ISBN: 9788524911705.

As pesquisas-ação desenvolvidas pelos pesquisadores do Observatório, por tratar-se de pesquisa envolvendo seres humanos e ser realizada em Unidade de Conservação, são submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP/ENSP) e teve parecer favorável em duas ocasiões sobre o número de registro 1.527.081 do Projeto de pesquisa “Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina” e número do Parecer 4.068.705 do “Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais Caiçaras, Indígenas e Quilombolas”.

A vivência com o FCT focaliza a realidade das populações tradicionais onde se percebe as dificuldades dessas populações de terem o reconhecimento que o “cidadão brasileiro” possui, assim como desperta o interesse de estudar as políticas públicas que incidem sobre as populações tradicionais e o protagonismo que o ator social local – o FCT – possui na luta por políticas e direitos.

Um dos direitos mais importantes para as populações tradicionais é o direito ao seu território, a possibilidade de continuar vivendo de forma sustentável onde sempre estiveram, mas isso não se expressa com facilidade no campo dos direitos e das políticas sendo um campo de tensão permanente dessas populações.

A garantia dos direitos das populações tradicionais em nosso país, em especial os quilombolas, ainda faz parte de uma luta histórica na qual se alternam períodos de expansão com outros de forte retração.

Essa deveria ser uma questão com avanços maiores dos que os observados visto a sua própria importância na constituição da nação brasileira, nomeadamente em relação ao enorme contingente da população negra que aqui chegou escravizada.

A história dessa população negra remete ao estudo e reflexão sobre o impacto que a escravidão teve no Brasil, último país no continente a acabar com esse flagelo, e a necessária compreensão do que isto significou historicamente e de como se reflete em nossa realidade contemporânea sendo necessário superar os mitos e visões correntes que diluem os conflitos históricos e atuais.

Nesse sentido, a observação de como os negros se organizaram a partir da resistência nos quilombos pode dar pistas para uma compreensão mais global da sua importância em nossa nação e nos respectivos direitos que os mesmos conquistaram ou que ainda necessitam conquistar num cenário de equidade e de reconhecimento de sua contribuição na constituição de nosso país.

Nos tempos atuais e no território da Bocaina, a vivência quilombola é marcante, tanto pelos quilombos existentes (Campinho e Cabral em Paraty; Bracuy em Angra dos Reis, ambos no Estado do RJ e Caçandoca, Itamambuca, Camburi e Fazenda em Ubatuba estado de SP), quanto pela sua organização através da reunião das comunidades tradicionais em um Fórum que busca o fortalecimento de suas lutas coletivas.

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) foi criado em 2007, em reunião com lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, no Quilombo do Campinho (Paraty-RJ) motivadas pelo conjunto de problemas e restrições vividos por essas comunidades e pela necessidade de juntar forças para mudar esse quadro. Outro fator de motivação foi o Decreto Federal 6040/2007<sup>3</sup> que instituiu a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que prevê fóruns regionais como instrumentos de implementação desse marco legal<sup>4</sup>.

O Fórum de Comunidades Tradicionais da Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) é formado por lideranças de diferentes etnias sendo importante ator social a desenvolver ações que reforçam direitos e modos de vida. Organiza-se a partir de núcleos para realizar o seu planejamento semestral havendo duas grandes reuniões ampliadas para a sua pactuação. Neste espaço, há um forte destaque das lideranças da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho - AMOQC na direção e condução das ações do FCT.

A atuação do FCT também se destaca por ações coletivas que são realizadas e que têm como objetivo principal discutir a realidade das comunidades tradicionais e buscar soluções para as suas questões mais prementes. Uma das situações mais urgentes diz respeito a questão do território das comunidades tradicionais e nesse sentido o FCT realizou dois movimentos para expor e discutir essa problemática no território e fora dele.

A criação e divulgação da “Campanha Preservar é Resistir” foi uma dessas iniciativas e está sendo feita de diferentes formas, mas seu ponto central foi um vídeo construído e disponibilizado em vários encontros e nas mídias sociais podendo ser acessado no endereço: [www.preservareresistir.org](http://www.preservareresistir.org). Nesse vídeo é

---

<sup>3</sup> Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos

<sup>4</sup> [www.preservareresistir.org/boletim1](http://www.preservareresistir.org/boletim1)

apresentado de forma lúdica vários elementos das culturas tradicionais e como é o convívio desses povos no território em que habitam.

A outra iniciativa foi o Encontro de Justiça Socioambiental de 2015 realizado no Quilombo do Campinho, sendo uma oportunidade de ouvir as várias partes envolvidas nos conflitos ambientais e que atuam no território. Existe uma insatisfação diante de uma prática legalista que insiste em não considerar que o modo de vida das populações indígenas, quilombolas e caiçaras seja compatível com a conservação do meio ambiente. Ficando claro para os participantes, que existem caminhos para que as comunidades tradicionais possam continuar coexistindo com diferentes categorias de áreas protegidas, e que só assim, será possível fazer frente as reais ameaças ao território do Mosaico da Bocaina, como os grandes empreendimentos e a especulação imobiliária.

A participação do FCT na implementação de políticas públicas busca fortalecer os direitos das comunidades tradicionais, um ponto central na garantia de seu território, inclusive pelas ameaças de retrocessos em relação à essas populações que vêm acontecendo na realidade atual de nosso país.

O FCT tem relação direta com ambas políticas nacionais a serem estudadas.

Na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em seus elementos de formulação e implementação, houve espaço para escuta dos povos tradicionais a partir da realização de encontros regionais, com a participação de membros do Quilombo do Campinho e outras comunidades tradicionais da Bocaina, além de ter como estratégia de implementação a criação de Fóruns Regionais de povos tradicionais o que influenciou a própria criação do FCT em 2007.

Além disso, o decreto que instituí a PNPCT traz definições centrais destacadas pelas importâncias delas na condução deste trabalho:

1 – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição;

2 – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de

forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

3 – Desenvolvimento Sustentável: uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Decreto, nº 6.040 07-02-2007)

Essas três definições – populações tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável, são importantes no sentido de destacar o conflito e tensão existentes entre as unidades de conservação e as políticas ambientais para a sua proteção e os direitos ao uso dos territórios tradicionais pelas comunidades que em muitas das vezes são superpostas as unidades de conservação.

Na discussão sobre populações tradicionais e o direito de permanência das áreas protegidas, existem duas posições opostas: as dos preservacionistas – que defendem áreas de reserva sem população – e a dos antropocentristas – que acreditam que as populações tradicionais em áreas de reserva podem colaborar para a preservação das mesmas através de suas formas de manejo. (Carvalho, 2010).

Essas contradições entre visões distintas sobre a preservação e a presença das populações tradicionais em seus territórios é uma das questões centrais ligadas a política de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, e deve ser cada vez mais comum a constatação de que as populações tradicionais auxiliam na preservação de seus territórios.

Na Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA) o FCT também teve papel destacado, pois foi uma das 9 regiões do Brasil a auxiliar na avaliação da implementação da política através de uma parceria com o Observatório de Saúde das Populações do Campo, Floresta e das Águas – Teia de Saberes e Práticas (OBTEIA) e que incluía a formação de pesquisadores comunitários para junto com pesquisadores acadêmicos realizar a avaliação da implementação da política, sendo o Quilombo do Campinho da Independência em Paraty uma dessas regiões pesquisadas.

A saúde é uma das questões que afligem as comunidades quilombolas por uma série de motivos que envolve a oferta de políticas públicas, poder participar

dessa avaliação permite não só refletir sobre a PNSIPCFA como um todo, mas também sobre as singularidades que envolvem a saúde no Quilombo do Campinho

Compreender como a ação do FCT pode fortalecer os seus direitos faz parte da premissa da necessidade da aliança entre a academia e os movimentos sociais para a superação dos retrocessos e entraves atuais, sendo um foco central nesse estudo.

Neste sentido, a proposta inicial de investigação centrou-se na análise da atuação do FCT em relação à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Política Nacional de Saúde Integral dos Povos dos Campos, Floresta e Águas, procurando observar como ambas dialogam com as iniciativas realizadas pelo FCT no território da Bocaina.

Para uma melhor compreensão do porquê da escolha das referidas políticas e qual a relação das mesmas com o FCT, é necessária uma exposição com maior detalhamento buscando contextualizá-las e justificar historicamente como elas nascem, que forças as requerem e que contribuições elas trazem. O que busco realizar na seção abaixo.

## **As Políticas Públicas Objeto Do Estudo**

### Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais<sup>5</sup>

Esta é a primeira política a ser abordada. Nela serão apresentados alguns de seus aspectos constitutivos destacando os processos participativos, as estratégias de construção e alguns aspectos específicos da política.

A criação da PNPCT foi o resultado de um processo que agregou as lutas históricas dos movimentos sociais com a ação efetiva de governo no acolhimento dessas reivindicações e a criação de estruturas e mecanismos para implementação de políticas públicas o que pode ser observado de forma mais evidente nas gestões do presidente Lula e primeiro mandato da presidente Dilma (2003-2015).

---

<sup>5</sup> Decreto nº 6.040 de 07/02/2007 PR Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

O marco histórico que representou a Constituição cidadã de 1988 foi a base inicial ao reconhecer as formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira, como foi o caso, e do reconhecimento dos direitos diferenciados dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

Porém, outros povos ou comunidades ainda não estavam contemplados em que pese haver um movimento mundial desde a década de 1970 quando as florestas tropicais começam a ser destruídas com a consequente expulsão dos seus tradicionais habitantes. Iniciativas locais de resistência à perda dos meios de vida, aliadas aos avanços do conhecimento científico sobre os efeitos da ação humana sobre o ambiente, fizeram eclodir movimentos sociais em várias partes do mundo reivindicando a proteção dos territórios e recursos tradicionalmente utilizados. Assim ocorreu no Brasil na década de 1970 quando indígenas e seringueiros se uniram na proteção da Amazônia e na luta pela criação de reservas indígenas e extrativistas. (ALLEGRETTI, 2016 pag. 3)

A construção da PNPCT foi realizada por etapas buscando um envolvimento dos diferentes povos tradicionais presentes em nosso país, sendo que uma das primeiras iniciativas foi a criação da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais(CNPCT)<sup>6</sup> com os objetivos de estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; harmonizar os princípios e diretrizes da política pública relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal; propor ações de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais, entre outras.

Essa Comissão Nacional foi presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e teve a sua secretaria executiva exercida pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo que no exercício de suas atribuições ela deveria considerar as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridas os povos e comunidades tradicionais para os quais as

---

<sup>6</sup> Decreto 27/12/2004 PR- Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos – Criação da Comissão Nacional Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais

políticas públicas fossem dirigidas e privilegiar a participação da sociedade civil nesse processo<sup>7</sup> (ANEXO 3).

Visando subsidiar esse debate foi realizado na cidade de Luziânia no Estado de Goiás em agosto de 2005 o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais – Pautas para as Políticas Públicas tendo como alguns dos objetivos principais: promover discussões conceituais sobre o que são comunidades tradicionais; consultar os representantes dessas comunidades acerca de suas demandas, identificar os principais entraves no acesso aos programas e ações de governo existentes, definir os representantes da sociedade civil que terão acento na Comissão Nacional e compor uma agenda prioritária para a mesma ( ALLEGRETTI, 2016)

A realização desse encontro nacional foi fundamental para tirar da invisibilidade um conjunto de povos e comunidades tradicionais que há muito reivindicavam um reconhecimento de seu modo de vida e de suas necessidades, sendo que foi importante o fomento aos encontros regionais que se sucederam ao longo de 2006.

Foram realizados dois levantamentos em 2005 e no primeiro semestre de 2006 pelo governo buscando identificar os programas e ações destinados, ou potencialmente destináveis as comunidades tradicionais no Plano Plurianual, sendo identificados no primeiro ano cerca de 225 ações em 43 programas ligados a diferentes órgãos do poder público federal e no ano seguinte o levantamento apontou 180 ações em 44 programas, o que demonstra a existência de uma base a ser trabalhada para a consolidação de uma Política Nacional realmente multi-setorial.

Um novo decreto<sup>8</sup> atualiza em julho de 2006 a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que passa a ter a seguinte composição:

---

<sup>7</sup> Antecedentes da PNPCT, 2007. Documento anexo, que foi obtido através da página da SEPPIR, mas que foi suprimido da página por ocasião do governo Bolsonaro.

<sup>8</sup> Decreto 13/07/2006 – PR – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos – Atualiza a composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Quadro 1 – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais

<b>COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	
<b>Por parte do governo</b>	<b>Por parte da sociedade civil</b>
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (Presidência)</b>	Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas
<b>Ministério do Meio Ambiente –MMA (Secretaria Executiva)</b>	Conselho Nacional de Seringueiros
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA</b>	Coordenação Estadual de Fundo de Pasto
<b>Ministério da Cultura – MinC</b>	Coordenação Nacional de Quilombolas
<b>Ministério da Educação – MEC</b>	Grupo de Trabalho Amazônico
<b>Ministério do Trabalho – MT</b>	Rede Faxinais
<b>Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT</b>	Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE
<b>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ</b>	Associação de Preservação da Cultura Cigana
<b>Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR</b>	Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantue e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya
<b>Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP</b>	Centro de Estudos e Discussão Romani
<b>Fundação Cultural Palmares</b>	Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas, Associação Cultural Alemã do Espírito Santo
<b>Fundação Nacional do Índio – FUNAI</b>	Coordenação das Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
<b>Fundação Nacional de Saúde – FUNASA</b>	Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento e Colônia de Pescadores CZ-5
<b>Companhia Nacional de Abastecimento e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA</b>	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
<b>Instituto Nacional de</b>	Rede Caiçara de Cultura e

FONTE: Decreto 13/07/2006 – Criado pelo autor

Em julho de 2006 a Comissão Nacional realizou uma oficina de trabalho com representantes de órgãos da administração pública federal e que teve como produto a primeira proposta de texto base para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Essa proposta foi discutida junto aos povos e comunidades tradicionais através da realização de 5 oficinas de trabalhos regionais que ocorreram em setembro de 2006 nos seguintes locais: Belém, Rio Branco, Curitiba, Cuiabá e Paulo Afonso, reunindo um conjunto de 350 lideranças representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. A mobilização social para essas oficinas foi coordenada pelos representantes da sociedade civil na Comissão, cabendo ao Governo Federal a coordenação e execução da parte logística e o apoio técnico. (ANEXO 3)

Os resultados obtidos durante as Oficinas Regionais foram apresentados em relatório a CNPCT que também ficou responsável pela elaboração e aprovação do texto final do Decreto de instituição da PNPCT.

A CNPCT compreendeu que o texto de instituição da PNPCT deveria ter seu conteúdo restrito a instituição de princípios, objetivo geral, objetivos específicos e instrumentos de implementação, devendo as diretrizes desenvolvidas no processo de debates públicos serem utilizados na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essas diretrizes vão nortear a elaboração de um Programa Multi-setorial contendo as ações necessárias para a implementação da PNPCT, de acordo com o previsto no decreto. (ANEXO 3)

Finalizando a apresentação dessa política, ressalta-se que a mesma possui como estratégia de implementação a criação de Fóruns Regionais e foi um importante impulso para o surgimento do próprio FCT sendo que as estratégias de implementação dessa política foram apoiadas por estruturas de governos implementadas de 2003 a 2012.

## **Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA)**

A política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA) também é uma política que incide sobre as populações tradicionais, sendo que a sua forma de construção com escuta das populações envolvidas e a criação de mecanismos de implementação e de estruturas de governo foram semelhantes a PNPCT.

A situação de saúde das populações do campo historicamente é marcada pelo quadro de persistência das doenças endêmicas como a malária, febre amarela, doenças de Chagas e leishmaniose, entre outras, assim como os acidentes e doenças relacionados ao uso de agrotóxicos, episódios de violência relacionados aos conflitos pela posse e propriedade da terra e a limitação de acesso e qualidade nos serviços de saúde, bem como a situação deficiente do saneamento ambiental (BRASIL, 2011)

Como forma de entender as reais necessidades de saúde das populações do campo e propor forma de enfrentamento das mesmas, foi criado em 2005 o Grupo da Terra<sup>9</sup> com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta e Águas bem como participar dos processos de implementação e monitoramento dessa política. (SILVA et all, 2017)

Cabe destacar que a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), instituída em 2011<sup>10</sup> foi modificada por solicitação dos movimentos sociais, incluindo o termo “águas” na denominação da política que passou a ser denominada Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSICFA)<sup>11</sup>.

A assistência à saúde das populações do campo, floresta e águas já existia antes da elaboração da proposta da política, porém ocorria com uma série de dificuldades inerentes ao próprio perfil demográfico e epidemiológico dessas populações assim como a própria forma de acesso aos serviços de saúde.

---

<sup>9</sup> Portaria nº 2460 MS/GM de 12/12/2005 cria o Grupo da Terra

<sup>10</sup> Portaria nº 2866 MS/GM de 02/12/2011 institui a PNSIPCF

<sup>11</sup> Portaria nº 2311 MS/GM de 24/10/2014 incluí o termo Águas a PNSIPCFA

Na realização do I Encontro Nacional de Saúde da População do Campo e Floresta, ocorrido em dezembro de 2006, os problemas da assistência foram trazidos assim como as iniciativas em curso que foram destacadas e apontadas como experiências exitosas. Esse Encontro teve a participação das seguintes entidades: Conselho Nacional de Seringueiros (CNS); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC/Brasil); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf/Brasil); Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), além de representantes governamentais do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Meio Ambiente e das secretarias especiais, com status de ministérios, ligados à Presidência da República: de Agricultura e Pesca (Seap/PR), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), e de Políticas para as Mulheres (Sepm/PR) sendo que o Encontro contou com cerca de 150 participantes<sup>12</sup> (ANEXO 4)

O Encontro ocorreu em dois dias, sendo no primeiro dia realizados dois painéis:

Painel 1 – O Cenário Político e o significado da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta e

Painel 2 – Experiências Exitosas de Saúde das Populações do Campo e Floresta

Cabe salientar dois pontos da fala de Antônio Alves de Souza, secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP) ocorrida no primeiro painel e que destacou que pela primeira vez na história, o Estado brasileiro se compromete com uma política para a população do campo e da floresta e o elogio a atuação do Grupo da Terra composto por técnicos de vários ministérios e representantes dos movimentos sociais e coordenado pela SGEP, sendo importante para a implementação da política, após a sua aprovação. Enfatizando ainda o fato original e singular da construção participativa dessa política, o que fortalece o seu caráter democrático.

---

<sup>12</sup> Relatório do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil. O relatório que se encontrava na página da Seppir foi retirado durante o governo Bolsonaro.

No segundo dia houve a apresentação do documento preliminar da política para ser discutido em trabalho de grupos. Os grupos foram divididos por regiões: Nordeste; Centro Oeste e Norte; Sul e Sudeste. O Objetivo das discussões foi aprofundar a análise da situação de saúde das populações do campo e da floresta e apresentar propostas a serem incorporadas na Política.

As propostas contemplaram as contribuições de todos os grupos e foram condensadas pelos seguintes temas: acesso aos serviços; gestão/atenção; controle social; produção de material informativo, comunicativo e educativo em saúde; Intersetorialidade; formação profissional, capacitação e especialização; financiamento e conhecimento alternativo em saúde.

Em setembro de 2013 foi realizado o II Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas com o objetivo de avaliar a implantação da política no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) tendo a participação de diferentes secretarias do Ministério da Saúde além de diversas entidades representativas da sociedade civil assim como no I Encontro e contando com cerca de 150 participantes no seu conjunto.

Nesse encontro, as principais dificuldades relacionadas a saúde foram pontuadas pelos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas e estavam relacionadas ao acesso qualificado à saúde, ao saneamento básico, à saúde do trabalhador e da trabalhadora e a necessidade permanente de formação, sendo apontadas também as dificuldades, os avanços e os desafios apresentados para a implementação da política no país.

A descrição dos movimentos iniciais para a construção e implementação das duas políticas abordadas visou apresentar de forma preliminar o envolvimento que ocorreu dos movimentos sociais e do governo e que foi característico na construção de políticas públicas num determinado tempo histórico em nosso país.

A participação intensa em Comissões, oficinas e encontros possibilitou tirar da invisibilidade parcela considerável das populações tradicionais que não tinham esse espaço de troca e afirmação de seus problemas e necessidades que em diálogo com vários setores do governo possibilitou o amadurecimento e a construção de políticas públicas.

## Desenvolvendo a proposta de investigação/pesquisa

Antes de abordar especificamente as políticas públicas que incidem sobre as populações quilombolas, trago elementos iniciais para pensar o tema das políticas públicas buscando um entendimento geral sobre elas e uma contextualização no cenário atual de nosso país.

O Brasil viveu um momento histórico político importante que foi a saída do regime de ditadura para um período de redemocratização com a elaboração de uma Constituição intitulada como cidadã e o retorno as eleições diretas num cenário democrático que influenciou os avanços na garantia de direitos sociais via a nova constituição, assim como a discussão dos rumos do país através das eleições é um fator que revigora as formulações das políticas públicas.

Especificamente sobre as populações tradicionais, pode-se apontar o avanço que a Constituição de 1988 trouxe quando aponta no seu Artigo 231 que aos índios é reconhecido a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre suas terras que tradicionalmente ocupam e também no seu artigo 68 – Ato das Disposições Transitórias – que aponta que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (Brasil, Constituição Federal).

O respaldo de ter na Carta Constitucional explicitados os seus direitos foi um ponto fundamental para o surgimento de políticas públicas específicas para essas populações, porém isso isoladamente não é suficiente, sendo necessário a inflexão e priorização dessa agenda política por parte de governos que tenham essa identidade e compromisso.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, porém mesmo as definições mais minimalistas, apontam para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem que são os governos (SOUZA, 2006).

Esse aspecto que Souza traz é central ao estudo em curso, pois coloca no centro da discussão a questão dos “governos” e nesse sentido chamo a atenção que as políticas públicas que incidem em populações quilombolas foram elaboradas e

implementadas especificamente no período dos governos Lula e Dilma (primeiro mandato) como um diferencial em relação a esses governos.

Para entender melhor a análise das políticas, Frey (2000) apresenta algumas categorias com ênfase no ciclo político, sendo comum a todas as propostas de divisão de ciclos políticos as fases de formulação, da implementação e do controle do impacto das políticas.

Essas fases de formulação, tanto na PNPCT quanto na PNSIPCFA, serão observadas buscando perceber a participação das populações tradicionais na formulação e avaliação das mesmas e mais especificamente o papel desempenhado pela AMOQC e comunidades tradicionais ligadas ao FCT.

Na fase de avaliação que é onde existe a oportunidade observar como a política se desenvolve na realidade dos municípios, se elas se mantêm fiel aos seus objetivos e se sua implementação permite chegar as populações específicas as ações que essa política se propõe e isso com a participação dos envolvidos num exercício de controle social, conforme destaca Arretche (1988).

A fase de avaliação de uma política pode permitir que a mesma seja discutida em uma arena pública, onde os cidadãos têm pleno acesso às informações, a metodologia empregada e aos resultados alcançados. A avaliação torna-se assim um verdadeiro instrumento de controle das ações dos governos (ARRETCHE, 1988).

Falando especificamente das duas políticas para as populações tradicionais/quilombolas gostaria de destacar alguns pontos/questões importantes para o entendimento e avaliação das mesmas.

Em primeiro lugar o próprio tempo de “esquecimento/invisibilidade” que essas populações tiveram em nosso país e somente, mais recentemente nos governos Lula e Dilma é que houve ações e a própria formulação e implantação das políticas.

Porém a realidade atual nos mostra um cenário de retrocessos quando da chegada ao poder de governos que desprezam essas populações tradicionais e ameaçam as demarcações de terras indígenas e quilombolas afetando o seu bem maior que são os seus territórios onde habitam por muito tempo.

Todas as estruturas de governo implementadas estão em vias de serem desmontadas pelo argumento de maior racionalização dos gastos e do próprio papel que o Estado deve ter em nossa sociedade. As políticas apontadas nesse estudo

também sofrem a séria ameaça de paralisação e ou extinção das mesmas, ressaltando a necessidade de valorização do que já foi realizado e da necessidade, cada vez maior de uma mobilização e posicionamento da sociedade nessa defesa.

As notícias veiculadas na imprensa referentes ao governo eleito em 2018 materializam as primeiras ameaças contra as populações tradicionais que já eram apresentadas quando da campanha eleitoral, como aponta a manchete do Jornal do Brasil – Ruralista vai “passar a limpo” demarcações de áreas indígenas, quilombolas e desapropriações para reforma agrária (JORNAL DO BRASIL, 05/01/2019 pag. 4).

Em outra matéria, o secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, aponta que a revisão de demarcações de terras indígenas, titulações de áreas quilombolas e desapropriações para a reforma agrária atingirá os últimos 10 anos, com possibilidade de reversão desses atos, em caso de constatação de “falha grave”, “erro inadmissível” ou “fraude processual”. Nabhan é um dos principais aliados do presidente fora de seu círculo familiar, político e religioso. Ele presidia a União Democrática Ruralista (UDR). (JORNAL DO BRASIL, 05/01/2019 pag. 4)

A reportagem aponta ainda que “um dos primeiros atos do governo Bolsonaro foi retirar os processos de demarcação de terras indígenas da Funai, repassando essa atribuição para a nova secretaria criada dentro do Ministério da Agricultura. A missão de identificação e reconhecimento de terras quilombolas também saiu da Fundação Palmares e migrou para a secretaria de Nabhan. O mesmo ocorreu com as atividades do Incra”. (JORNAL DO BRASIL, 05/01/2019 pag. 4)

Essa ameaça de revisão das demarcações das terras das populações tradicionais (indígenas e quilombolas no caso) atinge uma das maiores conquistas que essas populações tiveram que era o reconhecimento do direito ao seu território, que é a maior reivindicação histórica que essas populações trazem, e que a entrega da missão institucional dessas demarcações para essa nova secretaria, vinculada ao Ministério da Agricultura e que tem uma direção afinada com os interesses do mercado e do agronegócio certamente vai apontar um retrocesso e ameaça concreta.

Outra importante modificação ocorrida diz respeito a própria estrutura geral do governo que foi redefinida pela Medida Provisória nº 870 de 1 de janeiro de

2019<sup>13</sup>, onde entre outras modificações ocorridas destaco a transformação do Ministério dos Direitos Humanos em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos onde está localizada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial locus inicial da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O Ministério da Saúde manteve a sua estrutura com seis secretarias entre elas a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) onde está vinculado o Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP) locus da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA).

Essas declarações apresentadas nos meios de comunicação, expressam a vontade de rever determinados atos realizados nos governos passados o que prejudicaria diretamente as populações tradicionais, além das mudanças na estrutura de governo que também merecem ser melhor estudadas para avaliar as possíveis consequências em relação as políticas em tela.

Outra recente iniciativa do governo federal vai afetar diretamente as políticas públicas no que tange a participação da sociedade que foi um outro decreto da Presidência da República nº 9.759<sup>14</sup> que extingue todos os órgãos colegiados criados por decretos ou portarias da administração pública federal. Além da incerteza jurídica, o decreto coloca em perigo várias instâncias e políticas sociais, ambientais e mesmo monetárias (BEZERRA et all, 2019).

Do mesmo modo, projeto atual do Governo Federal para o território da Bocaina está baseado na destruição das instituições de proteção ambiental, na onda do “aproveitar o momento para deixar a boiada passar”<sup>15</sup>, na revisão e destruição de UCs para a implementação de empreendimentos na linha do “projeto Cancun” a ser construído sobre a Esec Tamoios.

É neste contexto de mudanças recentes que as políticas públicas estão imersas atualmente, aumentando com isso a relevância dos estudos e análises que apontem a importância que da efetiva participação da sociedade na construção, implementação e avaliação das mesmas.

---

<sup>13</sup> Medida Provisória nº 870 de 01/01/2019 – DOU – Seção 1 Edição Especial 01/01/2019

<sup>14</sup> Decreto nº 9.759 de 11/04/2019 - extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos

<sup>15</sup> Declaração do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles durante a reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, disponível em [http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo\\_digitalizado.pdf](http://estaticog1.globo.com/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf), pp. 19-20.

No sentido do fortalecimento dessas políticas e da relação que o movimento social (FCT) tem com as mesmas, algumas questões são importantes de serem formuladas e a partir do seu desvendamento apontar os elementos de fortalecimento e resistência das mesmas:

- 1) Quais são os objetivos dessas políticas e quais os resultados esperados?
- 2) Como essas políticas se materializam no território do Quilombo do Campinho? Quais forças estão presentes?
- 3) Qual a participação e o papel do FCT na implementação das políticas?
- 4) Quais os critérios de avaliação e de participação das comunidades tradicionais?
- 5) Que ações podem ser desenvolvidas pelo movimento social em períodos de retração das políticas públicas?
- 6) Qual a percepção do FCT sobre os distintos períodos históricos e da alternância de governos e a implicação em relação a essas políticas públicas?

### **Objetivos**

Com base nas questões apresentadas acima esse trabalho se propõe a avaliar a partir da atuação do FCT as políticas PNPCT e a PNSIPCFA observando como se apresentam no território e como elas podem contribuir para a luta da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência pelos seus direitos, a sua qualidade de vida e ao seu Bem Viver.

Como objetivos específicos esse trabalho se propõe a:

- 1) Identificar as origens da constituição da PNPCT e da PNSIPCFA, e suas estratégias de implementação e avaliação;
- 2) Analisar como o FCT contribuiu para a implementação dessas políticas no Quilombo do Campinho;
- 3) Discutir como as políticas públicas analisadas podem contribuir para reforçar os direitos a qualidade de vida e ao Bem Viver da população do Quilombo do Campinho;
- 4) Analisar que outras iniciativas foram realizadas pelo FCT no sentido de buscar alternativas a retração das políticas sociais.

## Metodologia

Entender as políticas públicas que incidem sobre as populações tradicionais/quilombolas demanda um esforço de compreensão de uma “dada realidade” que prescindem de uma visão histórica buscando se aproximar de uma totalidade.

Totalidade significa a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético, se são entendidos como partes estruturais do todo. (KOSIK, 1976).

A partir desse pensamento busca-se os elementos para a compreensão de como determinadas políticas públicas impactam a realidade das comunidades quilombolas. Utiliza-se um conjunto de técnicas de pesquisa para observá-las desde a sua elaboração até a sua aplicação no Quilombo do Campinho da Independência.

Essa chave para desvendar a realidade atual das políticas públicas e dos direitos das populações quilombolas permite uma compreensão histórica de como essas populações tradicionais/quilombolas se constituíram ao longo do tempo e de como atualmente são necessárias ações constantes e afirmativas dessas populações.

Porém a própria definição do estudo em relação as populações quilombolas já faz parte do processo de aproximações sucessivas com uma determinada realidade e as escolhas/opções que se mostram necessárias para poder levar a efeito um estudo que relacione as políticas públicas com as ações efetiva dos movimentos sociais, no caso o FCT.

A aproximação e o reconhecimento da atuação e abrangência do FCT foram importantes no processo de refinamento da proposta de estudo visto a riqueza de experiências que envolve as três etnias constituintes do Fórum.

A difícil opção de eleger uma etnia, no caso os quilombolas, deve-se a limitação de realizar uma pesquisa que englobasse a todos e também pelas singularidades e representatividade que o Quilombo do Campinho possui na própria constituição do FCT e o envolvimento do mesmo com as duas políticas eleitas.

Dessa forma, opta-se por realizar um estudo das políticas públicas a partir das ações de um movimento social importante e representativo das comunidades tradicionais da Bocaina procurando dialogar e responder determinadas questões de estudo importantes no desvendamento de uma determinada realidade.

Inicialmente busca-se as informações oficiais sobre as origens e a elaboração dessas políticas a partir dos documentos oficiais e da utilização da Pesquisa Documental.

A Pesquisa Documental (PD), conforme assinala Gil (2002, p.45) é aquela que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Para a busca do material documental serão utilizados os sítios das instituições governamentais como diferentes Ministérios além do sítio específico da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Esse trabalho da Pesquisa Documental também será aliado a uma revisão bibliográfica sobre a produção referente as políticas públicas e as populações quilombolas que serão complementados com uma pesquisa de campo.

Para o trabalho de campo propõe-se utilizar a entrevista semiestruturada, com roteiro pré-estabelecido como instrumento e a observação participante. Existem diversas formas e técnicas para realizar o trabalho de campo, porém seus instrumentos principais para esse tipo de trabalho são a observação e a entrevista (MINAYO, 2007), segundo essa autora, a primeira técnica é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, e a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores.

Sobre as entrevistas, a pandemia da Covid-19 restringiu as investigações, que foram realizadas com representantes-chave do Quilombo do Campinho que participam de Conselhos e ações de saúde e justiça socioambiental.

Em relação aos questionários, também foram realizadas durante a pandemia, e isso restringiu e modificou a metodologia, que seria realizado através de rodas de conversas, inviabilizadas devido ao isolamento social. Assim foi reduzido o número de participantes. Os questionários foram aplicados por uma pesquisadora-comunitária do próprio Quilombo, feitos individualmente a partir de questionário fechado previamente estruturado pelo pesquisador. O instrumento foi testado

previamente com a pesquisadora-comunitária, antes de ser reproduzido por ela junto aos comunitários.

Após a obtenção das informações necessárias a pesquisa através da Pesquisa Documental, de Entrevistas Semiestruturadas, da Observação Participante e da Análise dos Registros do Planejamento do Fórum de Comunidades Tradicionais, a etapa seguinte é a análise e articulação entre os dados.

Busca-se assim atender aos objetivos da pesquisa e observar como as políticas públicas analisadas puderam incidir sobre a realidade de vida da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência e se os objetivos das mesmas se traduzem nesse território.

## 1 CATEGORIAS INICIAIS QUE SE DESTACAM

Na aproximação inicial com o campo da pesquisa e pelo contato prévio existente com vários representantes do FCT e da própria AMQCI pode-se observar a valorização e utilização de algumas categorias que trago inicialmente para a análise, buscando autores que possam trazer subsídios sobre as mesmas, sem a mínima pretensão de esgotar as mesmas, mas sim trazer elementos que possam auxiliar nas necessárias mediações a serem realizadas.

Destaco, dessa forma, as expressões “Bem Viver”, o próprio “Território” e a caracterização de “Redes” como elementos importantes presentes nas falas e modo de vida das populações tradicionais do Campinho da Independência.

A expressão Bem Viver é utilizada por lideranças do FCT e alguns comunitários do Quilombo do Campinho da Independência, podemos atribuir a sua origem as iniciativas de Alberto Acosta e de outros pesquisadores que refletiram sobre novas formas de desenvolvimento para a região fazendo críticas as formas vigentes que ameaçam a sobrevivência das populações locais e do próprio planeta face a destruição da natureza que esse tipo de crescimento produz.

As primeiras formulações do Bem Viver foram cristalizadas nas novas constituições de Equador (aprovada em 2008) e Bolívia (2009). Esse passo substantivo resultou das novas condições políticas da presença de movimentos sociais ativos e do crescente protagonismo indígena (GUDYNAS, 2011).

Podemos identificar uma primeira semelhança entre a criação do termo em países andinos com sua inscrição nas citadas constituições a partir do protagonismo dos movimentos sociais e indígenas na Bolívia e Equador com a própria criação das políticas objetos desse estudo, pois tanto a PNPCT quanto a PNSIPCFA tiveram uma construção com intensa participação das comunidades tradicionais que foram tiradas da invisibilidade de onde estavam pelas gestões federais progressistas que tivemos em passado recente e que deram oportunidade que essas políticas fossem criadas.

Aspecto singular da proposta do Bem Viver é destacado por Acosta “Bem Viver é essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2016). Esse é outro ponto de enorme convergência com a luta das populações tradicionais na permanência e

conservação de seus territórios em harmonia com a natureza, autores (VIANNA, 2008; ALMEIDA, 2022) apontam o papel da preservação que os povos tradicionais promovem nas áreas que habitam, no caso em estudo a Mata Atlântica na Bocaina.

O Bem Viver faz um primeiro esforço para copilar os primeiros conceitos, algumas experiências e sobretudo, determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta. (Acosta, 2016). Aqui também podemos fazer um paralelo com as práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais no Quilombo do Campinho como o TBC, agroecologia, plantas medicinais e educação diferenciada que são formas de vida harmoniosa em seus territórios com a natureza e sua cultura, modo de vida e cosmovisão.

O Bem Viver também faz uma crítica a “lógica reducionista do econômico” como a principal reguladora da vida em detrimento de outras dimensões. “Ao endeusarmos a atividade econômica e particularmente o mercado, abandonamos muitos instrumentos não econômicos indispensáveis para melhorar as condições de vida das pessoas” (ACOSTA, 2016 pag 38).

Por fim, trago a abordagem do Bem Viver como a superação das “eras”, no qual superar a “pós-modernidade” compreendida como a era do desencanto.

“O modelo de desenvolvimento devastador, que tem no crescimento econômico insustentável seu paradigma de modernidade, não pode continuar dominando. Haverá, então, que superar a ideia de progresso enquanto permanente acúmulo de bens materiais” (ACOSTA, 2016 pag 40).

“Será possível, que a partir da atual crise do capitalismo, chegue-se a uma nova organização civilizatória que permita reconstruir outros tipos de Estados e renovados espaços locais e regionais, para construir democraticamente espaços globais democráticos – outros mapas territoriais e conceituais”. (ACOSTA, 2016, pag. 40).

Essa reconstrução de novos espaços locais, regionais, nacionais e internacionais dentro de uma nova lógica de construção e articulação, também está presente na concepção amadurecida dentro do OTSS, como aponta Gallo. “No OTSS compreende-se o desenvolvimento sustentável, como um conceito em disputa. Parte-se de uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado hegemonicamente, a qual ressalta a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumos vigentes e o uso racional dos recursos naturais, a capacidade de suporte dos ecossistemas e o futuro do planeta. Nesse sentido, abordagens críticas como o bem viver, a teoria dos comuns e a economia solidária e inclusive

formulações de organismos multilaterais tais como “Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atender as suas próprias (CMMAD, 1987 – tradução do autor) são constitutivas do projeto territorializado de desenvolvimento solidário da Bocaina (GALLO, 2021).

Outras temáticas ligadas ao bem viver são trabalhadas por diferentes autores que apontam as incoerências desse modelo de desenvolvimento insustentável, como a temática do neo-extrativismo e o pós-extrativismo e decrescimento (SVAMPA, 2019; ACOSTA E BRAND, 2018) e o Pluriverso (KOTHARI et all, 2021) assim como são apontados os direitos da natureza (GUDYNAS, 2019) e outras alternativas sistêmicas (SOLÓN, 2019), a própria necessidade de Descolonizar o imaginário (DILGER et all) e a crítica ao modo de vida imperial (BRAND & WISSEN) todas essas obras a partir das experiências e reflexões na América Latina, dessa forma demarcando que o bem viver que estamos falando não se refere ao Bem estar europeu que foi organizado dentro dessa lógica desigual dominante onde a uma exaustão dos recursos da natureza e um padrão de consumo não igualitário e que fragiliza as populações com menos recursos financeiros.

O território é uma outra categoria muito valorizada na visão de todos os entrevistados nesse trabalho, difícil de separar da própria história de vida de cada morador do Quilombo do Campinho. A luta pelo direito a seus territórios talvez se apresente como a principal pois é a partir da possibilidade de vida nos territórios tradicionais que essas populações se reproduzem, tecem suas relações de solidariedade e ajudam na preservação ambiental.

Porém é necessário ter uma clareza do que falamos quando se referimos a “território”, segundo Milton Santos:

“Vivemos uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social... O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia do futuro” (SANTOS, 2005).

Esses apontamentos de Santos fazem refletir sobre o “território” que estamos estudando e suas ricas dinâmicas e que pode ser somada a sua afirmação de que “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção,

tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 2005).

Essas duas reflexões sobre o território de Santos, dialoga com o que percebemos no Quilombo do Campinho, seja pela forma de ocupação e relação dentro do Quilombo onde os núcleos familiares agem dinamicamente sobre o território dando a ele singularidade de uso e de relações onde pode ser percebida traços da ancestralidade e respeito ao mais antigos o que se percebe pela cultura local repassada entre as diferentes gerações.

A própria inserção do Quilombo dentro de um território que é alvo de interesses transnacionais por conta da exploração do Pré-Sal aponta essa pressão global que aliada aos interesses do capital nacional trás para a região uma ocupação e exploração de uma forma de turismo voltada aos grandes resorts e aos condomínios de luxo que fazem também grande pressão por terras e disputa em relação a própria forma de organização do turismo de base comunitária, com o reforço da cultura local e a fixação de seus moradores versus a forma predatória e concentradora de riqueza dada pelo turismo tradicional.

Finalizando, trago a categoria de redes para refletir a realidade local, pois ela se apresenta em diferentes situações, porém a partir de enfoques distintos. de Castells (2019) e Santos (2004).

Segundo Castells:

“Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (CASTELLS, 2019, pág. 554).

Santos (2004) também destaca o papel social da rede: “Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração”.

Esse autor também acrescenta:

“Em suas relações com o território, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque genético e segundo um enfoque atual. No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado de realidade atual. O estudo genético de uma rede é forçosamente diacrônico. As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não são presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em

momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica". (SANTOS, 2004, pág.263).

Observamos no território um conjunto diferente de redes constituídas de atores e escalas diversas, no próprio Quilombo o parentesco e a divisão em diferentes núcleos já constitui uma rede básica de compartilhamento do território, forma de vida, cultura e ancestralidade.

A AMOQC também constitui redes no território e em escala regional com a AQUILERJ por exemplo e o FCT consegue estabelecer redes no território, nas escalas regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Porém a principal rede talvez seja a reunião das populações tradicionais na luta pela manutenção de seus territórios e modos de vida que apontem para a preservação do planeta e para o Bem Viver. Dessa forma a união de quilombolas, indígenas e caiçaras num Fórum de Comunidades Tradicionais possibilitou a articulação interna no território e a participação e fortalecimento de redes nacionais.

## 2 OS DIREITOS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Na busca da compreensão dos direitos das comunidades quilombolas em nosso país é necessário realizar uma reconstituição histórica do surgimento dessas comunidades sem a pretensão de realizar uma extensa revisão, mas apontando especificamente aspectos centrais na constituição das mesmas, buscando entender os reflexos que temos em nossa atualidade dessa questão.

Nesse sentido, um primeiro esforço será na direção de entender a questão quilombola no Brasil que passa pela própria forma de organização da nossa sociedade colonial, da utilização dos negros escravizados como mão de obra importante nos ciclos das *plantations* e do ouro e de como os quilombos começam a se formar em nosso país.

Num segundo momento, busca-se identificar ao longo da história as principais iniciativas que o movimento negro desenvolveu e que traz a sua importância na própria constituição das políticas públicas atuais, pois essas representam um acúmulo que esse movimento conseguiu produzir bem como a sua correspondência a partir de governos que trazem um compromisso de ampliação da cidadania dessa população.

Na sequência será apresentada a comunidade do quilombo do Campinho da Independência buscando desenhar a sua constituição histórica, a composição sócio demográfica, as relações de parentesco e a valorização cultural que é dada aos mais velhos enquanto guardiões das suas tradições e modo de vida.

Finalizando o capítulo será apresentado o FCT como importante movimento social local que busca o fortalecimento das populações tradicionais, sendo caracterizado o seu histórico, as ações que desenvolvem e a articulação das mesmas com as políticas em estudo e suas ações futuras e atuais no sentido de buscar alternativas a retração das políticas públicas voltadas as populações tradicionais num governo que é contrário a essas populações.

## 2.1 Situando a questão quilombola no Brasil

A abordagem inicial a ser realizada em relação aos negros em nosso país busca recuperar aspectos principais de nossa colonização sem ter a pretensão de ser uma extensa revisão histórica.

Um primeiro aspecto importante dialoga com a própria organização histórica do continente latino americano que apresentou características semelhantes de sua economia e do “trabalho” condição essencial da existência humana. Nesse sentido, em nosso continente a economia de subsistência onde as populações nativas produziam alimentos e se utilizavam da caça, da pesca, do extrativismo e da mineração, entre outras atividades era o que predominava. Sendo que no século XV ocorre uma mudança nesse quadro com o processo de colonização, impulsionado pela expansão comercial que caracterizava a acumulação primitiva em curso na Europa.

Conforme aponta Antunes, a nascente burguesia mercantil e os Estados nacionais recém constituídos no Velho Continente como os espanhóis, portugueses, franceses e outros povos criaram, desde o início, colônias de exploração voltadas para incrementar o processo de acumulação primitiva de capital que se desenvolvia nos países centrais. (Antunes,2015).

A forma como a sociedade colonial inicialmente explorou a mão de obra indígena, escravizada ou submetida à prestação obrigatória de serviços nas plantações e nas minas foi uma primeira iniciativa, mas que foi substituída pela difusão do trabalho escravo africano, resultado de um intenso tráfico humano da África para a América, sob controle das nascentes burguesias comerciais europeias. Dessa forma surgiu o escravismo colonial – modalidade de trabalho voltados prioritariamente para a produção agrícola (a plantation) e para o engenho produtor de açúcar comercializado na Europa. (ANTUNES,2015)

No Brasil, um terço dos índios que viviam nas missões jesuíticas das zonas açucareiras morreu de varíola ou sarampo durante a década de 1560. As epidemias destas e de outras doenças continuaram durante todo o restante do século, e os índios que sobreviveram fugiram para o interior do país. Essas epidemias foram frutos das novas doenças europeias para as quais os índios não tinham nenhuma imunidade hereditária.

Isso contribuiu para que até 1600, a força de trabalho nos engenhos brasileiros já fosse constituída de africanos em sua grande maioria e à medida que a indústria açucareira crescia e se expandia, o número de escravos aumentava. Mais de meio milhão de africanos chegou a colônia portuguesa durante o século XVIII, dez vezes mais que no século anterior, e outros 1,7 milhões desembarcaram no século XVIII. Antes de 1800, o Brasil havia recebido um total de 2,5 milhões de africanos, em comparação com menos de um milhão de africanos levados para toda a América Espanhola. (ANDREWS, 2014)

No decorrer do século XVIII, tanto a Espanha quanto Portugal haviam instituídos uma série de novas políticas econômicas e administrativas nas colônias que tinham como objetivos promover o crescimento econômico e aumentar a receita de impostos. Como o crescimento era fundamentado em grande parte na produção de açúcar e de outros produtos tropicais para a Europa, os dirigentes espanhóis e portugueses preocuparam-se particularmente com a promoção da agricultura de “*plantation* nas colônias”. (ANDREWS, 2014).

Uma outra atividade comercial importante da época era a mineração sendo que o Brasil durante o século XVIII foi o mais importante produtor de ouro do mundo e a força de trabalho utilizada nessa atividade era de escravos. (ANDREWS, 2014).

Essas recuperações da nossa história demonstram a importância que os escravos tiveram em duas importantes atividades econômicas das colônias durante um bom tempo, porém as condições de vida desumanas que eram impostas aos escravos estão na raiz das rebeliões que ocorriam em vários países da América Latina.

Andrews aponta que provavelmente a causa mais importante do aumento das rebeliões de escravos tenha sido o número crescente de jovens africanos do sexo masculino que chegavam a região. Muitos desses homens eram veteranos das guerras africanas desencadeadas pelo tráfico de escravos, chegando ao Novo Mundo com uma mistura volátil de experiência militar e uma imensa raiva e infelicidade em relação a sua nova situação. O resultado foi um grande aumento na rebeldia e nas fugas de escravos para as comunidades de fugitivos (quilombos ou mocambos no Brasil; *palenques* ou *cumbes* na América Espanhola) (ANDREWS, 2014)

Até, 1602, fugitivos dos engenhos da Bahia e de Pernambuco haviam se unido para formar o famoso quilombo dos Palmares, uma federação de aldeias parecidas com as da África Ocidental, nas montanhas de Alagoas. Essas aldeias, até a metade do século, contavam com um contingente entre 10mil e 15 mil habitantes. Nas décadas de 1670 e 1680, os portugueses enviaram uma série de expedições militares contra eles, todas sem sucesso. Somente na década de 1690, quase um século depois de sua fundação, as aldeias foram finalmente aniquiladas e seus habitantes sobreviventes recapturados. (ANDREWS, 2014).

Em 1740, em correspondência entre o Rei de Portugal e o Conselho Ultramarino, quilombos ou mocambos foram definidos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (SOUZA, 2008)

## **2.2. As lutas do movimento negro**

A discussão das políticas públicas para comunidades quilombolas tem um impulso a partir da Constituição de 1988, porém existe um acúmulo histórico para que isso fosse possível e está muito ligado às próprias lutas realizadas pelo movimento negro.

A ideia nesse momento é trazer alguns elementos desse movimento negro e ver como essa conexão com as questões quilombolas são construídas. Obviamente o objetivo não é fazer uma exaustiva descrição do movimento negro, mas sim apresentar seus aspectos históricos mais gerais e buscando fazer essa aproximação com as questões quilombolas.

Assim como o Brasil os Estados Unidos também tiveram marcada na sua história a utilização em larga escala do trabalho escravo de negros vindos da África. Em ambas essas sociedades a questão das repercussões do passado escravagista e da sua conseqüente influência foram marcantes e responsáveis pelo surgimento do movimento negro.

Conforme sinalizado por Feres Jr a influência mundial da cultura norte americana aliado ao protagonismo que o movimento negro americano adquiriu acabou influenciando o movimento negro brasileiro. (FERES JR & ZONINSEIN, 2005).

No Brasil podemos falar da existência de “movimentos negros” de acordo com o momento histórico que for abordado (GONÇALVES, 1982) porém vou procurar abordar as relações do movimento negro a partir do movimento de redemocratização do país e a influência que o mesmo produziu na Assembleia Constituinte e na própria Carta Magna de 1988.

Isso não quer dizer que não devemos reconhecer os diferentes movimentos negros ocorridos anteriormente até pelo caráter cumulativo da história, nesse sentido, por exemplo, é difícil não reconhecer a influência que teve no movimento negro o Teatro Experimental do Negro (TEN) surgido no período pós-Estado Novo e que foi responsável por um conjunto de ações culturais.

Sua posição crítica em face do racismo e suas práticas, seu trabalho concreto de alfabetização, informação, formação e criação de peças que apontavam para a questão racial, significou um grande avanço no processo de organização da comunidade. (GONZALEZ & HASENBALG, 1982).

Em 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo ocorreu ato público que convocava homens e mulheres negros a reagir à violência racial que eram submetidos. Naquele momento a sociedade brasileira era apresentada ao Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU).

O MNU nasceu quando representantes de várias entidades se reuniram em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robinson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas numa feira.

Este outro movimento negro foi importante na denúncia das questões de discriminação racial a que os negros eram submetidos no Brasil e foi também um dos movimentos que incidiram no período de redemocratização com a temática da discriminação racial.

Porém fator importante na história do país e que repercutiu na questão dos movimentos sociais no Brasil foi o golpe militar e suas repercussões em relação as liberdades individuais e de própria organização de grupos/política.

As elites intelectuais negras foram desarticuladas pelo golpe de 64, como o exemplo maior o autoexílio de Abdias do Nascimento e no Brasil a repressão desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad isoladas das organizações propriamente clandestinas, sendo que hoje sabe-se que foi pequeno o número de negros participantes dessas organizações. (GONZALEZ E HASENBALG, 1982).

Dando um salto na história vemos que as entidades dos movimentos negros passaram a adotar novas estratégias de ação a partir da década de 1980 buscando a construção de espaços de interlocução com os poderes públicos.

Foi assim que, nesse período, militantes participaram da formação e organização de novos partidos políticos, bem como do movimento pelas Diretas Já – buscando incluir algumas de suas demandas ao conjunto de reivindicações que a sociedade apresentava. (ALBERTI E PEREIRA, 2005; CONCEIÇÃO, 2009).

Em 1986, organizações dos movimentos negros de diversos estados do país mobilizaram-se em torno da constituinte, realizando em Brasília a Convenção Nacional do Negro na Constituição. Do documento aprovado ao fim da convenção constavam algumas reivindicações, dentre as quais a criminalização do racismo e o direito das comunidades quilombolas à posse de suas terras, temas que vieram a ser acolhidos no texto constitucional. (JACCOUD et al 2009).

A Constituição é um marco na questão dos direitos da população negra conforme aponta vários autores (LIMA, M; 2010; JACCOULD et all 2009; CONCEIÇÃO, 2009) e não sem razões pois em nossa carta magna foram incorporados importantes artigos em relação aos direitos das populações negras.

No âmbito da temática racial, a Constituição Federal de 1988 tratou com destaques os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e dos direitos da população remanescente de quilombos. O texto constitucional tornou o racismo um crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º); reconheceu ainda os territórios quilombolas como bens culturais nacionais (Art. 216) ao mesmo tempo em que admitiu o direito da população remanescente de quilombos à propriedade definitiva das terras que estejam ocupando, “devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Art. 68 – Disposições Transitórias) e afirmou a diversidade cultural como um patrimônio comum a ser valorizado e preservado (Art. 215 e 216). (JACCOUD et all, 2009).

Outro fator importante e fruto do acúmulo da temática dos movimentos negros que ocorreu na Assembleia Constituinte e depois na própria Constituição Federal de 1988 foi a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) neste mesmo ano.

A FCP é um organismo federal voltado à promoção e a preservação da influência negra na sociedade brasileira. Ligada ao Ministério da Cultura (MinC), tinha também entre seus objetivos a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e o apoio à demarcação e titulação de suas terras, hoje cabe-lhe somente a competência para a emissão de títulos de certificação e não mais para a demarcação de terras, como foi responsável no início de sua criação. (JACCOUD et al, 2009; CONCEIÇÃO, 2009).

Durante muitos anos, a FCP agregou as responsabilidades pela política direcionada a população negra, apesar de seu viés predominantemente cultural e da falta de mecanismos necessários para o cumprimento adequado de seus objetivos (JACCOUD et al, 2009).

Por fim, sinalizo dois outros fatos importantes no acúmulo de forças em relação à questão dos negros no Brasil que foram a Marcha Zumbi na segunda metade da década de 1990 e a Conferência de Durban na África do Sul no início dos anos 2000.

A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida reuniu em 1995, mais de 30 mil pessoas em Brasília após ampla mobilização do movimento negro e movimento sindical e pressionando o governo a um compromisso público com a discriminação racial. O documento então entregue ao governo federal ressalta não apenas o “protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país”, mas, principalmente expressa a demanda por “ações efetivas do Estado” (JACCOULD et al 2009).

Apontando a existência de racismo na escola, denunciando uma divisão racial do trabalho no país, destacando o acesso diferenciado a políticas públicas, como por exemplo na saúde, na segurança pública e na justiça, o documento da Marcha demanda do Estado a criação de condições efetivas para que todos possam se beneficiar da igualdade de oportunidades como condição da afirmação da democracia brasileira. Sendo propostas duas linhas de intervenção: a adoção de medidas de valorização da pluralidade étnica da sociedade e a efetivação de um

programa de ações voltados à promoção da igualdade e incluindo a implantação de ações afirmativas para o acesso a cursos profissionalizantes e universidades. (JACCOULD et al, 2009).

Mas foi somente em 2001, em decorrência da mobilização para participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida em Durban – África do Sul que o Brasil assumiu o compromisso efetivo de implementar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução de desigualdades raciais com a adoção de novas iniciativas.

Foi instituído em setembro de 2000 o Comitê Nacional para Preparação da Participação Brasileira na Conferência de Durban, sendo que o processo de organização previu a realização de conferências preparatórias nacionais, assim como de uma reunião regional das Américas ao qual o Brasil tinha se proposto a fazer mais por alegações orçamentárias foi realizada em dezembro de 2000 no Chile. Ocorreu também a organização de uma conferência nacional preparatória realizada também no Rio de Janeiro em julho de 2001.

Houve um intenso esforço de mobilização das organizações do movimento negro tanto para as reuniões preparatórias da III Conferência Mundial de Durban como para a Conferência Regional no Chile, sendo que no Brasil a Conferência Nacional contou com a mais de 2 mil participantes e foi precedida de reuniões preparatórias realizadas em quase todos os estados.

No cenário internacional, além das reuniões preparatórias oficiais como a reunião regional das Américas, foram realizados encontros entre os movimentos negros de vários países, elaborando diagnósticos, pautas e documentos reivindicativos.

Um aspecto importante, como um desdobramento do próprio movimento negro como assinalado anteriormente foi a criação da FCP, muito embora as recentes mudanças na estrutura de governo apontem para uma nova arquitetura de funções, destaco o papel da fundação e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na definição e titulação das áreas quilombolas.

O primeiro passo para a titulação das terras é a própria autodefinição quilombola que a comunidade faz e que gera a necessidade de se obter uma “certidão de autoreconhecimento” que é emitida pela FCP.

Após esse passo é realizada a primeira etapa para a regularização fundiária quilombola que consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) elaborado pelo INCRA.

Na sequência ocorre a publicação da RTDI onde os interessados terão prazo de 90 dias, após a publicação e a notificação para a sua contestação. Sendo elaborada após essa etapa a “Portaria de Reconhecimento” a ser publicada no Diário Oficial da União e dos Estados reconhecendo os limites do território quilombola.

No caso em que há imóveis privados (títulos ou posses) no território quilombola é necessária a publicação de um Decreto Presidencial de “Desapropriação por Interesse Social”.

E como último passo a própria Titulação do território, realizado pela presidência do INCRA mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, sendo proibida a venda ou penhora do território<sup>16</sup>.

Como vimos até agora de forma resumida, a luta do movimento negro é histórica em nosso país e a questão quilombola acaba aglutinando novas forças que começam a ser articular principalmente após a explicitação de seus direitos na Constituição Federal de 1988.

Importante ator social foi a constituição da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) que ocorreu em 1996 em Bom Jesus da Lapa/BA após a realização de reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos que contou com a participação de representantes de quilombos das várias regiões do país entre eles representantes do Quilombo do Campinho da Independência – RJ.

A estratégia de realizar Encontros Nacionais foi utilizada pela CONAQ no sentido de agrupar, reconhecer e fortalecer as lutas comuns dos respectivos quilombos, sendo realizados 5 encontros nacionais a saber: I Encontro em Brasília/1995; II Encontro em Salvador/2000; III Encontro em Recife/2003; IV Encontro no RJ/2011 e o V Encontro em Belém/2017 o que ajudou a consolidar a presença da CONAQ em 23 estados do Brasil.

---

<sup>16</sup> [www.incra.gov.br/passo\\_a\\_passo\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/passo_a_passo_quilombolas)

Entre os seus objetivos podemos destacar a luta pela garantia do uso coletivo do território, dos seus recursos naturais em harmonia com o meio ambiente; pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável; pela implementação de políticas públicas levando em consideração as formas de viver das comunidades quilombolas; por educação de qualidade e que atenda as características da forma de viver quilombola; pelo protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas, assim como pela permanência dos jovens no quilombo (CONAQ, 2019).

Destaca-se a atuação da CONAQ na área legislativa com os esforços e influências exercidos como o amplo debate sobre os procedimentos de regulação de territórios quilombolas, definidos pelo artigo 68 do Ato das Disposições Gerais Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, além da participação ativa na construção do Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (CONAQ, 2019).

A Constituição de 1988 estabelece um novo marco jurídico para o conceito de quilombo, fator determinante para a garantia do direito à terra a essas comunidades, o que acabou sendo também importante para o estabelecimento e organização do movimento quilombola em nível nacional, que a partir de sua identidade étnica reivindica o seu direito à terra. Porém são poucas ainda, as comunidades quilombolas que alcançaram esse direito. Das mais de três mil comunidades quilombolas presentes nas cinco regiões do país, pouco mais de 100 possuem o título. (CONAQ, 2019).

A mobilização em torno da CONAQ demonstra a capacidade de organização e de luta que as populações tradicionais, no caso os quilombolas, possuem e a visão de que somente a partir de uma organização de base podem somar esforços na luta pelos seus direitos fundamentais, entre eles o direito ao seu território onde seu modo de vida pode ser reproduzido.

### 2.3 Breve apresentação sobre a comunidade do quilombo do campinho da independência

A história do Campinho da Independência tem suas raízes na figura de três ex-escravas que herdaram as terras da Fazenda Sertão da Independência, situado no município de Paraty. Seus descendentes puderam ao longo do tempo observar as transformações ocorridas neste território (GUSMÃO, 1995).

Em 1999 a comunidade obteve o seu título da terra, sendo o primeiro quilombo a ser titulado no Estado do Rio de Janeiro na época da governadora Benedita da Silva, figura oriunda do movimento negro com contribuição histórica na luta pelos direitos quilombolas na Constituição de 1988.

O Campinho da Independência se situa numa área que até a década de 70 era de difícil acesso, sendo que a construção da Rodovia Rio – Santos trouxe grandes impactos para a comunidade pois cortou a mesma gerando vários conflitos e dificuldades além de impactar na especulação imobiliária que começa a se agudizar.

A pesquisadora comunitária Daniele Elias, que realizou pesquisa para o Observatório de Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – Teia de Saberes e Práticas (Obteia), traz vários elementos sobre o modo de vida e o histórico de luta da comunidade narrado pelos griôs (mais antigos) e vivenciados por ela também:

Em relação à saúde, a comunidade sempre utilizou as ervas medicinais que viravam chás, banhos e xaropes, costume que ainda é passado de geração para geração, através dos saberes pelas mais velhas curandeiras e rezadeiras.

A base econômica da comunidade tem origem a partir de mutirões de cultivos tradicional de vários produtos e da pesca oriunda do Rio Carapitanga que passa em várias comunidades tradicionais. O peixe de água salgada também é trocado por farinha de mandioca e banana para fazer o pirão com os caiçaras de Trindade (SANTOS et al., 2017). Tais práticas continuam atuais, tendo sido resgatadas mais fortemente a partir da pandemia de Covid-19 (2020-2022)

O artesanato é uma tradição na comunidade que surgiu em função da necessidade de produzir utensílios necessários para o dia a dia, hoje esses produtos

são vendidos na casa de artesanato coletiva; As construções das casas também eram feitas em regime de mutirão, utilizando matéria-prima local, extraída da natureza de acordo com a lua e a época do ano numa quantidade correta para não agressão da natureza, conforme os ensinamentos dos mais antigos (SANTOS et all, 2017).

O acesso à cidade era bem difícil, num percurso por trilha de quatro horas e meia para ir e mesmo tempo para voltar, sendo que a ida na cidade era basicamente para a troca de farinha de mandioca, milho e banana por sal, querosene e sabão. Dessa forma a comunidade foi crescendo e vivendo em liberdade com suas práticas culturais como Folia de Reis, Chiba, Samba, Carnaval e a prática espiritual da Umbanda (SANTOS et all, 2017).

Segundo a pesquisadora comunitária Daniele Elias,

Nos anos 70 a construção da Rodovia Rio-Santos corta a comunidade sem avisar nem pedir licença, trazendo então vários conflitos e dificuldades, entre eles o aparecimento de pessoas dizendo serem netos dos fazendeiros que tinham ido embora e abandonado a fazenda e que diziam que os moradores teriam que sair dali ou trabalhar para eles. Diante desse cenário os mais velhos tiveram que se organizar para provar que a terra eram deles e que existia uma história de vida e integração com a natureza, sendo necessário buscar recursos para pagar as custas dos advogados, sendo realizado um esforço coletivo para isso, mas no fim das contas, acontecia muito descaso, sumiam com o dinheiro e não davam retorno para a comunidade;

Essa situação de indefinição durou até o dia 21 de março de 1999 (Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial) quando a comunidade recebeu o título da terra pelo qual tanto lutou, sendo o primeiro quilombo do Estado do Rio de Janeiro a ser titulado.

Desde a titulação, a comunidade se organizou para a geração de renda a partir do trabalho local, permitindo que os moradores pudessem se manter no território sem ter que trabalhar fora e dessa forma manter sua cultura e garantir o repasse deste conhecimento para os seus descendentes.

Hoje a Comunidade do Campinho tem 120 famílias, 550 moradores, sendo que a metade disso são crianças e jovens distribuídos em 13 núcleos familiares.

Existe um restaurante comunitário que tem como princípio a economia solidaria, trabalhando com alguns produtos agroecológicos obtidos a partir dos sistemas de plantio agroflorestais, plantados pelos agricultores do Quilombo e em

outros territórios tradicionais dos municípios de Paraty e Ubatuba, assim como os pescados que também são comprados dos pescadores que vivem em comunidades caiçaras e regiões costeiras, buscando dessa forma mantê-los em seus territórios de origem alimentando e valorizando seu modo de vida local.

O Turismo de Base Comunitária - TBC é uma outra importante atividade que vem reunindo as potencialidades culturais da comunidade, mostrando suas práticas e saberes as pessoas que visitam o Quilombo. Esse modelo é o que mais se adequa ao modo de vida dos moradores, sem agredir e mudar os hábitos locais, sendo que este conceito tem como base o envolvimento comunitário e a gestão participativa contribuindo com a geração de renda e emprego.

O roteiro desse turismo é organizado e agenciado pela comunidade, com uma duração média de 3 horas e contém a “contaçoão” de história com os mais velhos da comunidade, os chamados griôs (detentores da história) sendo um momento rico onde se pode ouvir e vivenciar a história de luta e resistência, de quem vive e viveu, na prática, essas histórias que não são contadas pelos livros. (SANTOS et all, 2017).

Algumas características desse território são marcantes e lhe confere uma especificidade interessante: a existência da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) que se configura num espaço de participação e mobilização da comunidade por suas diversas frentes de luta, representa um importante espaço de agregação comunitária.

Destaca-se o trabalho da associação nas atividades coletivas e individuais de geração de renda, como as iniciativas em relação a agroecologia como o manejo da palmeira Juçara, as atividades do viveiro comunitário de espécies florestais e frutíferas e aos sistemas agroflorestais que são referências na comunidade e trabalhados nos núcleos familiares.

Outra atividade importante desenvolvida é o Turismo de Base Comunitária (TBC) através da realização de roteiro que compreende uma série de atividades como: Restaurante, Casa de Artesanato, Viveiro de Mudas, Agroflorestas, Contaçoão de histórias com os Griôs, oficinas de cestaria com os integrantes da casa de artesanato, vivências agroflorestais com os agricultores e agricultoras e apresentação cultural com a dança do Jongo e atividades coletivas ligadas à

AMOQC. Além destes, há outros empreendimentos familiares como pousadas, campings e bares (OLIVEIRA et al, 2019).

O TBC consegue envolver muitos moradores do Quilombo, sendo importante em vários sentidos, como o da geração de renda, afirmação da cultura quilombola e fortalecimento dos laços familiares e de solidariedade uma vez que os sistemas agroflorestais são trabalhados nos núcleos familiares.

Destaque deve ser dado também ao restaurante do quilombo pela sua excelente culinária e por envolver uma cadeia de produtores locais fortalecendo as relações não só no quilombo mas com pescadores caiçaras, sendo também um ponto alto no roteiro que recebe de visitantes de forma espontânea e através também da articulação com escolas de várias cidades através de uma agenda previamente elaborada sendo uma ação que mobiliza professores e estudantes que tem a oportunidade de experienciar a cultura e o modo de vida quilombola.

Destaco por último uma expressão muito utilizada entre os comunitários que é o “Bem-Viver”, essa expressão aparentemente vem do conceito exposto nas constituições do Equador e Bolívia e utilizada também pelos guaranis no Brasil como “nhandereko” que significa “nossa forma de vida” e utilizada também pelos quilombolas (ACOSTA, 2016).

São elementos percebidos desse “Bem Viver” e que dialogam com as ações desenvolvidas no Quilombo do Campinho e pelo FCT: as formas de alternativas de vida, o respeito a diversidade de cultura e forma de pensar, a valorização da territorialidade coletiva, as práticas econômicas solidárias, a valorização do conhecimento oral passado pelos mais velhos, a natureza sagrada como detentora de direitos e o território como espaço de produção de relações sociais, simbólicas e ideológicas das comunidades tradicionais.

Detalhamentos sobre o Quilombo do Campinho serão apresentados no Capítulo 4 Pesquisa de Campo, item 4.2 Caracterização do Quilombo do Campinho da independência. As informações ali apresentadas concernem ao aprofundamento da pesquisa bibliográfica e dados do Projeto Povos de Caracterização das Comunidades Tradicionais realizadas pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (2020).

## 2.4 O fórum de comunidades tradicionais

Esse importante movimento social tem a sua abrangência de atuação em diferentes municípios da Costa Verde e também é composto por diferentes etnias, porém para efeito desse trabalho o foco maior será sobre os quilombolas mais especificamente de Paraty –RJ do Quilombo do Campinho da Independência.

Um ponto importante e que será objeto do trabalho de campo é a própria reconstituição de sua criação procurando identificar e caracterizar a sua relação de criação com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) uma vez que ela aponta como estratégia de implementação da política a criação de fóruns regionais.

### 2.4.1 Histórico de sua constituição e as principais linhas de atuação

O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) é um movimento organizado das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do território que abrange esses três municípios. Esse movimento organizado foi iniciado em 2007, através de diálogos e encontros entre lideranças dessas comunidades em espaços como conselhos e reuniões que tratavam de assuntos diversos ligados à defesa do território. (NASCIMENTO, 2019).

Após a constituição formal do FCT ele começa a estruturar a partir de dinâmicas de encontros onde os problemas e ações necessárias eram discutidos, sendo a temática de ameaças aos territórios quase uma constante, entre outros temas que eram objeto de discussão.

O processo interno de planejamento do FCT pode ser aprimorado a partir da aproximação com pesquisadores da Fiocruz, o que possibilitou uma maior clareza das suas diferentes linhas de atuação.

Houve uma evolução consistente também nos processos de monitoramento e avaliação daquilo que foi planejado, que foi o principal responsável por induzir as mudanças no processo de planejamento, pois possibilitou o entendimento das

dificuldades no momento de planejar e de executar o planejamento. E foi este processo de discussão em várias instâncias que possibilitou maior integração das decisões e maior participação do conjunto da equipe (FREITAS *et al*, 2017).

Isso foi um processo de amadurecimento do FCT enquanto grupo procurando definir as suas prioridades e como atuar sobre as mesmas, sendo que atualmente é possível identificar algumas linhas de atuação prioritárias que se configuram como áreas de atuação, quais sejam: justiça socioambiental, saneamento ecológico, agroecologia, turismo de base comunitária, núcleo jovem e educação diferenciada.

A justiça socioambiental é uma temática importante ao FCT e está ligada aos inúmeros conflitos territoriais existentes na região decorrentes dos avanços da especulação imobiliária e à privatização dos territórios tradicionais, ao turismo desordenado, à implementação de grandes empreendimentos, à sobreposição dos territórios tradicionais pelas Unidades de Conservação, bem como à precariedade de serviços essenciais de educação, saúde, saneamento, transporte, energia elétrica e lazer. Tais conflitos são complexos, não só em razão dos interesses em disputa, mas também devido à morosidade para a resolução desses e ao não reconhecimento dos direitos territoriais dessas populações nas diferentes escalas e competências legais do Estado (LOURIVAL, *et al* 2019).

Duas importantes iniciativas foram realizadas no tocante a temática da justiça socioambiental, a primeira foi a campanha *Preservar é Resistir: em defesa dos territórios tradicionais*, lançada em 2014 tendo como objetivo dar maior visibilidade ao modo de vida e às práticas tradicionais, bem como aos conflitos vivenciados pelas comunidades integrantes do FCT.

A campanha associou a discussão política às manifestações culturais das diferentes etnias e comunidades da região (entre elas, poesia, teatro, fandango, xondaro, jongo e artesanato), gerando grande mobilização comunitária, maior visibilidade e credibilidade para a ação do FCT, sendo produzido um vídeo retratando o modo de vida dessas comunidades, um sítio na internet e uma página no facebook, alimentadas permanentemente pelos integrantes do FCT, além de folhetos e exposição de fotos retratando as práticas tradicionais. (LOURIVAL, *et al* 2019).

A outra iniciativa realizada foi o Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: Diálogos e Caminhos no Quilombo do Campinho (Paraty, RJ) que foi realizado em 2015 pelo OTSS, FCT, Ministério Público Federal (MPF) e Mosaico Bocaina, com o objetivo de identificar soluções que promovessem a justiça socioambiental nos territórios das comunidades tradicionais

O encontro foi realizado utilizando uma metodologia baseada na construção coletiva, considerando as distintas lógicas dos atores envolvidos – comunitários, representantes dos órgãos ambientais, representantes do MPF e pesquisadores acadêmicos e comunitários. As exposições e os debates partiram da análise de casos concretos, buscando maior entendimento entre conhecimentos técnicos e tradicionais e possibilitando equilíbrio nas soluções propostas . (LOURIVAL, et al 2019).

O saneamento é uma outra importante linha de atuação do FCT, pois representa um assunto que se configura num dos problemas comuns a diversas comunidades tradicionais, seja ela quilombola, indígena ou caiçara.

O saneamento ecológico é uma proposta de intervenção realizada inicialmente em uma comunidade caiçara, a praia do Sono, por escolha do própria do FCT diante das dificuldades existentes.

O processo do saneamento ecológico compreende todo uma etapa de mobilização da comunidade e de participação através da capacitação dos comunitários. Em vez de um sistema linear, pactuou-se um sistema de ciclo fechado de água e nutrientes. A tecnologia definida foi o tanque de evapotranspiração (TEVAP) que consiste numa caixa fechada que trata o esgoto e utilizando o mesmo como matéria-prima, irrigando ao longo do sistema bananeiras com nutrientes e água para o solo (MACHADO et all, 2019).

Esse sistema foi utilizado primeiramente na Escola Municipal Martin de Sá da comunidade caiçara da Praia do Sono pela importância da mesma para a comunidade e pela oportunidade de trabalhar com as crianças dessa unidade como uma forma de consolidação da educação ambiental na escola e na comunidade.

Após essa primeira etapa concluída foi realizada junto à comunidade uma avaliação da tecnologia implantada apontando as suas dificuldades e pontos positivos amadurecendo conjuntamente essa experiência e preparando a segunda

etapa de expansão do projeto para as residências, sendo contempladas a criação de mais 11 módulos na praia em casas próximas ao rio que corta a comunidade.

Essa experiência possibilitou a participação nos diversos espaços públicos de discussão da temática de saneamento na região e com inserção de representante do projeto no próprio Comitê de Bacias Hidrográficas da Bacia da Ilha Grande (CBHBIG) órgão regulador daquela específica Bacia Hidrográfica, possibilitando uma divulgação do projeto aos diversos atores e líderes comunitários, buscando expandir a reflexão e difusão do saneamento ecológico em outras localidades (MACHADO et al, 2019).

Outro aspecto importante dessa iniciativa foi o próprio impacto no turismo da Praia do Sono, pois os módulos entraram no roteiro do Turismo de Base Comunitária da comunidade que não possuía saneamento e se tornaram um dos pontos importantes de visitação e explicação pelos próprios comunitários do processo em si e do histórico de luta e resistência da comunidade, além da replicação da tecnologia TEVAP em outras localidades, como em quiosque e pousada na Praia de Jabaquara em Paraty e em restaurante na Praia de Trindade, também em Paraty, além do interesse de família proprietária de camping na própria Praia do Sono (MACHADO et al, 2019).

Recentemente, como parte de uma emenda parlamentar, foi construído um biodigestor para o restaurante do Quilombo do Campinho, que visa processar em gás de cozinha os dejetos dos banheiros do restaurante, diminuindo o impacto de águas de sanitário na bacia do Carapitanga.

A agroecologia é uma outra linha importante de atuação do FCT seja pelas práticas agroecológicas realizadas no território, em consonância com a busca da preservação do mesmo e da geração de renda, seja pela articulação do FCT em diferentes redes dessa temática.

As práticas das “partilhas” ocorridas principalmente nas aldeias indígenas e os sistemas agroflorestais desenvolvidos no Quilombo do Campinho, além do cultivo de produtos sem a utilização de agrotóxicos demonstram a preocupação de geração de renda aliada ao desenvolvimento sustentável desses territórios tradicionais.

Essas experiências deram base e proporcionaram a aproximação com a Articulação Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e também com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) o que proporcionou a realização das

“caravanas agroecológicas” no território da Bocaina ocorridas em 2015 e também a realização do Encontro Estadual do Rio de Janeiro de Agroecologia, ocorrido no Quilombo do Campinho em 2017.

A relação com a ANA possibilitou a vivência e participação de um grupo de agricultores agroecológicos do território no IV Encontro Nacional de Agroecologia ocorrido em Belo Horizonte em 2018, sendo essa uma experiência muito significativa para os representantes da Bocaina que tiveram a oportunidade de vivenciar as lutas e pauta da agroecologia.

A articulação do FCT com a Fundação Oswaldo Cruz a partir do OTSS possibilitou a realização do Encontro de Diálogos e Convergências “Saúde e Agroecologia” que teve a sua estruturação em torno de 6 seminários temáticos: água e saneamento; alimentação saudável; plantas medicinais; educação e formação; agricultura urbana e comunicação, que foram combinados também com 10 vivências territoriais em experiências em agroecologia, ocorridas no segundo dia do encontro, em áreas de agricultura familiar e camponesa, de comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e no SUS.

Sendo um encontro que contou com a participação de pesquisadores e militantes dessa área das diferentes unidades da Fiocruz no Brasil, além do público local que já trazia uma bagagem de experiências para serem trocadas. A organização desse encontro contou com a Fiocruz, ANA, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e o FCT que realizaram as ações no Quilombo do Campinho (seminários) e no território da Bocaina (vivências) em Paraty.

Destaca-se por fim, a importância das iniciativas em relação a agroecologia com a permanente busca da soberania alimentar dessas populações e a busca de seu bem-estar sendo atividades com intensa relação com o modo de vida e as origens culturais dessas comunidades tradicionais.

O Turismo de base comunitária se constitui em outra importante linha de atuação do FCT, seja pelo seu potencial de geração de renda, mas também pela disputa pelo território, uma vez que se contrapõe ao modelo clássico de turismo em que há uma exploração das populações tradicionais pelo uso de seus territórios.

Existem em várias comunidades tradicionais da Bocaina essa noção do turismo de base comunitária (TBC) com o desenvolvimento de roteiros onde o território, o modo de vida, a cultura e vários produtos, desde o artesanato até a

culinária são apresentados como uma forma de exposição desse modo de vida e de geração de renda.

No Quilombo do Campinho da Independência o TBC já tem um roteiro estruturado e consolidado, como já foi exposto anteriormente e atualmente é um projeto do FCT organizar uma Central de TBC onde vários roteiros turísticos possam ser estruturados e divulgados, não só do Campinho, mas de outros territórios tradicionais da Bocaina.

O TBC advoga o protagonismo comunitário nos processos de organização, gestão e execução dos seus roteiros turísticos nos respectivos territórios tradicionais. Configura-se como elo entre as diversas atividades culturais, produtivas e tradicionais, respeitando as particularidades das identidades quilombolas, guaranis e caiçaras, mas também promovendo a integração entre essas identidades. (Oliveira et all, 2019).

A disputa em torno do turismo clássico e o TBC tende a se acirrar na medida que avança o projeto de privatização das áreas de proteção e parques nacionais o que pode significar uma forte área de disputa em relação a sobrevivência do modo de vida e dos territórios tradicionais o que requer um avanço na organização e aprimoramento do TBC não sendo por acaso essa uma das linhas de atuação do FCT.

Uma outra linha de atuação do FCT é a “educação diferenciada” que consiste na luta para que a educação nas comunidades tradicionais possa ser adequada as tradições, cultura e modo de vida das populações tradicionais.

Já existem no território, por ações do FCT diversas iniciativas relativas a educação diferenciada envolvendo o ensino indígena, caiçara e quilombola em diferentes municípios (Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba) com a participação de instituições parceiras que tem o foco na educação, como o Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), o Colégio Pedro II através do seu Núcleo de Estudos sobre Educação Diferenciada (NEPEDIF) e a organização não governamental Raízes e Frutos que constituíram o “Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada”. (FRANÇA et all, 2019).

As lideranças locais do FCT conseguiram participar de editais que possibilitaram desenvolver o debate em torno da educação diferenciada. Em 2007, por meio de um edital privado, o Quilombo do Campinho foi apoiado com o projeto "Educando com Arte", cujo objetivo era entrar na escola local com a proposta de desenvolver atividades do Ponto de Cultura. Em 2008, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi possível fazer o registro dessa experiência e apresentá-la às comunidades e as escolas da rede pública:

Percebendo a importância de registrar e compartilhar toda essa experiência local proporcionada pelo projeto, a comunidade do Campinho publicou no ano de 2008, com o apoio da Unesco, o livro *Vivência de Saberes: Quilombo Campinho da Independência*, com o objetivo de sugerir práticas pedagógicas para outras escolas em áreas remanescentes de quilombo (FRANÇA et al, 2019).

Embora as iniciativas em relação a educação diferenciada realizada pelo FCT, com o auxílio de parceiros envolva as três etnias (quilombolas, caiçaras e indígenas) e em três municípios o enfoque dado será focalizado nas ações referentes a educação quilombola no Quilombo do Campinho da Independência.

Neste sentido, cabe ressaltar que desde 2017 está em curso na Escola Municipal Campinho da Independência localizada no Quilombo do Campinho, o Programa de Educação Continuada com os professores das turmas de 1º ao 5º ano dessa unidade.

Essa iniciativa conta com a participação do IEARJ/UFF que organizou o programa em 3 etapas: (1) sensibilização; (2) estudo das diretrizes nacionais para educação escolar quilombola e produção de um diagnóstico socio cultural da escola; (3) e a reorganização curricular.

A primeira etapa ocorreu no primeiro semestre de 2017, através de 4 oficinas pedagógicas de sensibilização para a temática das relações etno-raciais na escola, sendo realizado no segundo semestre desse ano o estudo das diretrizes curriculares nacionais e no ano de 2018 inicia a etapa do diagnóstico sociocultural e de 2019 até 2021 está prevista a etapa de reorientação curricular.

Embora o foco seja a Escola do Campinho, deve ser destacado essa experiência na educação escolar quilombola envolve também a Escola Municipal José de Melo, localizada no Quilombo do Cabral em Paraty e a Escola Quilombola

Aurea Pires da Gama localizada no Quilombo do Bracuy em Angra dos Reis demonstrando a articulação regional que o FCT realiza nessa temática (FRANÇA et all, 2019).

O Núcleo Jovem do FCT é uma outra área de atuação extremamente estratégica para o movimento, pois diz respeito a renovação das lideranças e a própria mobilização que a juventude pode produzir em relação as bandeiras de luta do Fórum.

Uma das preocupações centrais em relação aos jovens das comunidades tradicionais é a possibilidade de participação em processos formativos, o que incentivou o FCT a desenvolver junto com parceiros duas importantes iniciativas de formação dessa juventude.

A ação do Fórum de Comunidades Tradicionais, associado à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) possibilitou, em 2009, uma primeira formação da juventude das comunidades tradicionais que compõe o FCT, dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Foram indicados jovens indígenas, quilombolas e caiçaras para uma formação com foco em agroecologia, baseada na pedagogia da alternância, que compreende o processo educativo em tempo escola e tempo comunidade.

A realidade do campo e das comunidades tradicionais em relação ao ensino é muito precária, não há oferta adequada e tampouco atividades sociais que envolvam a juventude, deixando-os ociosos. O intuito do curso foi de integrar esses jovens por meio dessa formação, incentivando-os a dar continuidade aos estudos, despertando-os para práticas educativas, trabalhos coletivos e para a participação social nos espaços de luta por seus direitos (CANANÉA, et all, 2019).

Em 2014 surge uma nova oportunidade de formação, através de uma articulação do FCT e do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, com uma vivência oferecida pelo Programa Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS),

O VER-SUS, é um projeto desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Rede Unida, com a Rede Governo Colaborativo em Saúde/UFRGS e com o CONASEMS (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde). O objetivo do VER-SUS é proporcionar a estudantes universitários a oportunidade de

vivenciarem a realidade do SUS, estimulando a formação de trabalhadores para o SUS, comprometidos eticamente com os princípios e diretrizes do sistema.

Em 2013 houve uma primeira conversa entre a Secretaria Executiva da Coordenação Nacional do Projeto VER-SUS, integrantes do FCT e membros do OTSS. Em 2014 é realizada essa vivência, onde os jovens ocuparam diversos espaços politicamente simbólicos no território desde suas comunidades (que receberam o encontro) até os espaços institucionais e públicos: a sede do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em Ubatuba, o Hospital Municipal São Pedro de Alcântara em Paraty, os postos de saúde comunitários e a Conferência Municipal de Saúde de Paraty.

A formação do VER-SUS no território trabalhou com aspectos transdisciplinares da saúde, trazendo uma visão ampliada de que a qualidade de vida e saúde de um povo se define a partir da realidade em que ela vive, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, abordando questões históricas em relação à equidade das comunidades tradicionais. Essa vivência foi entendida como piloto de um projeto VER-SUS, sendo considerada a primeira iniciativa direcionada à comunidades tradicionais. (CANANÉA et al, 2019).

Em 2019 o Projeto “Inovação em Educação e Comunicação para a Prevenção da Zika e Doenças Correlatas nos Territórios” integrado da Fiocruz, promove uma formação para o núcleo jovem do FCT em educomunicação em arboviroses, visando à difusão do conhecimento e à integração de estratégias em cultura, educação e comunicação em saúde. Essa iniciativa formou o Fórum de Ciência e Sociedade de Paraty.

Essas diferentes áreas de atuação do FCT e suas respectivas iniciativas foram apresentadas sinteticamente nesse momento como uma forma de exemplificar o alcance e a abrangência que o Fórum tem em suas ações e prioridades estratégicas.

Atualmente o FCT tem sua atuação consolidada não só no território mas nas diferentes redes em que se faz representar em diferentes escalas, como por exemplo as representações das diferentes etnias como a representação dos quilombolas na Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e na Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), a representação dos

indígenas na Coordenação Geral da Comissão Guarani Yvyrupa -CGY, que reúne lideranças políticas e espirituais da etnia guarani das regiões sul e sudeste do país e a representação caiçara na Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC).

Participa também da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Coordenação do Colegiado do Conselho Consultivo do Mosaico da Bocaina, da Coordenação da Câmara Temática Populações Tradicionais e Unidades de Conservação e Câmara Temática de Negócios Sustentáveis do Mosaico da Bocaina, da Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Fluminense de Educação do Campo, entre outras. (Fundo dos Direitos Humanos)

## **2.5 As Políticas Públicas como instrumentos de Justiça socioambiental para o FCT**

A seguir, as políticas públicas objeto desse trabalho, serão analisadas a partir de um diálogo entre as políticas e a atuação do FCT através das suas principais linhas de atuação estratégicas relacionadas com o movimento social e, também, com o desenvolvimento e avaliação das mesmas.

Em junho de 2002, por força dos movimentos sociais o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo n.º 143 a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção 169 reconhece as aspirações dos povos tradicionais de assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e de seu desenvolvimento econômico e de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões no âmbito dos Estados nos quais vivem (OIT, 2011)

Observa-se que, em diversas partes do mundo, os povos tradicionais não têm condições de gozar de seus direitos humanos fundamentais na mesma medida que o resto da população dos Estados nos quais vivem e que, em muitos casos, observa-se um processo de erosão de seus valores, costumes e modos de vida, chamando atenção para as importantes contribuições de povos tradicionais para a

diversidade cultural e a harmonia social e ecológica da humanidade e para a cooperação e entendimento internacionais (OIT, 2011)

A Convenção 169 foi ratificada tardiamente pelo Brasil, porém traz o reconhecimento explícito de “povos” e/ou “comunidades”, sob um significado lato senso para além do sentido estrito de “tribo”, assim enunciado: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção” (OIT, 2011).

Reconhece, assim, como critério fundamental os elementos de auto-identificação, e reforça a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas. A ratificação da Convenção 169 reforça a criação de novas políticas e instrumentos de redefinição da política agrária e favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas. As políticas estudadas neste trabalho são respostas do governo brasileiro à Convenção 169.

### 2.5.1 PNPCT

A política de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) foi instituída pelo Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 e define povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os caiçaras e pescadores artesanais, os extrativistas, os marisqueiros, os ribeirinhos, os caboclos, os pomeranos, entre outros.

Os territórios tradicionais são vistos como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais,

sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, levando-se em consideração o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

No âmbito dessa política pública são desenvolvidos projetos específicos para a estruturação da produção familiar e comercialização, que auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade suficiente para seu autoconsumo e geração de excedentes. Esses projetos são realizados em parceria com outros órgãos que atuam junto aos PCTs, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), SEPPIR (Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial), entre outros.

### 2.5.2 PNSIPCF

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) foi aprovada na 14ª Conferência Nacional de Saúde. É um importante reconhecimento das condições e dos determinantes sociais do campo e da floresta no processo saúde/doença das populações tradicionais (Brasil, 2013b).

Fruto do demandas e debates com representantes dos movimentos sociais, consagra-se com a Portaria nº 2.866/2011, que institui a política no âmbito do SUS, cujo objetivo é melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida (Brasil, 2013b).

É uma política transversal, que prevê ações integradas entre as três esferas de governo, articulada às políticas intersetoriais e orientada pelo respeito à diversidade social, cultural e biológica, no sentido de preservar e valorizar o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, contribuindo, assim, para a promoção da cidadania e florestania de tais populações (Brasil, 2013b).

A política reconhece de que a saúde é determinada pelas condições econômicas, sociais, culturais e ambientais e busca modificar os processos de planejamento, execução, controle e avaliação das políticas públicas, na perspectiva de compartilhamento do poder decisório, da efetivação da participação social, sobretudo na perspectiva da democracia participativa (Brasil, 2013b)

## **2.6 As ações do FCT e sua interface com as políticas públicas**

A intenção inicial nessa seção, é fazer uma primeira aproximação entre as ações que o FCT já desenvolve e a PNPCT e a PNSIPCFA entendendo que existem diversos pontos entre as atividades desenvolvidas pelo FCT e pelas comunidades tradicionais com essas políticas.

Essa inter-relação e a possibilidade de potencialização das ações/objetivos das políticas com as práticas já existentes do movimento social (FCT) será objeto da própria pesquisa através das entrevistas a ser realizadas com representantes do FCT e do Quilombo do Campinho da Independência, além da observação participante a análise preliminar dos documentos referentes a esses movimentos.

Na discussão do “desenvolvimento sustentável”, presente em ambas as políticas mas com destaque na PNPCT seja na descrição de seus princípios como em seus objetivos, essa questão dialoga fortemente com algumas iniciativas e linhas de atuação do FCT como as ações referentes a agroecologia e os sistemas agroflorestais desenvolvidos no Quilombo do Campinho, assim como as atividades referentes ao Turismo de Base Comunitária também presente nessa comunidade envolvendo contingente considerável de comunitários na sua abrangente cadeia produtiva e de articulação local.

O reconhecimento e valorização da diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais e a segurança alimentar e nutricional através do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, expressos nos princípios dessa política, tem seu ponto de convergência com as atividades de agroecologia e TBC, mas também se fortalece pelas ações culturais e de educação diferenciada desenvolvidas pelo FCT.

Assim como o princípio da articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos tradicionais, também tem sua interseção com as ações relacionadas ao saneamento ecológico, onde as iniciativas realizadas pelo FCT na Praia do Sono, ganham reconhecimento por parte da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) ao apontá-la como uma das experiências exitosas dentro do escopo do Plano Nacional de Saneamento Rural as iniciativas do FCT/OTSS com o saneamento ecológico abrindo a perspectiva de utilização dessa tecnologia no Quilombo do Campinho.

Analisando as definições gerais trazidas na PNSIPCFA, podemos identificar na descrição da “equidade” como a promoção do direito à igualdade, reconhecendo as necessidades especiais dando tratamento diferenciado e garantindo a sua inclusão e acesso individual e coletivo; onde as ações referentes a transmissão de conhecimentos dos mais antigos, os griôs, envolve o cuidado a saúde através da utilização das plantas medicinais cultivadas em sistemas agroflorestais e que dialoga com a incorporação desse conhecimento e forma de tratar a saúde, na unidade de saúde local.

A “florestania”, outra definição geral dessa política, entendido como o sentimento de pertencer à floresta e ser responsável pela sua conservação, os direitos dos seres vivos habitantes da floresta e os direitos da floresta compreendida como um ser vivo, entre outros, também promove uma grande articulação entre as ações desenvolvidas pelo FCT na luta pela permanência das populações tradicionais em seus territórios.

Particularmente no Quilombo do Campinho da Independência é nítida a preservação promovida pelos sistemas agroflorestais que tem sua distribuição e manejo garantido pelos núcleos familiares e que são responsáveis pela preservação das florestas e da qualidade do solo por meio de ações agroecológicas.

As diferentes formas de sustentabilidade – econômica, social, política, cultural e ambiental, expressas nas definições gerais da política, guardam relação direta com diferentes ações desenvolvidas pelo FCT, seja no âmbito do TBC, da agroecologia, da educação diferenciada e do Núcleo Jovem, enquanto linhas de ações que buscam atingir essas diferentes formas de sustentabilidade.

Por último, atenta-se para os princípios e diretrizes para elaboração de planos, projetos e ações de saúde, preconizados pela PNSIPCFA, onde está

explicita a valorização de práticas e conhecimentos tradicionais, assim como a promoção de ambientes saudáveis, com a defesa da biodiversidade e do respeito ao território visando a sua sustentabilidade ambiental, entre outras que dialoga fortemente com as ações do FCT realizadas no Quilombo do Campinho como as práticas em relação ao uso de plantas medicinais, as ações de agroecologia e sistemas agroflorestais.

## **2.7 Perspectivas de ações futuras do FCT em relação as duas políticas**

O desenvolvimento de um conjunto de ações pelo FCT em relação ao desenvolvimento sustentável como um todo e a discussão em relação à saúde dialogam diretamente com as duas políticas em tela, mas podemos fazer algumas aproximações iniciais sobre possíveis desdobramentos e repercussão sobre os objetivos mais gerais e específicos dessas políticas.

Em relação a PNSIPCFA após o trabalho de avaliação em 9 áreas no Brasil como um todo, realizado pelo OBTEIA e com a participação de pesquisadores comunitários do próprio Quilombo do Campinho, ficou evidente a necessidade de que esse trabalho possa ser desenvolvido de forma constante, visto as necessidades ainda a serem atingidas.

Porém deve-se observar e é objeto de estudo da pesquisa, as próprias modificações internas na estrutura de governo devido as mudanças de gestão e como isso vai se refletir na forma como essa política é implementada e avaliada e a própria participação do OBTEIA e das estruturas articuladas nas diferentes regiões.

Sobre a PNPCT como seu aspecto é mais abrangente do ponto de vista de ações, existe vários pontos de contato com as ações que o FCT já desenvolve, seja em relação ao TBC, agro florestas e agroecologia enquanto potencial de geração de renda, bem como ações referentes a Educação diferenciada, uso de plantas medicinais e toda a discussão da parte cultural que dialoga com valores de intrínseco as comunidades tradicionais e mais especificamente a cultura e modo de vida quilombola.

Enquanto ação futura do FCT, que na realidade se configura como contemporânea, visto o desenvolvimento dos projetos, duas iniciativas as quais o

FCT está vinculado, podem trazer uma articulação com os efeitos desejáveis das políticas públicas estudadas. A principal delas é o Projeto Povos de Caracterização das 64 comunidades tradicionais da Bocaina e que vai atingir os municípios de Ubatuba em São Paulo e Angra dos Reis e Paraty no Rio de Janeiro e que terá foco também no Quilombo do Campinho da Independência.

Esse Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais, caiçaras, quilombolas e indígenas, é uma das condicionantes específicas da licença prévia no âmbito do licenciamento de atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Campos e está envolvendo número expressivo de comunitários e deve trazer informações e conhecimentos sobre as condições de sociais e de vida dessas populações tradicionais.

As atividades relacionadas à cadeia produtiva de Petróleo podem causar transformações no território, inclusive naqueles tradicionais que são mais vulneráveis aos prováveis impactos sociais, podendo agravar algumas dessas situações de conflito e vulnerabilidade.

Sendo assim, a caracterização dos territórios ocupados por comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas se propõe a produzir um material que traduza a realidade socioeconômica, ambiental e cultural vivida por estas comunidades, a partir de um processo que proporcione uma reflexão interna sobre esta realidade e o desenho de possíveis estratégias que possam reduzir as situações de conflito e vulnerabilidade.

Outro projeto que pode dialogar com as políticas públicas é o Projeto de Monitoramento de alguns indicadores relativos a Agenda 2030 no território da Bocaina, que é uma parceria do FCT com a Estratégia da Agenda 2030 da Presidência da Fiocruz e que busca desenvolver uma metodologia e acompanhamento de alguns indicadores por parte das populações tradicionais, com um possível envolvimento do Núcleo Jovem do FCT nessa atividade que deve também levantar uma série de dados que podem dialogar com as políticas públicas.

São exemplos de perspectivas de trabalhos futuros do FCT que podem dialogar com o desenvolvimento das políticas públicas no território e que por isso devem ser também explorados na investigação de campo.

### **3 PESQUISA DE CAMPO**

Na busca do entendimento do Quilombo do Campinho, vamos inicialmente apresentar a região em que o mesmo está inserido buscando delimitar melhor o território que estamos enfocando.

Por ter sido o primeiro Quilombo titulado no estado do Rio de Janeiro, vários estudos foram realizados sobre diferentes aspectos ligados a constituição, modos de vida, aspectos culturais e dinâmica de funcionamento e que junto a observação participante permitiram a construção desse capítulo.

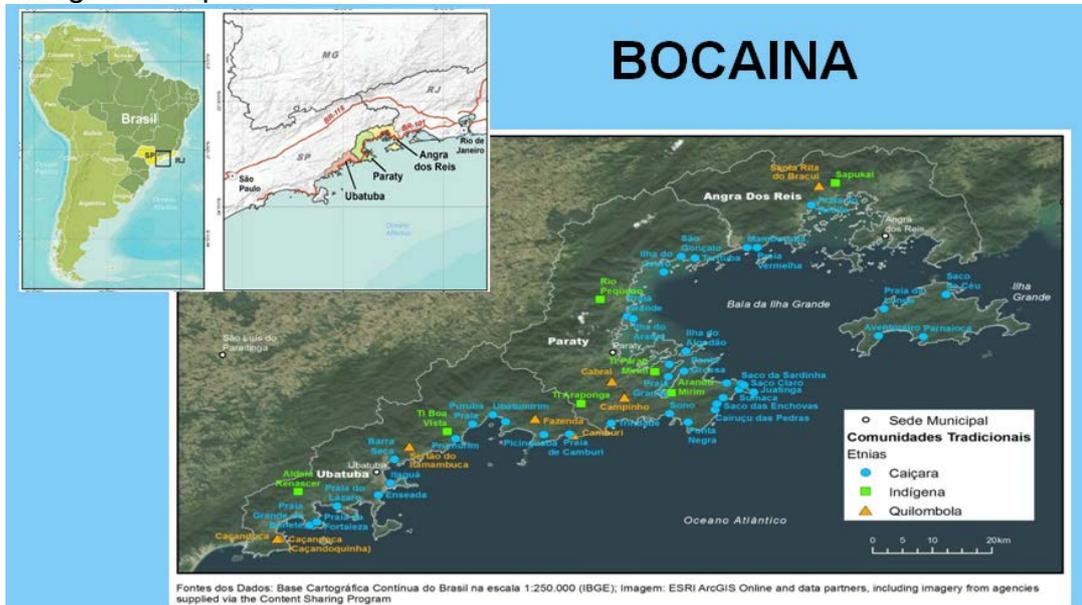
#### **3.1 A microrregião do Carapitanga**

O território litorâneo situado na região da Serra da Bocaina encontra-se equidistante das duas maiores metrópoles do país – Rio de Janeiro e São Paulo – e estende-se por três municípios: Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro e Ubatuba, em São Paulo.

A Região compreende uma área de 222 mil hectares de Mata Atlântica que integra o Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar abrigando uma das mais ricas áreas remanescentes de Mata Atlântica, com 17 unidades de conservação que apresentam algum tipo de ocupação humana, em boa parte composta por caiçaras, quilombolas e indígenas. (OTSS, 2020).

A figura 1 abaixo, mostra em escalas a região da Bocaina, os municípios que a compõem e as mais de cem comunidades tradicionais que habitam secularmente a região.

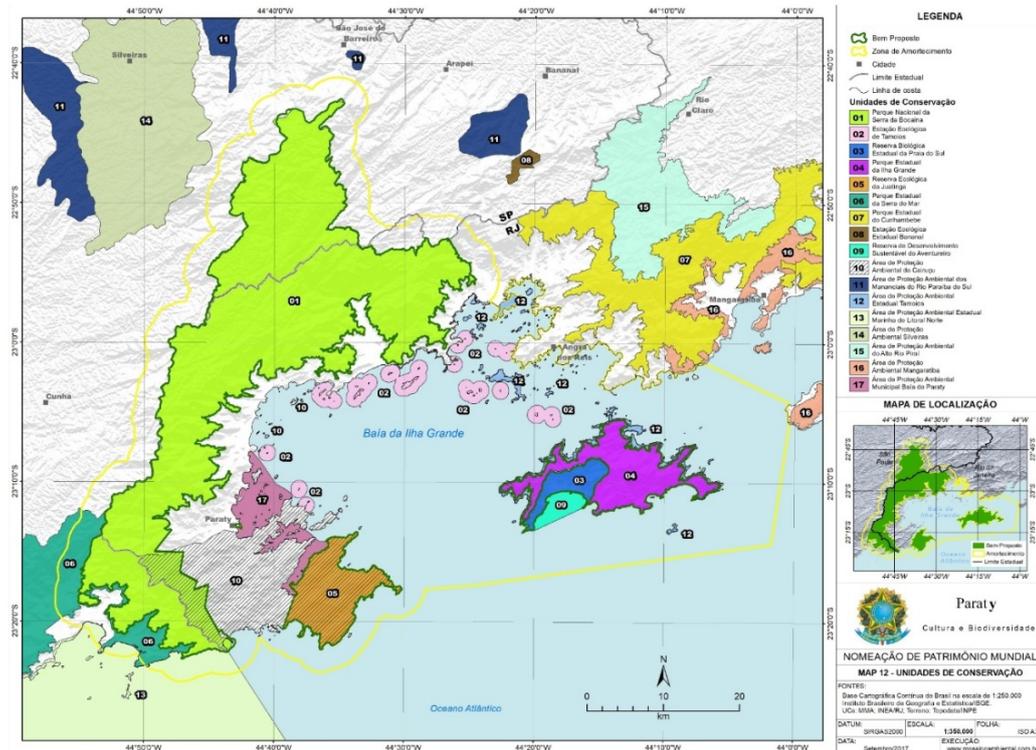
Figura 1: Região da Bocaina, municípios e comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas



Fonte: Base Cartográfica Contínua do Brasil, OTSS.

Abrange também o sítio do patrimônio mundial da humanidade em Paraty e Baía da Ilha Grande. Reconhecido pela UNESCO em julho de 2019 na categoria de sítio misto (cultural e natural), abrange um território de quase 149 mil hectares, sendo o primeiro sítio misto da América Latina onde se encontra uma cultura viva (OTSS, 2020).

Figura 2: Mapa do sítio misto da Unesco



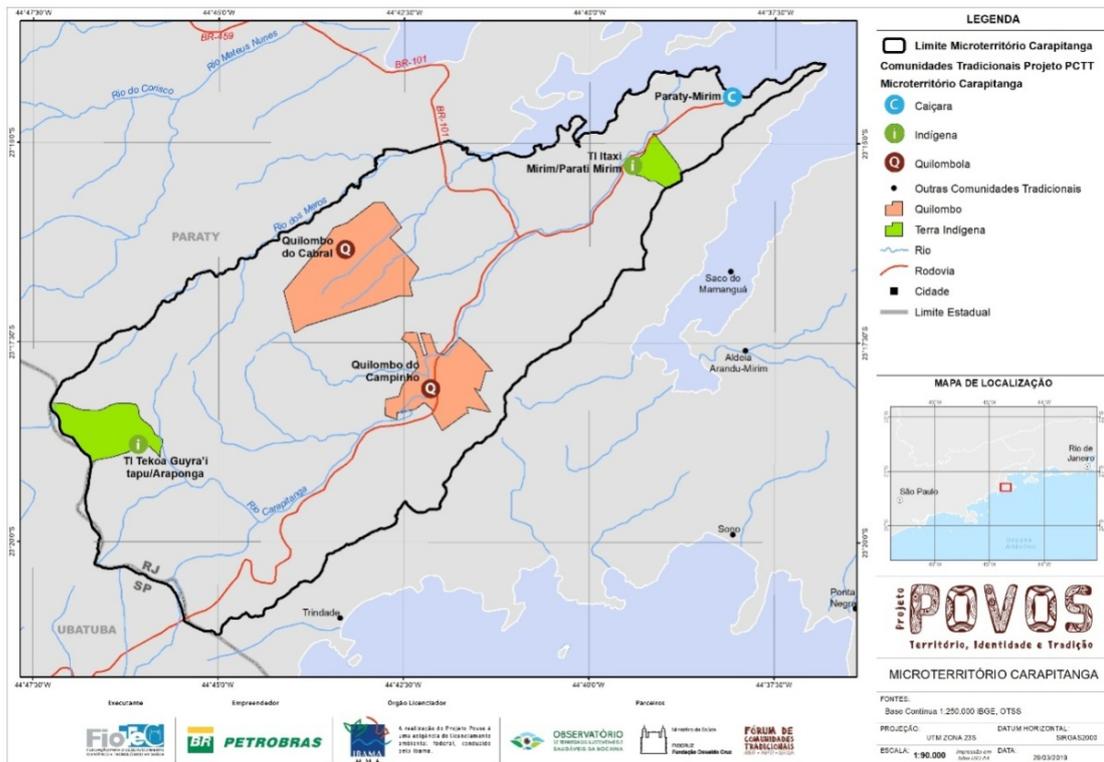
Fonte: Dossiê Paraty Patrimônio da Humanidade

Inserido no município de Paraty, em área de abrangência do sítio misto da Unesco, o microterritório do Carapitanga abriga, além de dezenas de comunidades rurais, cinco comunidades tradicionais: Terra Indígena Tekoa Guyra'í Tapu/Araponga (Forquilha); Terra Indígena Itaxi Mirim (Paraty Mirim); Quilombo do Campinho, Quilombo do Cabral, e comunidade caiçara de Paraty-Mirim (OTSS, 2020).

Muito embora existam especificidades culturais de cada comunidade, todas elas fazem parte de processo histórico comum, em especial no que diz respeito às transformações impostas pelos impactos dos projetos desenvolvimentistas de grande porte na região (OTSS, 2020).

As populações tradicionais do Carapitanga enfrentam problemas comuns a toda a região da Bocaina: i) ameaças a perda de suas terras pela especulação imobiliária, ii) o turismo desordenado, iii) as restrições impostas por unidades de conservação de proteção integral, iv) dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento básico, e v) dificuldade de comercialização de produtos da agricultura, do artesanato, do extrativismo e da pesca. Caracteriza se, pois, como um território de grande vulnerabilidade socioambiental. (OTSS, 2020).

**Figura 3: Microrregião do Carapitanga:**



Fonte: OTSS, 2020.

### 3.2 Caracterização do Quilombo do Campinho da Independência:

Os quilombos consistem em uma forma de resistência presente em todos os estados do território brasileiro. Inserem-se no espectro das políticas públicas brasileiras a partir da Assembleia Constituinte, por meio do Movimento Negro e, ao longo das últimas décadas, se transformaram em dispositivo jurídico de defesa territorial e luta contra o racismo. Quilombos possuem, portanto, um significado de afirmação étnica e incorporam as práticas e ações sociais que visam garantir o direito à terra e ao conjunto dos recursos naturais considerados imprescindíveis ao grupo. A identidade étnica quilombola é a base para sua organização social, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. (LINHARES, 2014; ALMEIDA, 1998).

Estudos sobre o movimento étnico configuram-se como espaços de entendimento dos conflitos agrários. O processo de afirmação étnica presente nos

remanescentes de quilombos, para além de aspectos linguísticos, religiosos e raciais, são compreendidos como importante fenômeno de mobilização política e uma forma fundamental de resistência. (ALMEIDA, 1998; MOURA, 1981, RATTS, 1999).

Os quilombos contemporâneos não se formaram de forma linear e homogênea e, portanto, só podem ser entendidos se contextualizados à realidade local que estão inseridas. (LINHARES, 2014).

O quilombo Campinho de Independência está localizado às margens do Rio Carapitanga e é cortado pela Rodovia Rio-Santos (margem direita do KM 119 da BR 101). No passado, conhecido como bairro de pretos, hoje é formado por sítios familiares, entendidos como áreas de moradia e/ou trabalho, próximas uns dos outros e espalhados ao longo de um pequeno vale de encostas verdes no sopé da Serra da Bocaina (CARVALHO, CIQUEIRA, 2019; LINHARES, 2014)

Hoje o quilombo tem uma área de aproximadamente 287 hectares de terras onde metade disso é Mata Atlântica. Vivem na comunidade aproximadamente 450 moradores, 150 famílias organizadas em 13 núcleos familiares. (OTSS, 2020)

Laudos antropológicos dos quilombos do Campinho e Cabral descrevem que a base econômica da região nasce a partir da produção de cana-de-açúcar, que movimentou o trabalho escravo na região por um longo período. No ciclo da mineração, escoava-se o ouro e chegavam escravos pelo porto de Paraty. Os negros eram encaminhados para trabalho compulsório na produção da cana e do café. Quando houve a abolição do trabalho escravo, no final do século XIX, as atividades comerciais enfraqueceram na região, o que fez com que alguns proprietários de terra doassem suas terras aos ex-escravos (REIS, 2010; KANIKADAN, 2014).

De modo geral, o fim do cativeiro fez com que os quilombolas sobrevivessem por meio da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam através de suas histórias, seus códigos de conduta, que são transmitidos de geração a geração (SANTOS E TATOO, 2008; KANIKADAN, 2014).

A comunidade quilombola Campinho da Independência surge a partir do final da escravidão com a doação de terras que pertenciam à Fazenda Independência para 3 (três) ex-escravas: Antonica, Luíza e Marcelina. Os atuais moradores do local são seus descendentes. A fazenda passou a ser o meio de sobrevivência dessas

mulheres e suas famílias. As atividades principais eram o plantio de mandioca e outros trabalhos na roça, além da fabricação de farinha, todas de responsabilidade das mulheres. Os homens se incumbiam de realizar o trabalho assalariado e faziam caça e coleta (KANIKADAN, 2014)

Os moradores de Campinho são parentes entre si e o parentesco é também organizador dos padrões de ocupação das áreas de moradia: as famílias organizam suas unidades residenciais em torno da casa onde moram os pais ou avós. Os direitos à terra são transmitidos pela descendência, assegurada pelo casamento. A condição étnica e o parentesco são essenciais, pois, confirmam a descendência e, por extensão, os direitos (LIMA, 2008; KANIKADAN, 2014).

Hoje convivem no território do Campinho da Independência treze núcleos familiares descendentes das três ex-escravas:

QUADRO 2: Núcleos familiares do Quilombo do Campinho

<b>Núcleo Familiar Quilombola</b>
Núcleo Santos
Núcleo Bento
Núcleo Intina
Núcleo da Didita
Núcleo Amâncio
Núcleo do Jorge
Núcleo Martins
Núcleo Nascimento
Núcleo tio Valentin
Núcleo tio Domingão
Núcleo do seu Hermes
Núcleo Pedro Alvarenga
Núcleo Benedita Estacia

Fonte: OTSS, 2020.

A herança feminina tornou o quilombo uma estrutura fundamentalmente matrilinear, onde a mulher ocupa lugar central na organização social. A mulher assume a manutenção de bens essenciais, como a terra e o trabalho. A mulher é também a mediadora das trocas que se realiza entre parentes, como o uso e

produtos da terra, a mandioca, a farinha e os instrumentos de trabalho (LIMA, 2008; KANIKADAN, 2014).

Segundo Gusmão (1995) o espaço social do quilombo do Campinho é marcado pelo parentesco de onde se origina uma rede de obrigações e deveres entre parentes que resulta na solidariedade e reciprocidade de grupo. As terras de Campinho constituem-se como realidade indissociável entre ela e o grupo que dela usufrui. Configura-se como um "território-história. um território-cultura". A questão de pertencer ao grupo traz consigo a afirmação dos direitos e as relações de gênero com a supervalorização da mulher como base de identidade e pertença ao grupo. Mulher, parentesco e, raça unem os moradores do Campinho com o território e estabelecem as condições de direitos em relação à terra feminina e coletivamente apropriada.

A Constituição Federal de 1988 assegurou às comunidades quilombolas o direito a suas terras. O reconhecimento do território quilombola constitui o primeiro passo para assegurar esse direito. A titulação do quilombo do Campinho foi obtida em 1999 em nome da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC). Foi o primeiro quilombo titulado do Rio de Janeiro, graças à luta travada pelo quilombo e o apoio da ex-governadora e atual deputada federal Benedita da Silva. (KANIKADAN, 2014; OTSS 2020)

A comunidade conta com uma igreja católica (São Benedito); duas igrejas evangélicas (Assembleia de Deus e Igreja Batista); um posto de saúde "Tia Bernarda" e a Escola Municipal Campinho da Independência, que oferece da Educação Infantil ao Ensino Fundamental até o 5º ano nos períodos da manhã e da tarde. A escola conta com 155 alunos sendo 66 quilombolas. (CARVALHO, CIQUEIRA, 2019).

Além desses edifícios, a comunidade conta com outros espaços de sociabilidade comunitária e de transmissão de saberes como o viveiro de mudas da juçara, a casa de farinha, as rodas de jongo das crianças, as rodas de contação de histórias dos Griôs, os núcleos familiares, as cachoeiras e rios e os sistemas agroflorestais. (CARVALHO, CIQUEIRA, 2019)

### 3.2.1 Conflitos, lutas e resistência

Na década de 1970, com a chegada da rodovia Rio-Santos (BR 101), vários empreendimentos chegaram no território como o Terminal Baía da Ilha Grande – Tebig, receptor do petróleo da região, o estaleiro Verolme (hoje Brasfels), as usinas nucleares Angra 1 e 2 e um grande projeto de turismo que se instalou na região gerando vários impactos sociais e ambientais, como poluição das águas e dos rios e construção de grandes áreas de expansão urbana fora do centro da cidade. Esse projeto hegemônico de desenvolvimento removeu populações tradicionais que encheram as periferias das cidades, causando grande impacto social.

A rodovia gerou um êxodo rural tanto pela expropriação de casas e terrenos de povos tradicionais e rurais pela rodovia quanto pela especulação imobiliária que alterou o perfil urbano de Paraty gerando conglomerados subormais como os bairros Ilha das Cobras e Mangueira, que ganharam uma feição mais urbanizada no decorrer do tempo. Além disso, a facilidade de acesso à cidade e os atrativos turísticos atraíram pessoas de vários locais provocando um adensamento urbano e retirando os trabalhadores rurais de suas terras para as novas oportunidades de emprego nas áreas urbanas. Assim, muitos povos tradicionais, desalojados de suas terras ou atraídos pelo crescimento urbano, formavam novos bairros, perdendo sua identidade e alterando seus modos de vida (FEITOSA, 2016, pg. 42-43)

A chegada da estrada, além de despejar centenas de famílias, dividiu o território do Campinho da Independência em duas partes (abaixo e acima da rodovia) e trouxe investimentos de multinacionais com grandes projetos de empreendimentos para região. Além disso, trouxe mudanças na estrutura agrária da região, com a forte especulação financeira baseada no turismo e Unidades de Conservação que se sobrepuseram aos territórios tradicionais, gerando vários conflitos socioambientais para a comunidade quilombola (LINHARES, 2014).

A construção da rodovia, a chegada das unidades de conservação e o modelo econômico adotado pela região de turismo trouxeram profundas mudanças no processo contínuo de formação da comunidade do Campinho (...) espremeu as áreas de plantio e junto com a desvalorização dos seus produtos, levou os agricultores para construção civil e serviços gerais no turismo. O que implicou em um distanciamento das futuras gerações da agricultura, atividade que era passada de pai para filho (LINHARES, 2014, p.51).

De acordo com pesquisa de Reis (2010b) que compara a situação dos quilombos do sul fluminense, os territórios dos quilombos do Campinho e Cabral (Paraty) e Bracuhy (Angra dos Reis), são as comunidades que possuem como principal conflito a BR101, que desde a década de 1970 vem afetando a produção e a qualidade de vida dessas populações. A urbanização desenfreada, decorrente da chegada da estrada, acabou por impedir, entre outras coisas, que a pesca continuasse a ser realizada no quilombo do Campinho, já que o Rio Carapitanga foi atingido pela poluição proveniente da construção da rodovia.

Feitosa (2016, págs. 51-59), narra os conflitos das comunidades tradicionais de Paraty com os empreendimentos que invadem a região a partir da década de 1970. No Campinho da Independência, os moradores enfrentaram várias disputas ao longo das décadas até receber a titulação das terras em 1999. Algumas estavam associadas a eventos na região como a instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e a abertura da rodovia Rio-Santos dividindo as terras da comunidade. De acordo com essa autora, as principais demandas dos moradores do Campinho estão relacionadas à posse da terra e à perda pelo direito aos recursos naturais significando uma ameaça, submissão e perda de sua autonomia.

Neste novo mosaico de projetos turísticos, industriais e ambientais para o litoral sul fluminense forjou-se um complexo conflito de terras, com grande ação repressiva aos comunitários da região até os anos 2000. Pessoas que foram expulsas do Parque Nacional da Serra da Bocaina adensaram bairros como Ilha das Cobras e Mangueira. Pessoas que foram criminalizadas pelas práticas ancestrais de roçado, pesca e caça e cerceadas por grupos armados de policiais. Isso ocorreu no Campinho e em vários outros bairros rurais de Paraty, conforme demonstra Feitosa (2016, p. 48).

Segundo Arruda (1999), as unidades de conservação têm expulsado os povos tradicionais de seus territórios. Planos de manejo formulados e executados por autoridades definidas pelo Estado excluem as pessoas que vivem no interior ou no entorno das UCs, especialmente as de Proteção Integral. Esse modelo promove uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, pois baseia-se numa visão de que os povos tradicionais são incapazes de desenvolver um manejo adequado dos recursos naturais.

Como as populações resistem em permanecer em seus territórios de origem, passa a ocorrer a criminalização de práticas corriqueiras e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades, como a pesca, o roçado, a criação, o extrativismo, acarretando a perseguição e penalização dos povos tradicionais.

Arruda (1999) lista os principais efeitos destes modelos de proteção ambiental: i) deteriorização das condições de vida das populações tradicionais; ii) perda de conhecimento tradicional de manejo de recursos; iii) processos de expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades; iv) aumento da degradação ambiental pelos processos de migração ou necessidade de superexploração de áreas menores; v) crescimento do conflito rural; vi) pressões de grupos econômicos e políticas privatistas.

Atualmente moradores do Campinho da Independência têm tido acesso aos conselhos das unidades de conservação e ampliado seu diálogo na confluência da conservação ambiental. Os povos tradicionais têm consciência da importância da preservação para sua luta pelo território. Exatamente por isso, se consideram peças-chave nos espaços participativos de decisões e construção de legislações e diretrizes que incidem em seus modos de vidas e em suas relações com a natureza, trazendo pontos de vista de quem vive na prática essa relação.

### 3.2.2 Economia, cultura e modos de vida

Até a década de 1970 a economia local era baseada no plantio da mandioca para produção da farinha, que era vendida e o lucro destinado para adquirir os itens que os moradores do quilombo não produziam em suas lavouras, característica da economia camponesa. As residências eram abastecidas a partir do trabalho familiar através da ampla variedade de culturas: feijão, cana, arroz, milho, hortaliças, entre outros. A carne consumida no local era proveniente da caça ou da criação de animais como galinhas e porcos. Os moradores também trocavam produtos entre si e com as propriedades vizinhas. (FEITOSA, 2016).

A partir da década de 1970 muitas mudanças em torno da organização social e do trabalho ocorrem no território. As Unidades de Conservação, sobrepostas às

terras do quilombo, gerou processos de criminalização de roçados em áreas antes cultivadas. Essa criminalização das roças, manejo agroextrativista e caça consiste em primeiro lugar em uma ilegalidade no que diz respeito ao território titulado, que deveria resguardar o direito à autonomia dos quilombolas de realizarem práticas que remetem ao seu modo de vida tradicional (OTSS, 2020).

Assim, o trabalho na roça tornou-se secundário na comunidade e num primeiro momento, com o desenvolvimento do turismo na região, tornou-se comum aos moradores do quilombo obter um trabalho em Paraty, como comerciários, caseiros ou domésticos. Para reverter este quadro, existe um esforço por parte da Associação de Moradores em reafirmar a cultura quilombola. (KANIKADAN, 2014)

Hoje observa-se uma mudança de atitude com a voz do movimento quilombola, ao valorizar o trabalho dentro da comunidade propiciando condições para que este seja auto-sustentável, de modo que mulheres e homens não precisem mais se submeter a serem empregados fora do Campinho (LIMA, 2008, p. 65).

Assim, se no período de criminalização ambiental as práticas agrícolas perderam espaço no território, a partir dos anos 1990, houve um movimento de resgate da agricultura na região, com técnicas de agroecologia, agroflorestas e manejo da palmeira juçara, que tem mudado o perfil do trabalho no quilombo.

Hoje, o Quilombo do Campinho vem sendo um precursor no território na construção de sistemas produtivos que estabelecem o diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico presente nos fortes movimentos de agroecologia. A AMOQC em parceria com o FCT e o OTSS iniciaram a construção de um plano agroecológico dentro do Quilombo, que nos dão a dimensão da importância das roças na produção e reprodução da vida neste território (OTSS 2020).

O plantio das palmeiras pupunha e açaí, o repovoamento da juçara, e incentivos à atividade agroflorestal se integram às roças e constituem um sistema agroecológico, no qual a construção coletiva dos saberes, referenciada pelo saber tradicional, promove preservação da identidade cultural e de resistência da comunidade (OTSS, 2020).

Marques e Kanikadan (2015) ressaltam a importância do Projeto Juçara para o desenvolvimento de autonomia e formação política da juventude do quilombo do Campinho. O projeto visava organizar uma cadeia produtiva da polpa dos frutos e

das sementes como meio de favorecer a conservação da palmeira juçara. Contou com a colaboração do MMA, instituto IPEMA, agrônomos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, AMOQC e Rede Juçara, estimulando o protagonismo de jovens no processo de desenvolvimento a partir da promoção do intercâmbio cultural permanente entre outras comunidades quilombolas.

Os autores afirmam que o Projeto favoreceu articulações e sinergias entre diferentes comunidades quilombolas e a consolidação de uma cadeia produtiva dos frutos da palmeira juçara. Segundo eles, o projeto atribuiu uma inovação aos agricultores quilombolas, baseado em princípios agroecológicos e conservacionistas. Promoveu a reorganização econômica e a ressignificação de papéis sociais dentro do quilombo. Sobretudo para a juventude do Campinho, o projeto foi uma oportunidade de formação em trabalho e renda, educação e saúde e territorialidade (MARQUES & KANIKADAN, 2015)

QUADRO 3: Produtos cultivados no Quilombo do Campinho

ROÇA					
Comunidade	Plantado	Fases da lua	Período de Plantio	Período de Colheita	Instrumentos de roça
Quilombo do Campinho	Abacaxi	*Lua Minguante e Lua Nova são luas boas para plantar, pois transmitem força e fortalece as plantações.	Ano todo		*Enxada para capinar e cavoucar; *Enxadao para arrancar as raízes dos capins; *Facão para podar, cortar galhos; *Machado.
	Abóbora				
	Açaí				
	Acerola				
	Alface				
	Araçá				
	Araçá Boi				
	Arroz				
	Banana da terra		Não plantar no inverno, Agosto tempo ótimo para plantio	Ano todo	
	Banana Nanica		Ano todo		
	Banana ouro				
	Banana prata				
	Bananas				
	Batata doce				
	Brócolis				
	Cabeludinha				
	Cacau				
	Cambucá				
	Cambuci				
	Cana				
Carambola	Ano todo				
Cheiro verde					

ROÇA					
Comunidade	Plantado	Fases da lua	Período de Plantio	Período de Colheita	Instrumentos de roça
	Chuchu		Ano todo		
	Coco				
	<u>Copaiba</u>				
	Couve				
	<u>Crotalaria</u>				
	Cupuaçu				
	Cupuaçu				
	Feijão				
	Feijão porco			Bom em Agosto	
	Gengibre				
	Goiaba				
	Graviola		Ano todo		
	Grumixama				
	Inhame				
	Jabuticaba				
	Jaca			<u>Fev-Abril</u>	
	<u>Jacaranda</u>				
	Jequitibá				
	Jiló				
	Juçara			Março - Maio	
	Laranja				
	Limão				
	Limão cravo				
	Mamão				
	Mandioca Aipim				
	Mandioca Aipim Preta (mandioca mansa, doce)		Julho		
	Mandioca Brava (Rama)				

ROÇA					
Comunidade	Plantado	Fases da lua	Período de Plantio	Período de Colheita	Instrumentos de roça
	Mandioca roxa				
	Mexirica				
	Milho			Fev-Abril	
	Palmeira Real				
	Palmito Juçara				
	Pimentas				
	Pupunha palmito				
	Quiabo				
	Taboa				
	Taioba			Ano todo	

Fonte: OTSS, 2020

Segundo os resultados do Plano Agroecológico do Quilombo do Campinho, realizado pelo OTSS, AMOQC e FCT, os agricultores e agricultoras vêm buscando garantir dentro do território a reprodução de sementes crioulas de milho, aipim, mandioca por meio de trocas internas ou inter-comunidades. Por meio da convivência e de mutirões troca-se conhecimento, material genético e alimentos entre as famílias.

Outra importante iniciativa de geração de trabalho e renda é o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma tecnologia social que amplia as potencialidades de renda e autonomia dessa comunidade. O quilombo do Campinho conta, hoje, com um estruturado aparato de TBC com restaurante comunitário; uma pousada de construção simples; um camping que também disponibiliza quartos para locação uma casa de confecção e venda de artesanatos; a sede da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC), onde também funciona o Ponto de Cultura Manoel Martins (CARVALHO, CIQUEIRA, 2019)

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), o TBC possui componentes sustentadores tais como a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades e representa uma oportunidade para o turismo no país, pois as comunidades através de suas especificidades podem apresentar ao mundo sua diversidade conhecida por poucos, ajudando a aliar conservação ambiental e valorização cultural.

Para os moradores do Campinho, o TBC é um processo que traz as pessoas de volta para a comunidade, como forma de manutenção de seu território e de sua cultura. É um modelo de organização que confere autonomia aos processos educativos, culturais e economicamente solidários, tendo como base a permanência no território (PINHEIRO, 2015, p. 66).

O Turismo de Base Comunitária do quilombo do Campinho recebe escolas ou grupos de visitantes que agendam com a comunidade uma estadia de um ou vários dias a fim de conhecer a cultura quilombola, acompanhando a confecção de uma peça de artesanato ou manifestações como o jongo e almoçando e/ou jantando no restaurante da associação. (KANIKADAN, 2014)

O TBC do Campinho é organizado pela Associação de Moradores do Quilombo (AMOQC), que organiza e integra as atrações na valorização étnico-cultural e ações sustentáveis e solidárias que valorizam as práticas tradicionais e geram trabalho e renda, tornando-se alternativa para a comunidade frente as propostas de trabalho precarizado provindo do turismo convencional (OTSS, 2020).

O Roteiro Etno Ecológico articula direta e indiretamente os quilombolas em torno da produção solidária. A renda gerada é distribuída para o crescente número de pessoas envolvidas. O roteiro envolve visitas ao Viveiro de Mudas, a Casa de Farinha, os Núcleos Familiares, a Casa de Artesanato, os Sistemas Agroflorestais, a contação de história com os Griôs<sup>17</sup> e a Roda de Jongo (OTSS, 2020)

**Figura 4: Casa de Artesanato do Quilombo do Campinho**



Fonte: OTSS, 2020

<sup>17</sup> Os mais velhos contadores de histórias da comunidade

A produção artesanal é confeccionada com matéria-prima encontrada em abundância no local. Sementes, bambus, madeiras, fibras de bananeira, cipós, taboas e palmeiras logo se transformaram em rico artesanato, que representa atualmente uma importante fonte de renda na comunidade. O artesanato é comercializado na comunidade, em loja criada pela Associação de Moradores. Um percentual do que é vendido retorna à loja para custear suas despesas administrativas (KANIKADAN, 2014; OTSS 2020).

**Quadro 4: materiais utilizados no artesanato no Quilombo do Campinho**

ARTESANATO		
Comunidade	Matéria prima	O que é feito
<b>Quilombo do Campinho</b>		Crochê
		Tricô
	Taboa	Cesta
	Cipó Imbé	Luminárias
	Cipó de caboclo	
	Taquara de Lixa	
	Taquaruçu	
Açaí	Peneira	

Fonte: OTSS, 2020

O restaurante é uma iniciativa do projeto turístico da comunidade. Sua construção foi financiada com recursos da Petrobrás<sup>18</sup>. Homens da comunidade trabalharam na construção do restaurante, vetor de um ciclo econômico que envolve a educação, a cultura, a saúde, a alimentação. O objetivo é que a própria comunidade possa fornecer os alimentos para abastecer o restaurante, através das agroflorestas. O projeto inicial do restaurante previa o envolvimento de todos os núcleos, que participariam com a criação de viveiro, galinheiro, criação de porcos, horta e piscicultura. (LIMA, 2008, p. 73)

Recebem diariamente turistas interessados por alimentos típicos produzidos no próprio território. Os jovens integrantes da AMOCQ trabalham no restaurante em escalas, com 5 (cinco) funcionários na baixa temporada e 14 (quatorze) na alta, o

<sup>18</sup> Financiamento do Governo Federal, ligado ao Fome Zero, iniciativa da SEPPIR, que captou recursos da Petrobrás para 10 quilombos do Brasil, um deles, o Campinho da independência.

que permite atender os turistas em qualquer dia ou época do ano. O salão é aberto e a cozinha fica dividida do salão por uma espécie de balcão. A decoração é rústica, com muitas referências à cultura negra e ao candomblé. Toalhas de mesa e bandeirinhas de chita complementam o colorido da decoração. Conta com um cardápio variado, com pratos bem elaborados daquilo que pode ser considerado a gastronomia do quilombo. (KANIKADAN, 2014).

Como ressalta Lima (2008), no Campinho a mulher é elemento central da continuidade grupal e lidera muitas das ações de TBC e agroecologia. As mulheres são as mediadoras fundamentais das relações familiares e entre grupos domésticos, assumindo cada vez mais protagonismo nos processos de gestão da comunidade.

**Figura 5: Restaurante do quilombo do Campinho**



Fonte: OTSS, 2020

O Restaurante do Quilombo foi inaugurado em 2007 e premiado no mesmo ano pelo Guia Comer e Beber. Hoje é um dos principais espaços de referência na organização comunitária, pois gera trabalho e distribui renda, fomenta a produção agroecológica na região, mantém relação solidária de comércio com pescadores das comunidades caiçaras do entorno e coloca na mesa do cliente uma culinária típica, produzida de forma sustentável (OTSS, 2020).

**Quadro 5: culinária tradicional do Quilombo do Campinho da Independência**

<b>CULINÁRIA TRADICIONAL</b>		
<b>Comunidade</b>	<b>Comida/Prato</b>	<b>Insumos</b>
<b>Quilombo do Campinho</b>	Peixe a moda	Peixe grelhado com palmito na manteiga e farofa de camarão com banana da terra
	Azul Marinho	Peixe cozido na banana verde
	Mata Atlântica (Caipirinha de Juçara)	Batida alcoólica de cachaça da terra com juçara, limão cravo e banana
	Pavê de banana da terra	Creme de maisena com banana da terra frita no açúcar e canela.
	Galinha Caipira com Macarrão	
	Beju doce com coco	
	Beju Salgado	
	Cocada	
	Doce de abóbora com coco	
	Doce de mamão	
	Farinha de mandioca	
	Bolo de mandioca	
	Milho Cozido	
	Batata doce cozida	
	Mandioca Cozida	
Bolo de Banana		
Suco de Juçara		

No tocante à saúde dos moradores do quilombo, existem iniciativas voltadas à produção de alimentos saudáveis e uso de ervas medicinais. As práticas de cura e cuidado estiveram presente desde a construção desse território junto às suas matriarcas, que se preocuparam em passar o conhecimento para seus filhos e filhas, netos e netas. Infelizmente muito desse conhecimento se perdeu. Segundo relatos dos moradores, as antigas parteiras e benzedeiros do quilombo faleceram sem deixar seu conhecimento para as gerações seguintes: “Dona Madalena foi nossa última parteira e nossa última rezadeira também, agora não temos mais ninguém que faça esses serviços de fé” (OTSS, 2020)

A cartografia social realizada pelo OTSS (2020) levantou informações das principais ervas medicinais existente no território do Campinho:

**Quadro 6: Ervas medicinais em uso no Quilombo do Campinho da Independência**

ERVAS MEDICINAIS		
Comunidade	Ervas	Para que é bom
Quilombo do Campinho	Canela de velho	Artrose
	Jambo	Diabete
	Jamelão	Diabete
	Pata de vaca	Diabete
	Moranginho	
	Carqueja	
	Sabugueiro	* Irritação da pele * Seca sarampo
	Mil folhas	Infecção de Garganta
	Tansagem	
	Cipó Caboclo	
	Gervão Roxo	
	Guaco	Xarope, piolho e coceira
	Cana do Brejo	Diurético Infecção Urinária
	Copaíba (folhas)	Cicatrizante Circulação
	Café (folhas)	Dor de Cabeça
	Urucum	Corante Colesterol
	Folha de Laranja com Folha de Pitanga (Vitamina C)	Resfriado
	Taioba	Antibiótico, contem ferro
	Suco de goiaba	Piriri
	Babosa	
Algodão/Amora e Aroeira (folha)	Infecção no Útero	
Óleo de Girassol	Queimadura grave	
Capim Colônia	Limpar a casa	
Folha da Novalgina	Dor de Cabeça	

ERVAS MEDICINAIS		
Comunidade	Ervas	Para que é bom
	Cabeludinha	Cólica
	Capim Limão	
	Camomila	
	Suco de Limão	Queimação no estomago

Fonte: OTSS, 2020

Os territórios quilombolas, por sua característica peculiar de posse comunitária da terra buscam incentivar a economia solidária e as trocas de produtos entre família e entre comunidades. A agricultura tem sido resgatada no quilombo e tem assumido novos significados com a emergência da pandemia do Covid-19 no início de 2020.

Em tempos de pandemia a solidariedade e a ação coordenada foram fundamentais para que os moradores do Quilombo do Campinho se mantivessem saudáveis e com suas famílias supridas em suas mesas.

Tudo que antes girava em torno do turismo praticamente cessou com a pandemia e novos arranjos tiveram que ser construídos. Desta forma, observou-se um fortalecimento do processo de mobilização entre comunidades, que com o estímulo da agroecologia e processos de produção, trocas e doações de alimentos fortaleceram os laços entre as comunidades.

**Figura 6: Troca entre de alimentos entre o Quilombo do Campinho e a Comunidade Caiçara de Trindade**



Nos arranjos econômicos das comunidades tradicionais, a solidariedade já é um princípio. Os quinhões de peixe, a divisão de partes de caça entre os membros

da família, os mutirões agrícolas, tudo isso são formas de solidariedade pré-existentes. Não por acaso, as respostas mais efetivas à pandemia vêm exatamente dos territórios onde estas racionalidades de resistência e desenvolvimento de novos modos de produção, consumo e relação social habitam (OTSS, 2020).

Ações baseadas em trocas como base da circulação de produtos e serviços, mutirões como forma de implantar estruturas produtivas e de suporte social, e redes de cuidado como estratégia de apoio individual, familiar e coletivo se tornaram estratégias fundamentais para as comunidades da Bocaina e, o Quilombo do Campinho teve um protagonismo importante na reconfiguração desses arranjos “arcaicos” que voltam à centralidade no território (OTSS, 2020).

### 3.2.3 Educação e cultura

Segundo dados do relatório da Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica (INEP, 2015), a educação escolar em áreas remanescentes de quilombo é contemplada pela modalidade de educação do campo. Entretanto, existem elementos distintivos importantes, atrelados aos direitos étnicos desses grupos que deveriam ser contemplados nas políticas públicas de educação. Diante deste reconhecimento acerca das especificidades destes grupos, segmentos dos movimentos sociais negros iniciam, a partir da década de 1980, uma série de debates onde já se discutia a função social das escolas que atendem essas comunidades (CARVALHO E CIRQUEIRA, 2019).

A implementação da educação diferenciada é parte da luta pelo território no Quilombo do Campinho. A construção de um projeto de educação baseada na cultura quilombola, com especificidades de seu território contribuiu para a chegada de novos projetos e programas que trouxeram conquistas cotidianas importantes para a comunidade, tais como o reavivamento de práticas de plantio, de trabalhos artesanais, sobretudo, do jongo enquanto elementos de pertencimento identitários. A implementação da educação diferenciada reverte a lógica de hierarquização presente no sistema escolar e propõe uma nova metodologia que estabelece uma horizontalidade nas relações entre a comunidade escolar (professores, alunos e

demais funcionários) e os Griôs, artesãos, lideranças políticas e crianças quilombolas (CARVALHO E CIRQUEIRA, 2019).

Hoje o Quilombo conta com o ensino fundamental todo baseado em um currículo diferenciado. Até o sétimo ano do fundamental as crianças não precisam mais sair mais do território para frequentarem o segundo segmento do ensino fundamental em Paraty.

O sexto e sétimo anos do ensino fundamental foram implementados em 2020 no Quilombo do Campinho. Até então a escola municipal atendia somente até o 5º ano e as crianças complementavam os restantes em Paraty. Isto era dificultado pela indisponibilidade de transporte e o perigo de transitarem ou aguardarem o ônibus no acostamento da rodovia e observava-se um alto índice de evasão escolar, tanto entre a população do Campinho quanto de outras comunidades da região (SPINELLI & SOUZA, 2016).

As políticas educacionais que nascem da premissa do reconhecimento das diferenças étnicas e culturais representam um resultado das lutas dos movimentos e organizações sociais. No Quilombo do Campinho a luta por uma educação diferenciada teve como marco fundamental a implantação do Ponto de Cultura Manoel Martins em 2003, que recebeu este nome devido ao Griô que nasceu e viveu por muitos anos no Campinho da Independência. O Ponto de Cultura desenvolveu um novo parâmetro de organização no Campinho abrindo o debate sobre uma educação diferenciada no território quilombola (CARVALHO E CIRQUEIRA, 2019).

O Ponto de Cultura Manuel Martins foi desenvolvido no Quilombo do Campinho da Independência, nos anos de 2004 e 2005, sendo o primeiro Ponto de Cultura da cidade de Paraty. O projeto inicial desenvolvido pela AMOCQ consistiu na realização de oficinas, cujo objetivo era o resgate e o fortalecimento da cultura afro, como um movimento de reafirmação da identidade negra (PINHEIRO, 2015 p.73).

A partir do Ponto de Cultura os jovens da comunidade começaram a resgatar e fortalecer a auto estima da comunidade a partir da sua história e memória. Esse processo de resgate iniciou com os Encontros da Cultura Negra e se fortaleceu com o Ponto de Cultura. Foram desenvolvidas oficinas de cestaria, cerâmica, agricultura com os griôs, capoeira, percussão, construção de tambores e Jongo. Uma das

atividades mais importantes foi o resgate do Jongo, que recria suas tradições para incentivar o turismo cultural (PINHEIRO, 2015 p.73).

O Jongo traz uma discussão política para a questão da terra e do racismo e tem um caráter único de denúncia e, por isso, não é somente uma manifestação cultural, mas também uma prática política vinculada a questão da terra e sobre identidade afro brasileira (PINHEIRO, 2015 p.73).

A voz da juventude no Quilombo do Campinho é expressa de forma muito rica por meio da musicalidade e seu conteúdo poético. Há uma grande variedade (Jongo<sup>19</sup>, Samba e Rap) de ritmos que refletem as histórias de opressão e segregação. Por isso a música é trabalhada nas atividades escolares como importante atividade entre o currículo escolar, a didática, professores e alunos, na busca da redução da desistência escolar e estímulo à reflexão crítica (SPINELLI &SOUZA, 2016).

O rap entra recentemente na história do Campinho como parte do movimento *hip hop*, produzindo uma música de contestação e reivindicação do povo negro para suas dificuldades de acesso ao emprego e ao consumo, buscando a definição de seus territórios e seu pertencimento à sociedade (SPINELLI &SOUZA, 2016).

As músicas apresentam uma variedade das influências da música negra, acompanhadas de guitarra suingada, da batida do jongo ou do berimbau no ritmo da capoeira resultando numa originalidade especial e demonstrando sua versatilidade no uso de instrumentos de percussão, incluindo o bongô, além de experimentarem eventualmente arranjos com outros instrumentos como o saxofone. (SPINELLI &SOUZA, 2016).

A expressão musical do Quilombo valoriza a pluralidade e contempla o ambiente escolar como ponto de partida da expressão cultural relacionada à opressão. A percepção da riqueza plural proporcionada pela produção da juventude quilombola abre às possibilidades múltiplas para o exercício da reflexão e estímulo à produção artística.

“Se o aluno compreender a si mesmo e seu entorno comunicando-se através de conteúdos de sua experiência vivida e de valores de sua memória, poderá estar trazendo marcas aparentemente apagadas de sua ancestralidade, o que pode contribuir para a construção das identidades brasileiras. Isto poderá se dar através da construção de sua própria

---

<sup>19</sup> O jongo, ou caxambu é um ritmo que teve suas origens na região africana do Congo-Angola. Chegou ao Brasil-Colônia com os negros de origem bantu trazidos como escravos para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, no interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo

autoestima pela apropriação de seus valores não necessariamente esquecidos, pois recuperados. A identidade negra compreendida como uma identidade ritual que forma a cultura brasileira pode ser valorizada através das artes jovens e ajudar a formar os novos jovens de compreensão da beleza múltipla” (SPINELLI & SOUZA, 2016).

Outra referência cultural do quilombo do Campinho é o Encontro da Cultura Negra, que teve sua primeira edição em 1998 e que já conta com 21 edições. O evento é realizado no Quilombo por ocasião da Semana da Consciência Negra e tem como objetivo resgatar os valores da cultura negra e local, criando nos jovens o desejo de preservá-la. O evento reúne apresentações culturais como debates, shows, rodas de jongo, capoeira, feijoada, desfile da beleza negra, além de uma roda de samba. A partir do quarto encontro o evento entrou no calendário turístico-cultural do município de Paraty, sendo hoje um dos principais eventos do Dia Nacional da Consciência Negra na cidade.

### 3.2.4 A AMOQC e sua importância política:

Em relação a articulação política, o quilombo conta com sua Associação de Moradores, a AMOQC<sup>20</sup> que coordena e articula ações de turismo de base comunitária, agroecologia e formação de novas lideranças. Com reconhecido protagonismo na articulação regional das comunidades tradicionais, participa de diversos fóruns e espaços de negociação. Além da coordenação do FCT, participa de conselhos municipais e regionais, como por exemplo, o Conselho Consultivo da APA de Cairuçu e o Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas da Bocaina.

Em 1995 após participar da marcha dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em Brasília, surge a necessidade de maior organização do território que estava sendo assediado por políticos e grileiros da região. Em 1998 um grupo de jovens resolveu assumir a Associação de Moradores: Sérgio, com 19 anos; Lucas,

---

<sup>20</sup> As referências sobre a AMOQC foram retiradas de projetos inéditos realizados pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS) e submetidos ao BNDES e ao Instituto Linha D'Água para captação de recursos.

com 26 anos; Marcos, com 20 anos, e Luís Cláudio, com 24 anos, que se tornou o primeiro presidente do formato atual da Associação (LIMA, 2008, p.69).

Este grupo participou de um encontro organizado pela Fundação Cultural Palmares, em Brasília, chamado *Rota dos escravos*<sup>21</sup> que reuniu lideranças negras de vários países. Conheceram então Abigail Páscoa, que se tornou assessora da Benedita da Silva, no governo do estado. As circunstâncias políticas eram favoráveis: Benedita da Silva, então suplente do governador Antony Garotinho, assumira o governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1999. A titulação das terras do Campinho foi o primeiro ato público de Benedita como governadora (LIMA, 2008, p.69)

Com a titulação das terras do Campinho estruturou-se uma forma de organização a partir de um controle do coletivo sobre a área de cada núcleo. O título coletivo possibilitou o controle social exercido pela Associação de Moradores delimitando espaços e usos coletivos e individuais.

A partir dos anos 2000 inicia um processo de melhorias no quilombo, com a entrada de recursos de vários projetos liderados pela AMOQC que passou a discutir um processo de desenvolvimento sustentável do Campinho. Neste período, foram construídos banheiros em doze casas, com financiamento do Banco do Brasil. A prefeitura de Paraty construiu uma quadra de esportes e iluminou o campo de futebol e fizeram obras de encanamento de esgoto e água tratada. (LIMA, 2008, p.71).

Segundo Lima (2008, p.71-72) a AMOQC consegue angariar fundos por meio de editais públicos. A Associação procura voltar todos os projetos para o turismo, tendo em vista o potencial econômico de Paraty. A AMOQC entende que o Turismo de Base Comunitária é uma forma de evitar que seus moradores tenham subempregos na indústria do turismo e, ao mesmo tempo, valoriza a questão ambiental, social e cultural da comunidade.

A AMOCQ liderou a criação da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ) em 2003. Desde sua fundação, a AMOQC vem desenvolvendo diversas ações que levam à manutenção das expressões culturais quilombolas e ao desenvolvimento sustentável da

---

<sup>21</sup> “Seminário Internacional Rota do Escravo”, realizado no Senado Federal em Brasília, em 1998, por iniciativa de projeto de pesquisa da Unesco a respeito da rota do comércio de escravos provindos da África.

comunidade do Campinho, dentre as quais destacam-se: i) início da visitação turística no Campinho em 2000 e Criação do Roteiro Etno-Ecológico em 2003; ii) Implantação do Ponto de Cultura Manoel Martins; iii) participação na criação da ACQUILERJ; iv) construção do Restaurante Comunitário, estruturação e consolidação do roteiro de turismo de base comunitária em 2007; v) fundação e coordenação do FCT em 2007; vi) Projeto Ação Griô; vii) publicação do livro Vivência de Saberes, 2008; viii) projeto Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e na Promoção da Palmeira Juçara; ix) Projeto Mulheres Quilombolas; x) participação na Rede Nhandereko; e xi) encontros anuais da Cultura Negra.

A gestão da AMOQC é realizada por uma diretoria, composta por seis pessoas, eleita a cada dois anos. Realizam Assembleias Gerais a cada trimestre com a comunidade. A Associação realiza seu planejamento estratégico anualmente, quando faz-se uma avaliação geral do ano anterior e se planejam as estratégias prioritárias para o próximo ano. A missão da associação é defender o território do Quilombo do Campinho, desenvolvendo soluções tecnológicas e políticas contra-hegemônicas promotoras de qualidade de vida, baseadas no etnodesenvolvimento, na cultura tradicional e na autogestão técnica e política, com participação ativa da comunidade.

Segundo Lima (2008, p. 89) desde que foram reconhecidos como comunidade remanescente de quilombo, os moradores do Campinho estão envolvidos na luta e política cotidiana do movimento negro. A AMOQC representa esse lugar de luta ligadas aos direitos culturais e socioambientais.

**Quadro 7: Relação dos atores sociais estratégicos com relação direta com o Campinho da Independência (AMOQC)**

1	APA de Cairuçu/ICMBio
2	Comitê de Bacia Hidrográfica da Bahia da Ilha Grande – CBH-BIG
3	Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB/ICMBio
4	Prefeitura de Paraty
5	Secretaria de Meio Ambiente
6	Secretaria de Saúde
7	Secretaria de Educação
8	Secretaria de Assistência social
9	Associação Paraty Cultural / Casa de Cultura
10	Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos

	do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ)
11	Associação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ
12	Associação Brasileira de Agroecologia - ABA
13	Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária
14	IBAMA
15	EMBRAPA
16	FUNASA
17	UNESCO
18	Ministério Público Federal – MPF
19	Ministério Público Estadual- MPE
20	Defensoria Pública Estadual
21	Fiocruz
22	Colégio Pedro II
23	Universidade Federal Fluminense
24	UNESP

Fonte: OTSS, 2020

A Associação de Moradores se apropriou da bandeira de luta pela educação diferenciada na comunidade, que atualmente já conta com um modelo implementado na escola. Este modelo de ensino visa preservar os modos de vida da comunidade por meio de atividades de artesanato e agroecologia.

A experiência de Turismo de Base Comunitária desenvolvida pela AMOQC é considerada referência nacional e a demanda de visitação e serviços tem sido crescente. O Quilombo tem recebido em torno de 400 pessoas/mês, gerando uma estimativa de receita bruta anual de R\$ 270 mil. Há alguns anos, o Quilombo mantém relação com agências de turismo pedagógico, que proporcionam a frequência de grupos escolares principalmente na época de baixa temporada (Entrevista realizada Ariane Rosa Martins, realizada em 03 de fevereiro de 2021).

A comunidade do Campinho da Independência se reinventa cotidianamente na defesa do seu modo de vida, de sua identidade como sujeitos políticos, construindo seus modos de liderança, de ser quilombola, de preservarem o passado e ao mesmo tempo serem modernos. Buscam acesso aos direitos sociais, ao trabalho, ao estudo e à saúde valorizando sua vida em comunidade com respeito aos antepassados e suas lutas, buscando se responsabilizar por sua territorialidade.

#### **4 AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO QUILOMBO DO CAMPINHO**

Entre outubro de dezembro de 2020 foram aplicados 15 questionários para moradores do Quilombo do Campinho e também foram realizadas quatro entrevistas de profundidade. Esses questionários visaram compreender a percepção dos moradores do Quilombo sobre as políticas públicas PNPCT e PNSIPCFA a partir de uma avaliação da promoção de autonomia, equidade e sustentabilidade.

Essas dimensões analíticas foram estruturadas no questionário a partir da “Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde” desenvolvida pelo OTSS. Essa matriz é um mecanismo de avaliação e monitoramento do progresso da Agenda 2030 para aplicação no território da Bocaina. A elaboração da Matriz contou com apoio da Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde (RIA-TSDS) que reúne instituições e investigadores da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Portugal (GALLO & SETTI, 2014).

O objetivo da Matriz de Análise e Efetividade é fornecer subsídios para a tomada de decisão e para a formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos que promovam territórios sustentáveis e saudáveis. No caso desta pesquisa, a Matriz foi aplicada para avaliação das políticas públicas territorializadas por moradores do Quilombo do Campinho.

Para tanto foi realizada uma adaptação da Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde proposta por Setti (2015), selecionando para cada dimensão - Autonomia, equidade e sustentabilidade – os índices mais adequados à essa pesquisa de acordo com a Matriz apresentada a seguir:

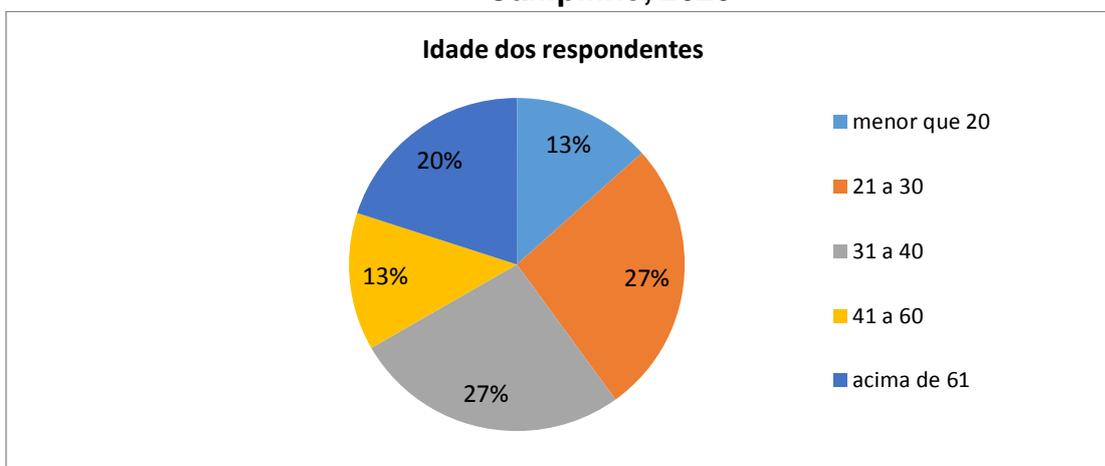
**Quadro 8 - Matriz de Análise de Efetividade das políticas públicas PNPCT e PNSIPCFA no Quilombo do Campinho**

Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices
Autonomia	Participação social	Capacidade de intervenção
		Poder de decisão
		Intensidade de representatividade
		Nível de participação
	Empoderamento	Capacidade de formulação
		Coordenação em redes
		Capacidade de gestão
		Resiliência
		Protagonismo do movimento social
		Fortalecimento das comunidades
Equidade	Diversidade	Representatividade de raça
		Representatividade de gênero
		Representatividade geracional
	Vulnerabilidade	Direito à Terra
		Acesso a trabalho e renda
		Acesso a serviços
		Acesso a programas sociais
	Integralidade	Acolhimento
		Auto-Estima
		Vínculo comunitário
Garantia de Direitos		
Sustentabilidade	Intersetorialidade	Convergência de Agendas
		Integração de Stakeholders
	Redes de Solidariedade	Gestão horizontalizada
		Articulação em redes
		Capital Social
	Territorialização	Necessidade do território
		Vínculos familiares
		Importância da terra e da natureza
	Ecologia de Saberes	Bem-estar
		Produção de conhecimento
	Inclusão Produtiva	Conhecimento aplicado
		Força trabalho local
		Políticas públicas territorializadas
Tecnologia social		
Capital natural		
Biodiversidade		

Fonte: Adaptado de Setti, 2015

Os questionários foram aplicados para sete homens e oito mulheres moradores do Quilombo do Campinho. Seis respondentes jovens com menos de 30 anos; seis respondentes adultos entre 30 e 60 anos e três respondentes acima de 60 anos.

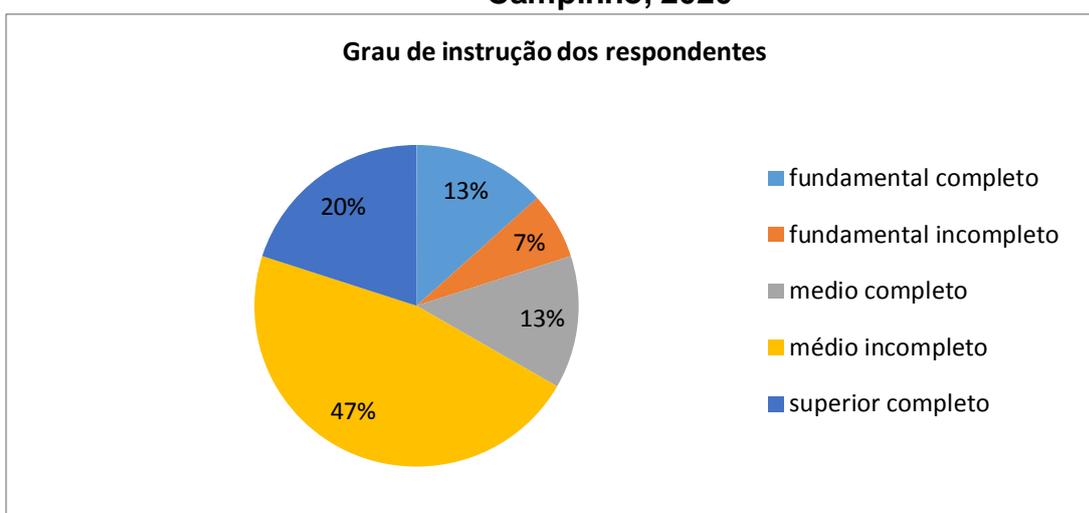
**Gráfico 01 – Idade dos respondentes do questionário no Quilombo do Campinho, 2020**



Fonte: pesquisa do autor

Sete respondentes possuem grau de instrução de nível médio incompleto e dois possuem o ensino médio completo. Três possuem apenas o ensino fundamental e três superior completo. Essa divisão retrata bem a realidade do Quilombo, que ainda se encontra num processo de desenvolvimento de competências escolares, com poucos, porém significativos, representantes com curso superior.

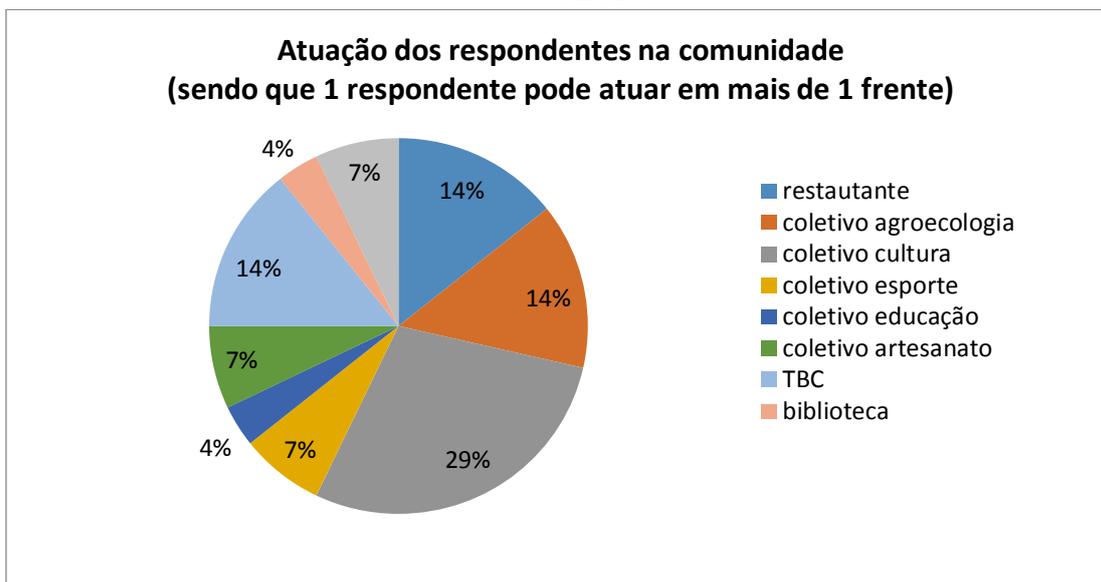
**Gráfico 02 – Escolaridade dos respondentes do questionário no Quilombo do Campinho, 2020**



Fonte: pesquisa do autor

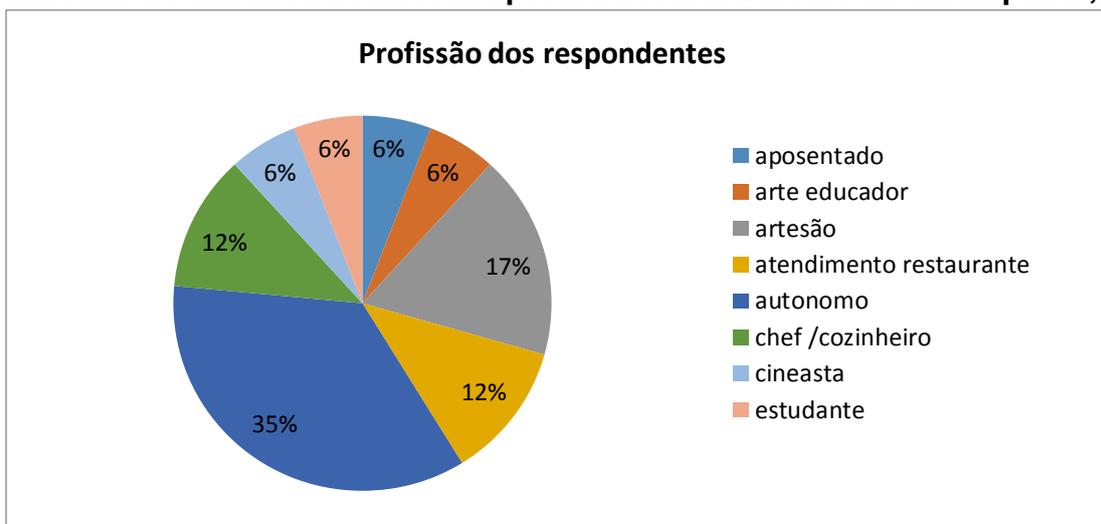
Os respondentes também atuam como autônomos em diferentes atividades dentro do Quilombo, muitos em atividades coletivas e seis deles atuam em mais de uma frente dentro do Quilombo, que estrutura seu trabalho em coletivos que atendem ao Turismo de Base Comunitária – TBC e outras organizações comunitárias. As profissões são também bastantes variadas conforme apresentado no Gráfico 04 a seguir:

**Gráfico 03 – Área de atuação dos respondentes no Quilombo do Campinho, 2020**



Fonte: pesquisa do autor

**Gráfico 04 – Profissão dos respondentes do Quilombo do Campinho, 2020**

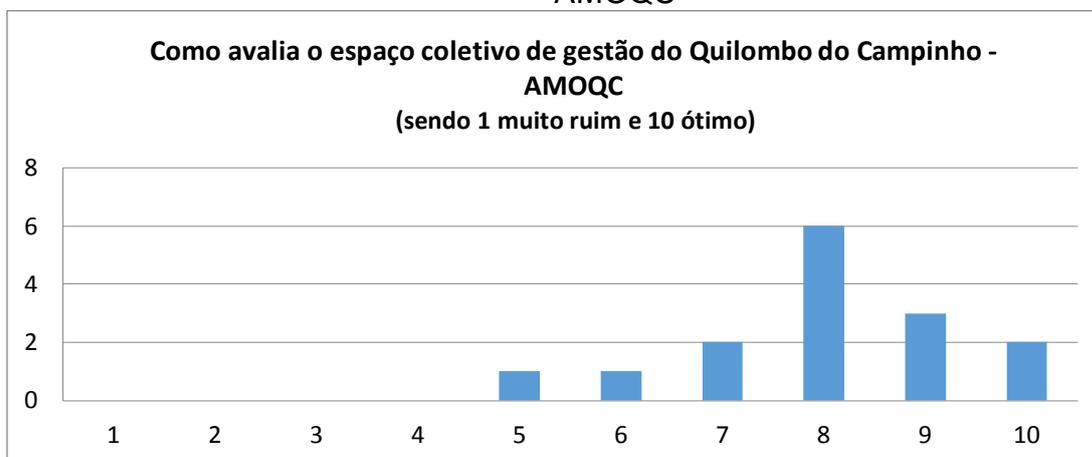


Fonte: pesquisa do autor

A dimensão Autonomia da Matriz de Análise e Efetividade avalia a participação social e o empoderamento dos moradores do Quilombo do Campinho. Ao analisarmos os Gráficos 03 e 04 acima, vemos que o Quilombo promove a autonomia de trabalho e renda dentro da comunidade, com o restaurante, a casa de artesanato, agroecologia e o turismo de base comunitária – TBC. Durante a Pandemia da Covid-19, que o TBC ficou por mais de um ano suspenso, a comunidade promoveu ações de solidariedade, com a produção e distribuição de alimentos dentro da própria comunidade, o que demonstra uma forte capacidade de resiliência da mesma. O FCT e o OTSS, por meio de uma rede de distribuição de cestas básicas e promoção da circulação de mercadorias entre os produtores rurais e pescadores, ajudaram a promover a segurança alimentar dentro da comunidade, importante exemplo de coordenação em rede.

Em relação à participação social, o Quilombo do Campinho conta com uma Associação de Moradores (AMOQC) que atua na gestão das atividades promotoras de trabalho e renda da comunidade. A AMOQC é um espaço de gestão coletiva, horizontalizada, com forte protagonismo das mulheres do Quilombo. Quatro respondentes avaliam a atuação da AMOCQ como regular (pontuação de 5 a 7); nove respondentes avaliaram a atuação da Associação como muito boa (8 e 9) e dois respondentes avaliaram como ótima (nota 10). Apesar de a avaliação ser positiva para a maioria dos respondentes, parece que ainda há divergências na gestão da AMOCQ que não agrada a todos da comunidade.

Gráfico 05 – Avaliação da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho - AMOQC



Fonte: pesquisa do autor

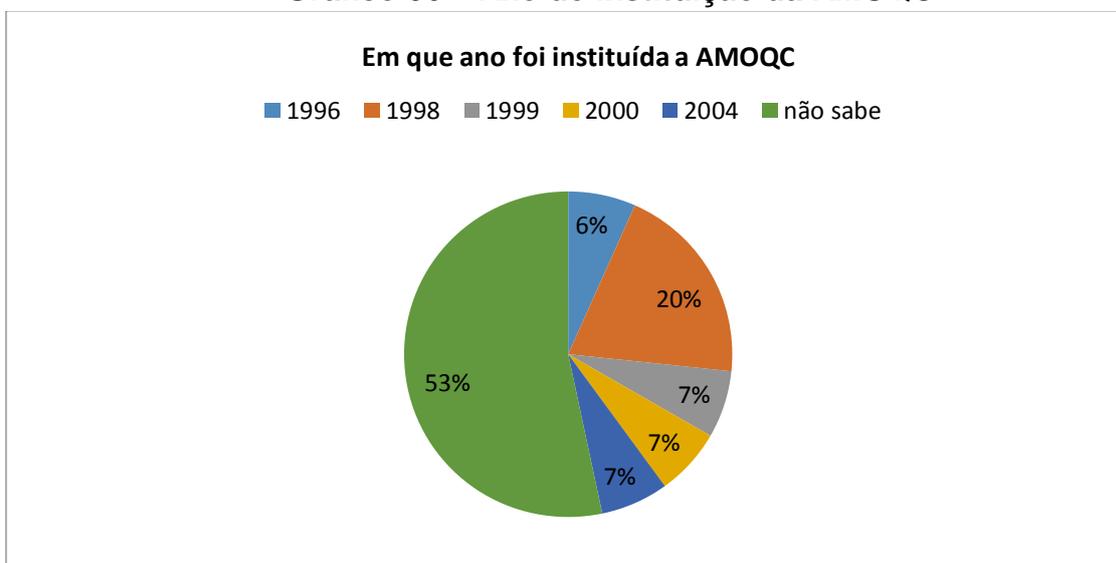
Onze respondentes (73%) atuam há mais de dez anos no movimento social, seja junto à AMOQC, ao FCT ou ao movimento negro mostrando o protagonismo do movimento social e o grau de participação social dentro do Quilombo.

De acordo com Vagner do Nascimento<sup>22</sup>, liderança quilombola e presidente do FCT, a AMOQC foi criada em 1994 e sua primeira diretoria data de 1998. A Associação nasceu da organização comunitária e teve participação fundamental na criação da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do RJ (AQUILERJ) em 2003, indicando que o movimento de articulação de quilombos se inicia na base:

AMOQC por representar o Quilombo do Campinho, um dos primeiros a ser titulado no Brasil e primeiro do Estado do Rio de Janeiro, ela ajuda a impulsionar essa discussão. A AMOCQ teve uma participação no fortalecimento da CONAQ, tanto que a secretaria executiva da CONAQ ficou um tempo funcionando dentro da AMOCQ.

Importante ressaltar que, apesar de grande participação no movimento social, a maioria dos respondentes não tem conhecimento da história da AMOQC (criada em 1994) e não sabem exatamente o ano em que ela foi instituída.

**Gráfico 06 – Ano de instituição da AMOQC**



Fonte: pesquisa do autor

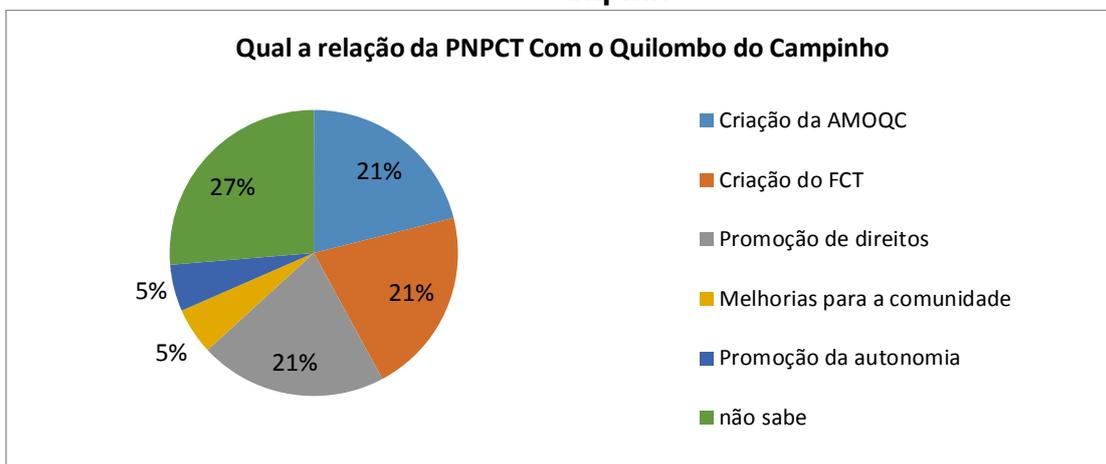
Quanto à avaliação da comunidade sobre a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, cinco respondentes (27%) não sabem identificar nenhuma relação entre a PNPCT e a comunidade. 42% associam a Lei à criação da AMOQC e do FCT. Destarte que a PNPCT está intrinsecamente ligada ao

<sup>22</sup> Entrevista realizada em 17 de setembro de 2020

FCT, 21% dos respondentes a associam à AMOQC, que foi instituída em 1994, bem antes da Lei de 2007. Outros respondentes apontaram que a PNPCT trouxe melhorias para o Quilombo, promovendo a autonomia e assegurando os direitos da comunidade. Vagner do Nascimento explica como se dá essa relação entre a AMOQC, a PNPCT e o FCT:

A AMOCQ já tinha participação muito forte e, em 2007, quando surgiu a política nacional (...) já tínhamos construído essa articulação com a AQUILERJ e com movimento quilombola. Dessa articulação foi construído o FCT, que nasce nesse mesmo período. Foi um movimento de baixo para cima que impulsionou a política nacional. Essa movimentação da base para cima foi muito importante para sustentar essa política nacional enquanto movimento social. A nossa contribuição no dialogo desses processos aí de construção foi fundamental para apoiar essa política pública maior digamos.

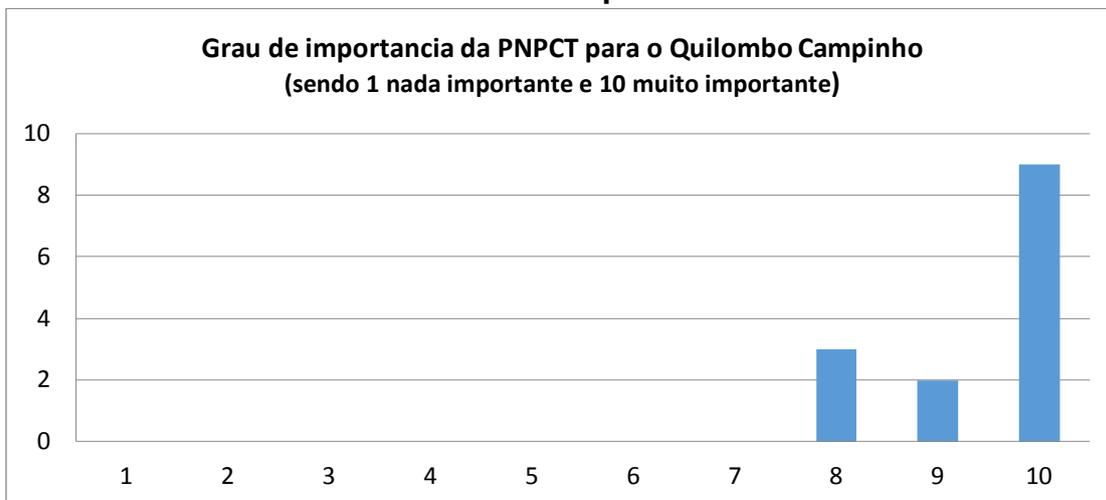
**Gráfico 07 – Percepção sobre a relação entre a PNPCT e o Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

De forma geral os respondentes avaliam que a PNPCT é uma política de grande importância para o Quilombo do Campinho, sendo que todos os respondentes avaliaram a importância com nota acima de 8 (numa escala de 1 a 10), e nove deles deram nota máxima no grau de importância da PNPCT para a comunidade.

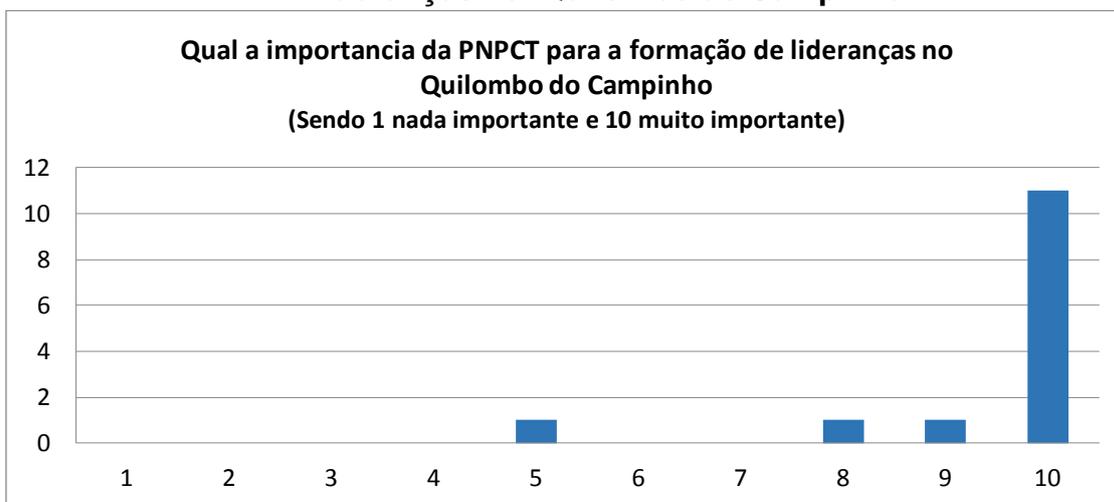
**Gráfico 08 – Avaliação do grau de importância da PNPCT para o Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Além do fortalecimento da comunidade e a promoção de direitos e autonomia, a comunidade também acredita que a PNPCT contribui para a formação de Lideranças no Quilombo. Seja por meio do FCT, do OTSS ou de outros projetos desenvolvidos na Comunidade, a PNPCT gerou um processo de educação emancipatória, contribuindo para a formação de novas lideranças. Onze respondentes afirmaram que a PNPCT é muito importante para a formação de lideranças no território.

**Gráfico 09 – Avaliação da importância da PNPCT para a formação de lideranças no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Conforme foi mostrado no Gráfico 07, os respondentes também concordam que a PNPCT gera efeitos positivos na promoção de autonomia social, política e cultural do Quilombo, aumentando o empoderamento e a participação social de representantes do Quilombo em conselhos, fóruns e outras instâncias de governança territorial. A instituição do FCT ampliou a visibilidade dos povos tradicionais da região e, conseqüentemente, enquanto movimento social organizado passa a ser protagonista no desenho das políticas públicas para o território.

Documento elaborado pela Travessia (2021) apresenta algumas realizações do FCT na promoção de autonomia social e política no território. Os Encontros de Justiça Socioambiental realizados em 2015 e 2017 buscaram debater alternativas para a redução e solução de conflitos relacionados ao acesso dos recursos da biodiversidade nos territórios tradicionais, ampliando o diálogo e cooperação com o Ministério Público Federal e 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República (PGR), as unidades de conservação e as instituições de promoção de políticas territorializadas: Fiocruz e a Funasa.

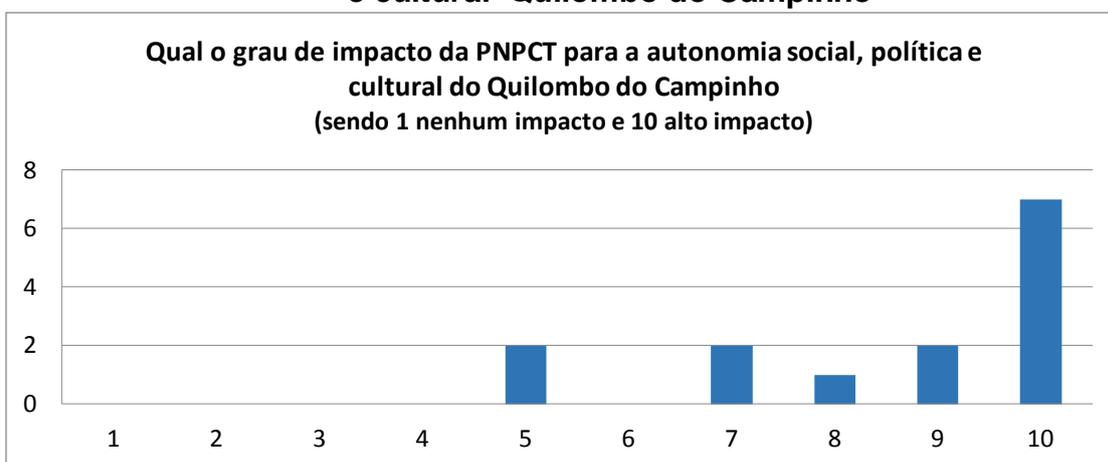
Também, através do FCT, foi iniciado o processo de Educação Diferenciada por meio do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada de Paraty (FCT, Fiocruz/OTSS, UFF, UFRJ, UERJ, PUC-Rio, Raízes e Frutos e Verde Cidadania) promovendo o ensino diferenciado quilombola e a implantação de segundo segmentos na escola da comunidade, além da formação diferenciada de professores. Esse movimento conseguiu incorporar a Educação Diferenciada e as escolas nos territórios tradicionais no Plano Municipal de Educação de 2015, cuja meta 7 é dedicada à Educação para Comunidades Tradicionais, que também prevê a inclusão do Encontro de Cultura Negra no calendário escolar das escolas quilombolas e recesso escolar no período (TRAVESSIA, 2021).

Outro importante passo do FCT na promoção de autonomia social e econômica das comunidades foi a formação da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária que trabalha com o resgate, valorização e promoção das práticas e manifestações culturais tradicionais que integram o patrimônio cultural imaterial das comunidades. Articula cerca de 17 comunidades guaranis, quilombolas e caiçaras da que estão desenvolvendo seus próprios roteiros de TBC em diferentes estágios de organização. (TRAVESSIA, 2021). O Turismo de Base Comunitária tem

como premissa a promoção de trabalho e renda dentro da própria comunidade, fomentando a economia solidária com forte protagonismo das mulheres e da juventude.

Também no âmbito das políticas públicas municipais, Vagner do Nascimento, liderança quilombola e presidente do FCT, afirma que a PNPCT e a criação do FCT tiveram um efeito positivo também na política municipal de Paraty com a criação da Sub-Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais como política pública municipal, que foi desenvolvida a partir da articulação do FCT com o poder legislativo local.

**Gráfico 10 – Avaliação do impacto da PNPCT para a autonomia social, política e cultural Quilombo do Campinho**

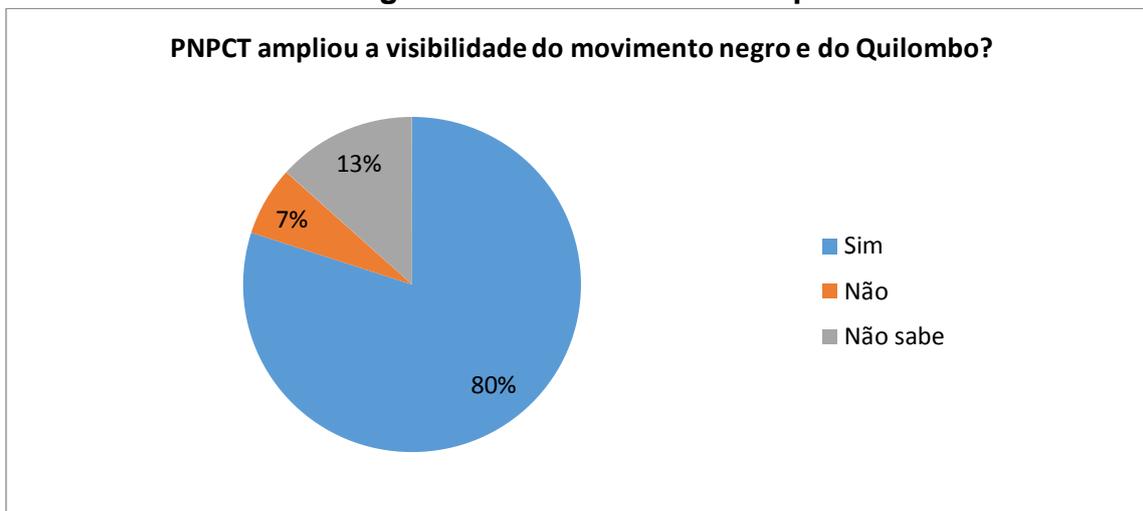


Fonte: pesquisa do autor

Outro indicador importante de promoção da autonomia é a Campanha “Preservar é Resistir” que atua em defesa dos territórios tradicionais, visando promover justiça socioambiental face os conflitos de sobreposição com áreas protegidas.

Em relação à visibilidade da cultura negra, doze respondentes (80%) acreditam que a PNPCT é um instrumento importante de ampliação da visibilidade social do movimento negro. Realmente a inclusão no calendário escolar do Plano Municipal de Educação do Encontro de Cultura Negra nas escolas quilombolas é um passo importante para a visibilidade do movimento negro, como também a inclusão do Encontro de Cultura Negra no calendário municipal de festas e atividades turísticas e a realização da Flip Preta no Quilombo do Campinho.

**Gráfico 11 – Avaliação do impacto da PNPCT para a visibilidade do movimento negro e do Quilombo do Campinho**

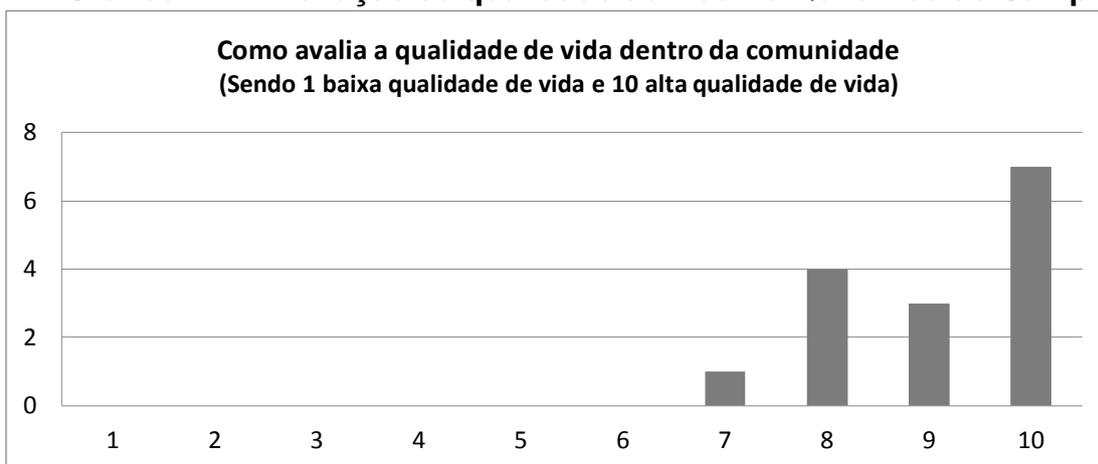


Fonte: pesquisa do autor

Na dimensão Equidade da Matriz de Análise de Efetividade analisamos os aspectos relacionados à vulnerabilidade e à integralidade, sobretudo no acesso à Saúde no Quilombo do Campinho. A maioria dos comunitários, de forma geral, não tem conhecimento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), de 2011. Realmente essa política não tem um rebatimento direto no território, mas observa-se que no âmbito geral dos programas do SUS, houve uma melhoria no atendimento dos moradores do Quilombo.

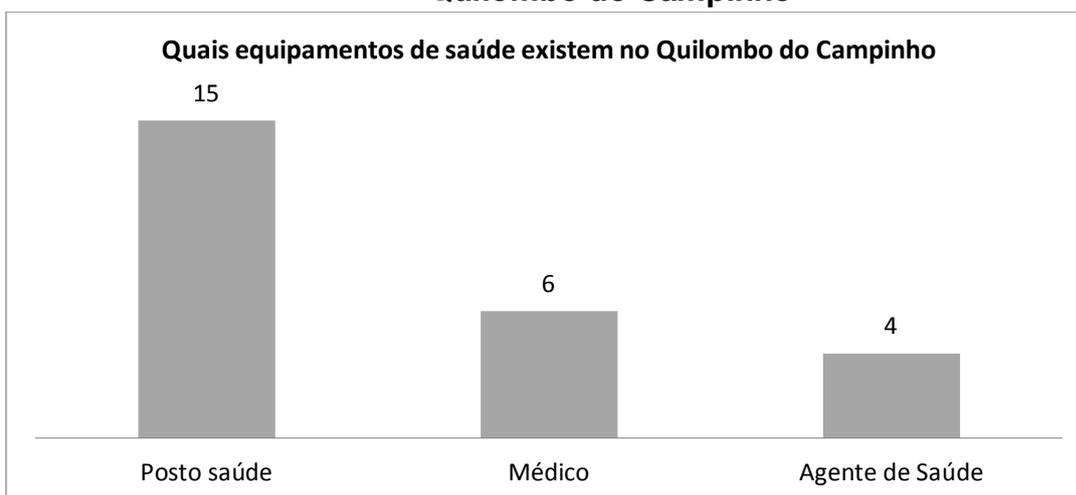
A PNSIPCF tem como objetivo melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida.

Os moradores do Quilombo do Campinho avaliam de forma muito positiva a qualidade de vida dentro da Comunidade. Catorze dos quinze respondentes avaliam como boa a muito boa a qualidade de vida no Quilombo. Associam a qualidade de vida à dignidade, à segurança e ao convívio comunitário.

**Gráfico 12 – Avaliação da qualidade de vida no Quilombo do Campinho**

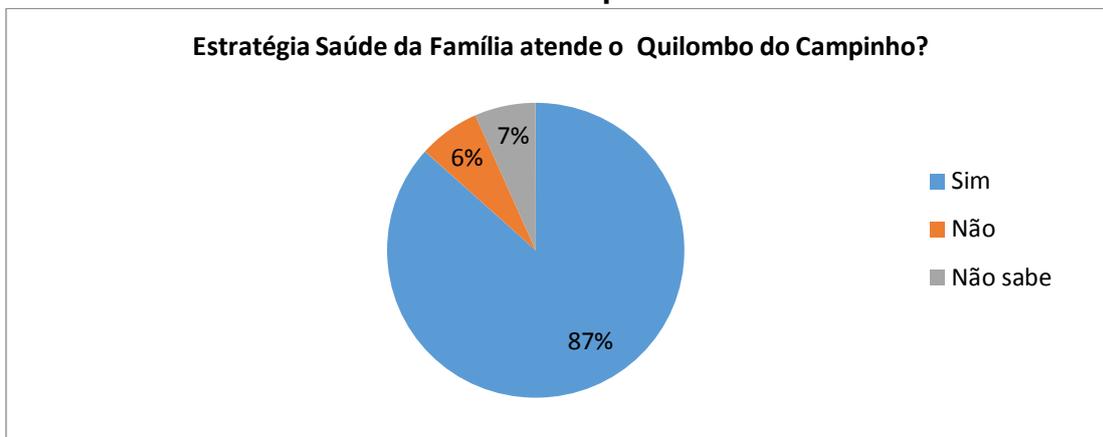
Fonte: pesquisa do autor

O Quilombo do Campinho conta com um posto de saúde, com atendimento médico semanal e agente comunitário de saúde. Todos os 15 respondentes citaram o posto de saúde como o equipamento fundamental para a comunidade. Seis deles reforçaram a importância do atendimento médico na comunidade e quatro citaram a agente de saúde. 13 respondentes (87%) sabem que a Estratégia Saúde da Família (ESF) atende a comunidade:

**Gráfico 13 – Reconhecimento dos equipamentos de saúde existentes no Quilombo do Campinho**

Fonte: pesquisa do autor

**Gráfico 14 – Reconhecimento da Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Quanto ao número de moradores do Quilombo que é atendido pela ESF a maioria dos respondentes acredita que é entre 100 a 200 famílias atendidas diretamente na comunidade.

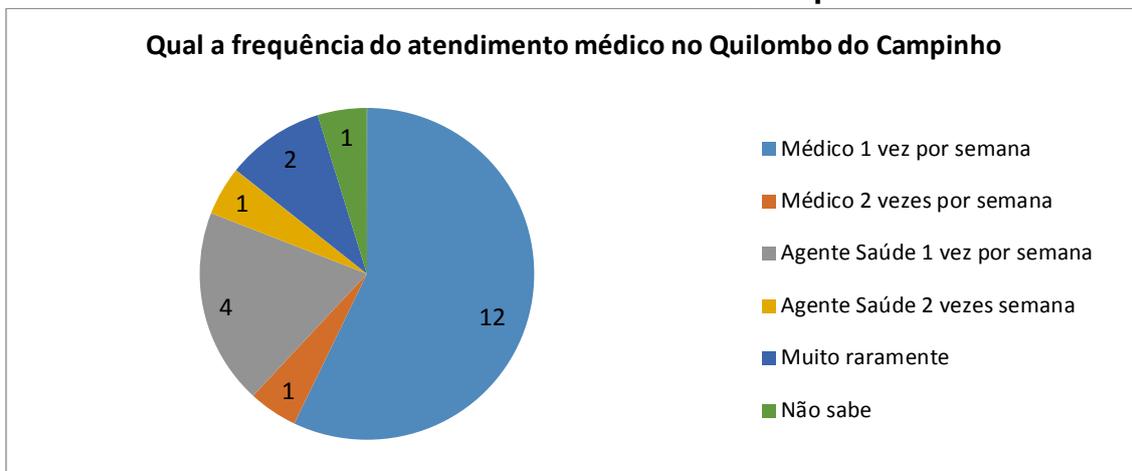
**Gráfico 15 – Percepção sobre o número de famílias atendidas pela Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

No tocante ao reconhecimento da frequência e dinâmica do atendimento à saúde no Quilombo do Campinho, apesar de a maioria dos respondentes citar de forma correta a presença do médico uma vez por semana, há ainda alguma confusão sobre a frequência desse atendimento, sobretudo a respeito do Agente Comunitário de Saúde, conforme é possível observar no Gráfico 16 a seguir:

**Gráfico 16 – Percepção sobre a dinâmica do atendimento da Estratégia Saúde da Família no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Quase todos os respondentes reconhecem a atuação do Agente Comunitário de Saúde no Quilombo, mas ressaltam unanimemente que a Agente de saúde, apesar de morar no Quilombo, não é quilombola. Isso parece ser uma questão para os moradores do Campinho, já que apareceu em 14 dos 15 questionários.

Para Ariane Rosa Martins<sup>23</sup> jovem liderança e diretora tesoureira da AMOQC, os profissionais que atendem a ESF são mal treinados e insensíveis aos problemas da comunidade. Segundo ela, a agente de saúde não é quilombola e foi aprovada no cargo por decisão política em detrimento de outros profissionais qualificadas do Quilombo: “a gente vê que ela não tem muito conhecimento sobre a diretriz da saúde quilombola, não sabe quase nada, assim como nenhum médico que atende aqui”.

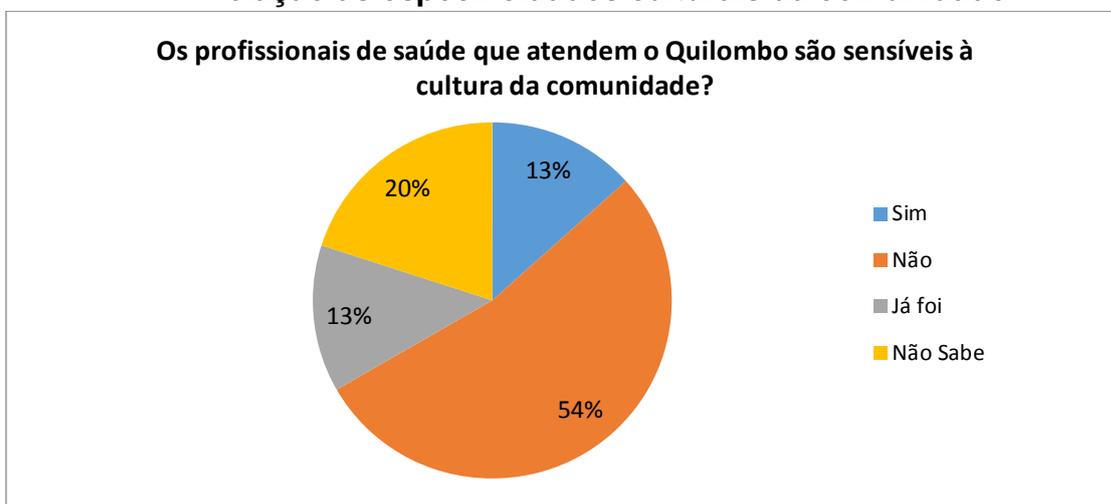
Essa questão rebate diretamente na proposição da PNSIPCF quanto ao reconhecimento das especificidades de raça/cor e etnia no atendimento pelos serviços de saúde. Ao demonstrarem desconforto em relação à Agente de Saúde não ser quilombola, ressaltam uma insensibilidade da política pública municipal no reconhecimento das especificidades da saúde daquela população. Oito respondentes (54%) afirmam que os profissionais de saúde que atendem na comunidade são insensíveis às especificidades culturais dos quilombolas. Outros dois respondentes (13%) afirmam que já houve um tempo em que os profissionais de saúde que atendem na comunidade eram mais sensíveis às especificidades

<sup>23</sup> Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2021

culturais da comunidade. Ou seja, ao todo 67% dos respondentes apontam falhas nesse ponto específico da PNSIPCF.

Segundo Ariane Rosa Martins, o posto de atendimento médico parou de atender durante a pandemia no Campinho. Os doentes tiveram que se dirigir ao posto da comunidade do Patrimônio, vizinha ao Quilombo. Essa mudança tem gerado conflitos na comunidade, que depende do posto para atender 150 famílias, que foram obrigadas a se deslocar com transporte público em plena pandemia para terem acesso ao médico.

**Gráfico 17 – Percepção sobre a sensibilidade dos profissionais de saúde em relação às especificidades culturais da comunidade**



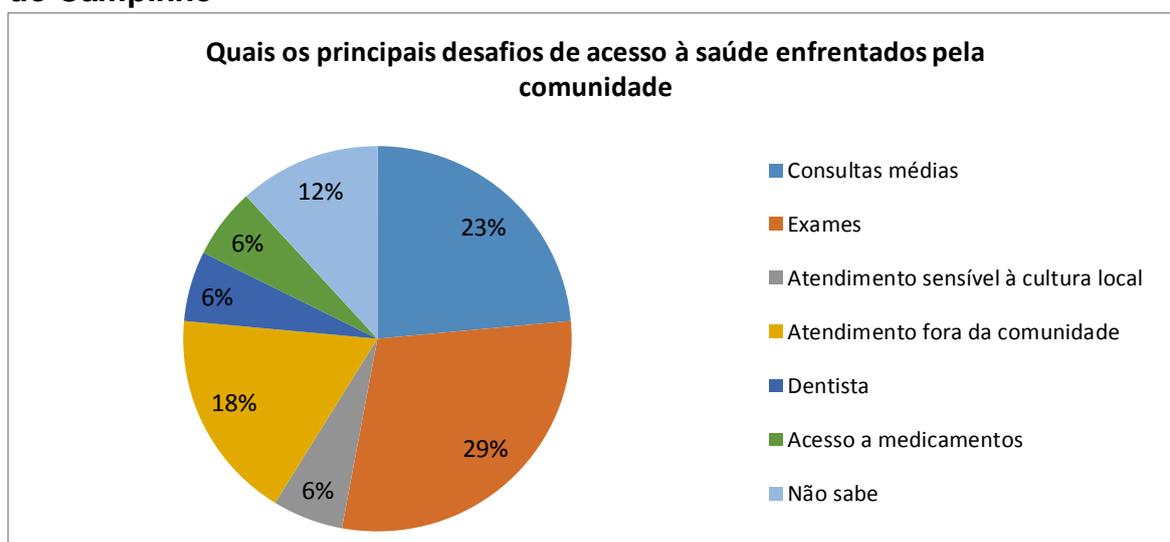
Fonte: pesquisa do autor

Ronaldo dos Santos<sup>24</sup>, educador, liderança quilombola e participante do GT da Política de Saúde da População do Campo, Águas e Florestas (que já não existe mais), afirma que a Estratégia Saúde da Família (ESF) piorou nos últimos 7 anos devido à gestão dos governos nacionais, estaduais e municipais que têm enfraquecido a atenção básica no país. Essas políticas rebatem no território quilombola. Apesar de ter tido mais investimentos em equipamentos de saúde do município, como um hospital municipal e um centro de imagens que beneficia também a população do Quilombo do Campinho, a atenção básica e a ESF se enfraqueceram nos últimos anos.

<sup>24</sup> Entrevista realizada em 18 de setembro de 2020

Ainda são muitos os desafios relacionados à promoção da equidade em saúde para os moradores do Quilombo do Campinho. O acesso a exames médicos e consultas especializadas fora da comunidade foi apontado por 47% dos respondentes como um gargalo do atendimento na comunidade. Dificuldade em marcar consultas médicas e dentárias foi apontada por 32%. Ainda foi salientada a dificuldade de acesso a medicamentos.

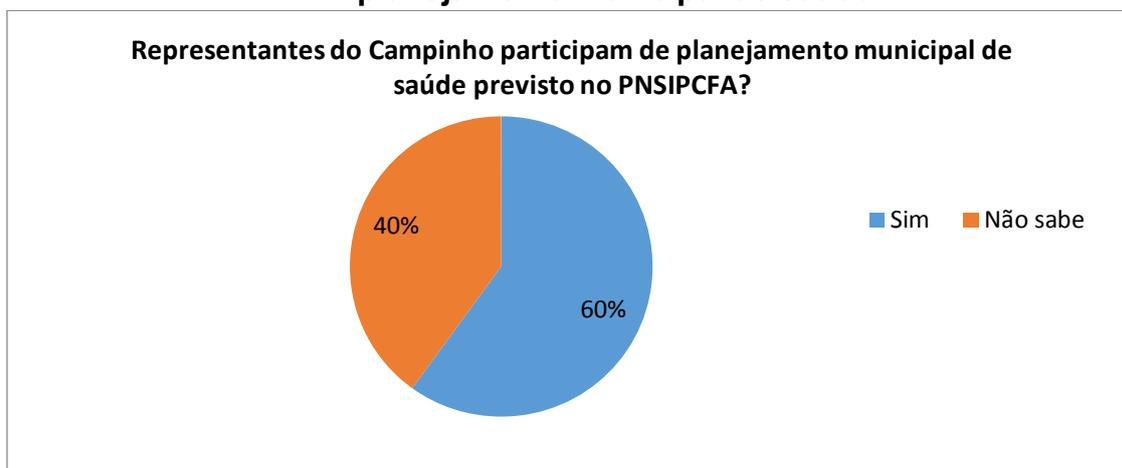
### Gráfico 18 – Principais desafios relacionados ao acesso à saúde no Quilombo do Campinho



Fonte: pesquisa do autor

Outro ponto importante ressaltado pela PNSIPCFA é a participação social dos povos e comunidades tradicionais na elaboração e acompanhamento das políticas de saúde nas diferentes esferas de governo. 60% dos respondentes afirmaram que representantes do Quilombo do Campinho participam do planejamento municipal de saúde, enquanto 40% não souberam responder essa questão. Entretanto, o Quilombo do Campinho ainda não tem assento no Conselho Municipal de Saúde, estando em processo de indicação de um membro ainda em 2022.

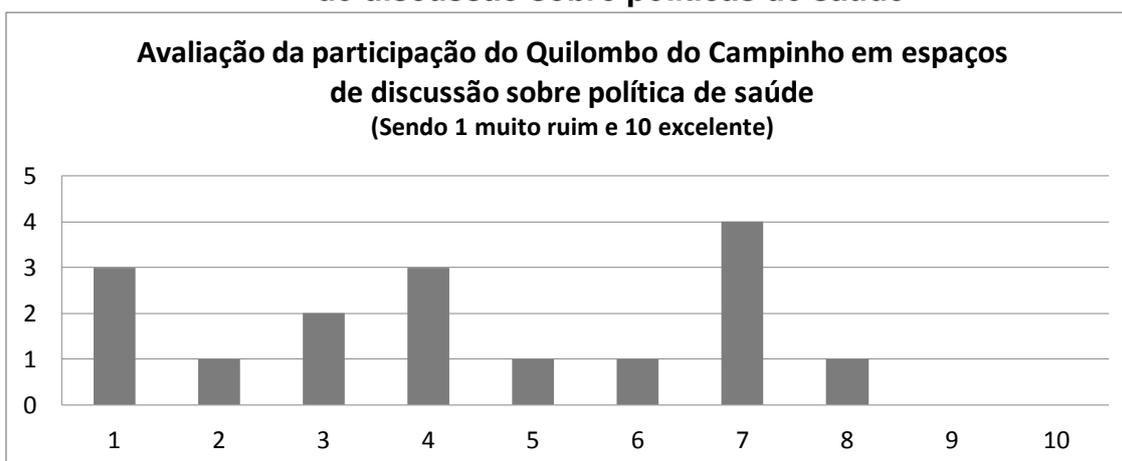
**Gráfico 19 – Percepção sobre a participação do Quilombo do Campinho no planejamento municipal de saúde**



Fonte: pesquisa do autor

Quanto à qualidade da participação de representantes do Quilombo do Campinho em espaços de discussão sobre políticas de saúde, 10 respondentes avaliaram como ruim a regular. Cinco respondentes avaliaram com qualidade mediana e somente um respondente avaliou como boa. Isso mostra que na percepção dos moradores há um vácuo entre a participação da comunidade em espaços de discussão e gestão de políticas sobre saúde e melhorias significativas para a comunidade.

**Gráfico 20 – Avaliação da participação do Quilombo do Campinho em espaços de discussão sobre políticas de saúde**



Fonte: pesquisa do autor

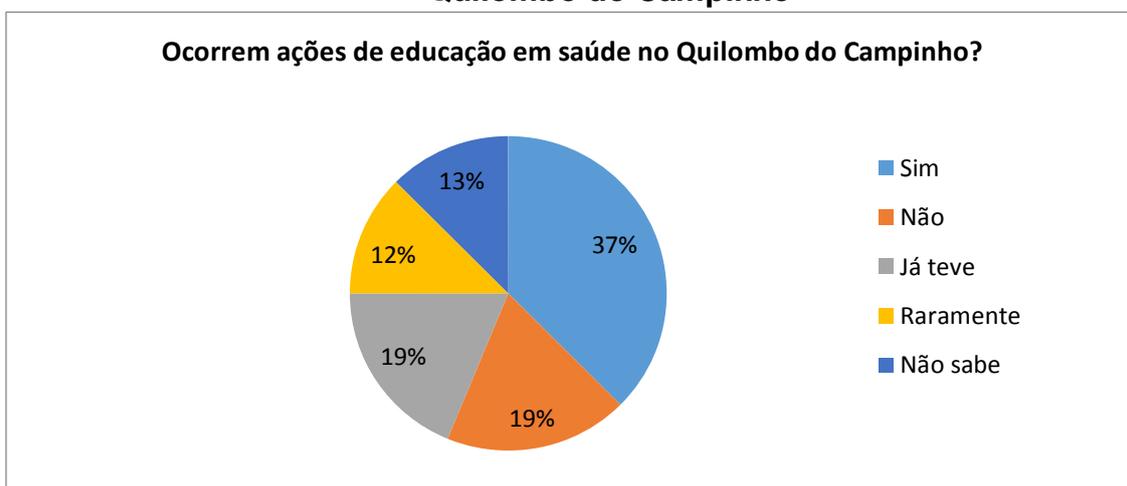
A PNSIPCFA prevê ações de educação em saúde nos territórios tradicionais. Porém, apesar de 6 respondentes (37%) afirmarem que há ações de educação em

saúde na comunidade, elas são restritas às ações nacionais como “outubro rosa”, “novembro azul” e não focadas em questões relacionadas a aspectos étnicos e regionais específicos. A comunidade apresentou nos últimos anos algumas complicações de eclampsia e trombose em parturientes que levou a óbito duas mulheres. Entretanto, não ocorreu uma ação por parte do sistema de saúde local para aprofundamento do problema, atendimento psicológico das mulheres e mesmo processos educativos ligados à saúde da mulher negra.

Para Daniele Elias dos Santos<sup>25</sup>, coordenadora do TBC e vice-presidente da AMOQC, a PNSIPCFA é uma política muito importante, porém não atinge diretamente a comunidade. Faltam mais campanhas de educação para a saúde e um diálogo da ESF com o saber tradicional ancestral como o uso das ervas medicinais e a sabedoria das parteiras.

Isso é observado na pesquisa, já que parte dos respondentes (32%) relataram desconhecimento de ações de educação em saúde no território, o que nos leva a inferir que faltam políticas de educação voltados à realidade e necessidades específicas para essa população.

**Gráfico 21 – Conhecimento de programas e ações de educação em saúde no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

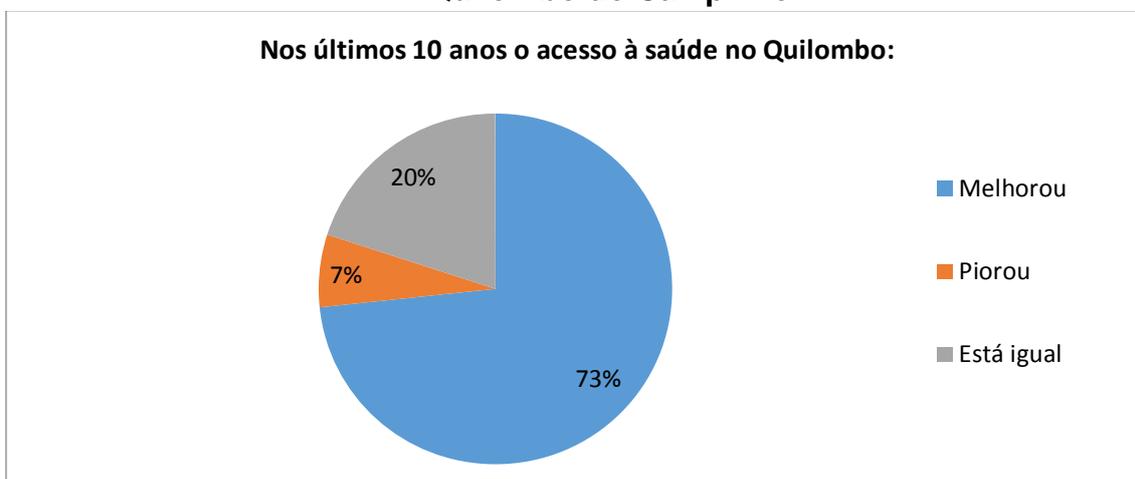
Um indicador importante de equidade em saúde é a percepção de melhora/piora do acesso a saúde por parte dos moradores locais. 11 respondentes (73%) afirmam que houve melhora no atendimento da saúde na comunidade. Entre

<sup>25</sup> Entrevista realizada em 03 de fevereiro de 2021.

ele todos aqueles acima de 40 anos, que tem um referencial de longo prazo. Os que responderam que piorou ou que está igual são todos jovens inclusive respondentes de 18 e 20 anos, que cresceram já com um Sistema Único de Saúde responsivo no território.

Os respondentes elencaram como melhoras ocorridas nos últimos 20 anos: i) reforma do posto de saúde; ii) consultas médicas na comunidade; iii) consultas odontológicas; iv) acesso a medicamentos; v) acesso a exames; vi) atendimento domiciliar e vii) melhoria da alimentação.

**Gráfico 22 – Percepção sobre a melhora/piora do atendimento à saúde no Quilombo do Campinho**

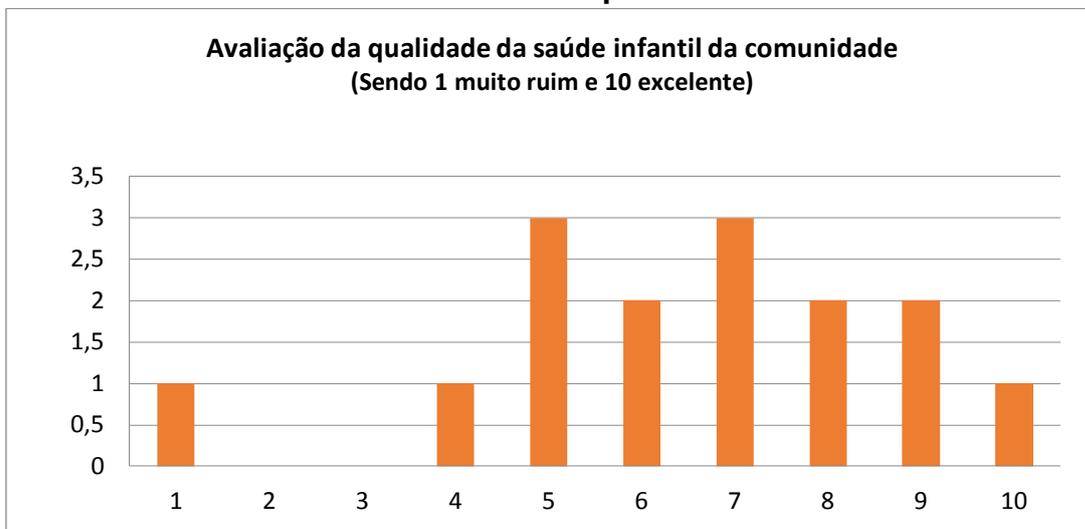


Fonte: pesquisa do autor

Na dimensão sustentabilidade avaliamos aspectos relacionados a Agenda 2030 como percepção sobre saneamento, segurança alimentar, saúde no ciclo de vida, bem como os mecanismos de gestão territorializada (FCT e OTSS) e a dimensão do bem-viver.

Em relação à saúde infantil podemos fazer uma interessante comparação entre a percepção de homens e mulheres. As mulheres do Quilombo do Campinho deram nota média de 5,8, ou seja, avaliam como regular a qualidade de saúde das crianças do Quilombo. Já os homens avaliam um pouco melhor, com nota média de 7,0. De modo geral a saúde infantil é avaliada de regular a muito boa, com 5 respondentes (33%) avaliando com nota acima de 8.

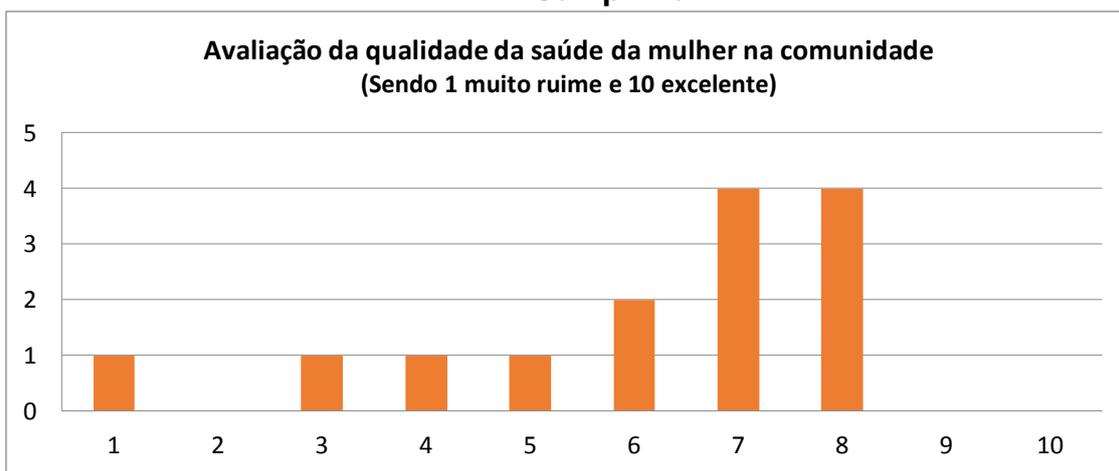
**Gráfico 23 – Percepção sobre a qualidade da saúde infantil no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Já em relação a saúde da mulher, homens e mulheres avaliam como regular, com a nota média 6,0 e 6,1 respectivamente. Entre as mulheres a percepção foi bastante dispare, avaliada entre 1 (muito ruim) a 8 (bom). A nota máxima dada por 4 respondentes (26%) foi 8. De maneira geral, a saúde infantil é melhor avaliada que a saúde da mulher pela comunidade.

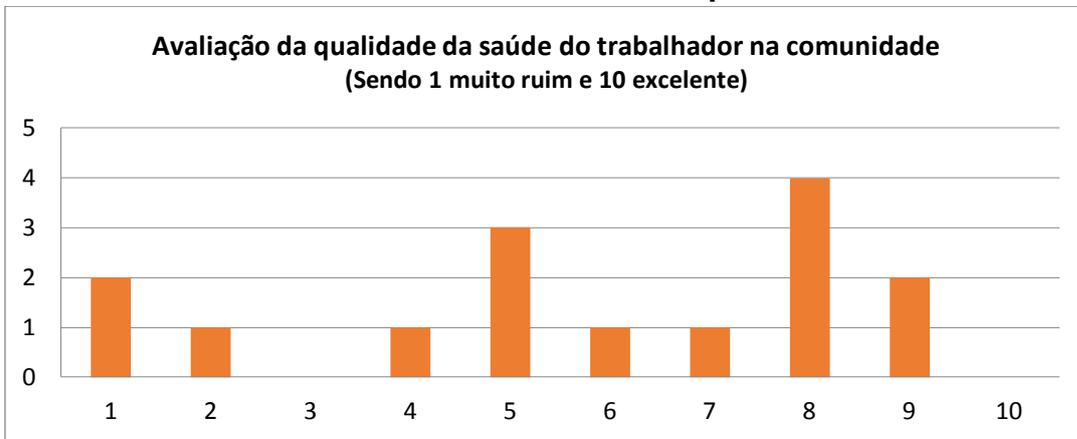
**Gráfico 24 – Percepção sobre a qualidade da saúde da mulher no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

De maneira similar, a avaliação média da qualidade da saúde do trabalhador é regular (5,2 mulheres e 6,2 homens. 6 respondentes (40%), 4 homens e 2 mulheres, avaliaram com notas 8 e 9 a saúde do trabalhador.

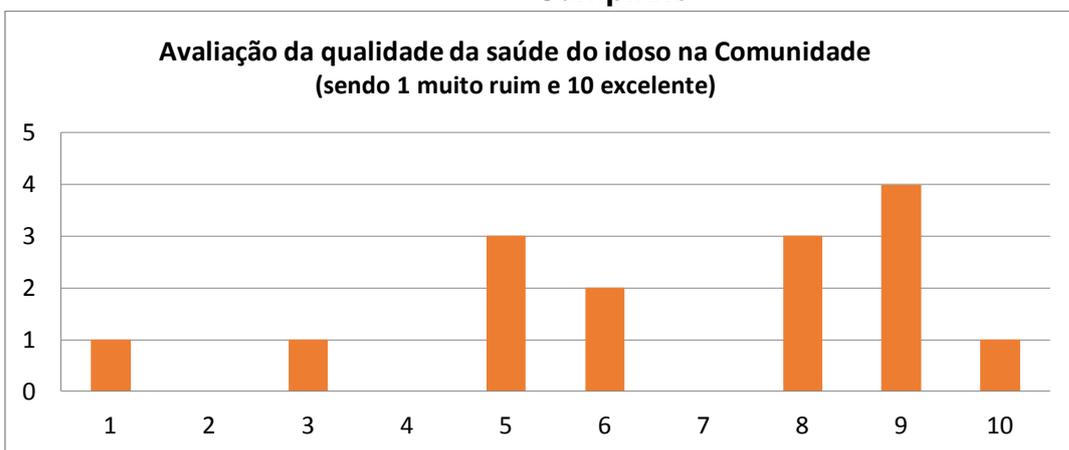
**Gráfico 25 – Percepção sobre a qualidade da saúde do trabalhador no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Em relação à saúde do idoso, os homens deram nota média de 7,4. As avaliações mais altas foram dadas por jovens. O idoso desse grupo deu nota 5,0, abaixo da média de homens. Já as mulheres avaliam um pouco pior com nota média de 6,1. Neste caso, tanto a avaliação mais alta (9,0), quanto a avaliação mais baixa (1,0) foram dadas pelas idosas do grupo.

**Gráfico 26 – Percepção sobre a qualidade da saúde do idoso no Quilombo do Campinho**

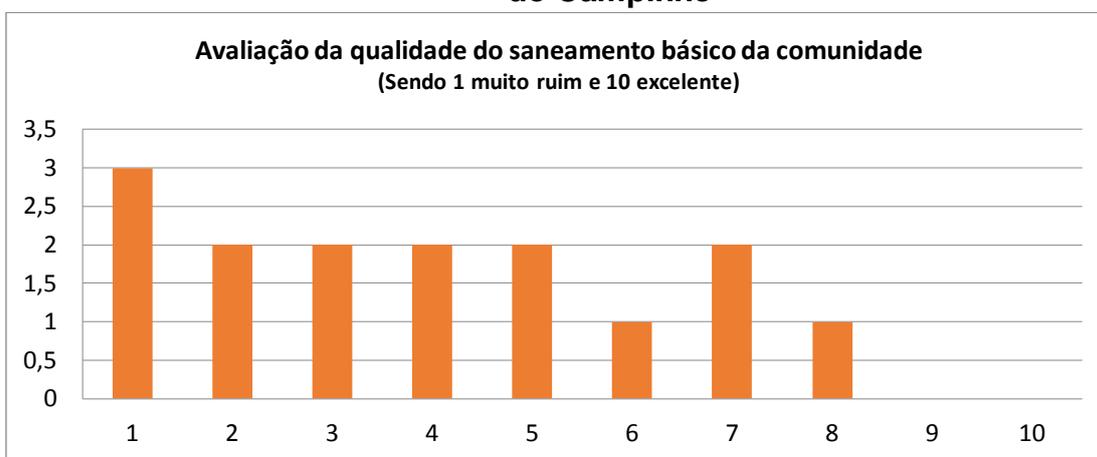


Fonte: pesquisa do autor

Todas essas avaliações de saúde global – criança, mulher, trabalhador, idoso – apresentaram respostas muito díspares entre os respondentes, que demonstra a necessidade de uma avaliação mais profunda com uma amostra maior que seja possível captar realmente as dissonâncias do território.

O saneamento na comunidade é avaliado de muito ruim a regular por 12 respondentes. O abastecimento de água na comunidade é realizado através de nascentes e não é tratada. Toda a comunidade possui água encanada. O esgoto é destinado a sistemas de fossa, filtro e sumidouro para cada núcleo familiar. A manutenção dos sistemas implantados deve ser realizada periodicamente com caminhões limpa fossa, no entanto, não há controle dessa manutenção.

**Gráfico 27 – Percepção sobre a qualidade do saneamento básico no Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Já em relação à segurança alimentar, seis respondentes avaliaram como regular e nove respondentes avaliaram de bom a excelente. Ações e projetos de fomento à agricultura familiar e agroecologia tiveram início na década de 1990 fomentados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater-RJ) e o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco). Os “mutirões agroecológicos” promovidos por essas instituições foram de grande utilidade para a construção do viveiro de mudas e formação de sistemas agroflorestais no Campinho (FREITAS, 2016).

Atualmente o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) atua com as redes estaduais e nacionais de agroecologia promovendo ações como o desenho de um plano agroecológico do Quilombo do Campinho, com partilhas, oficinas com os produtores e também fornecendo insumos e ferramentas para as atividades agroecológicas. Práticas e ferramentas geradas para a promoção da agroecologia na comunidade são: i) integração dos

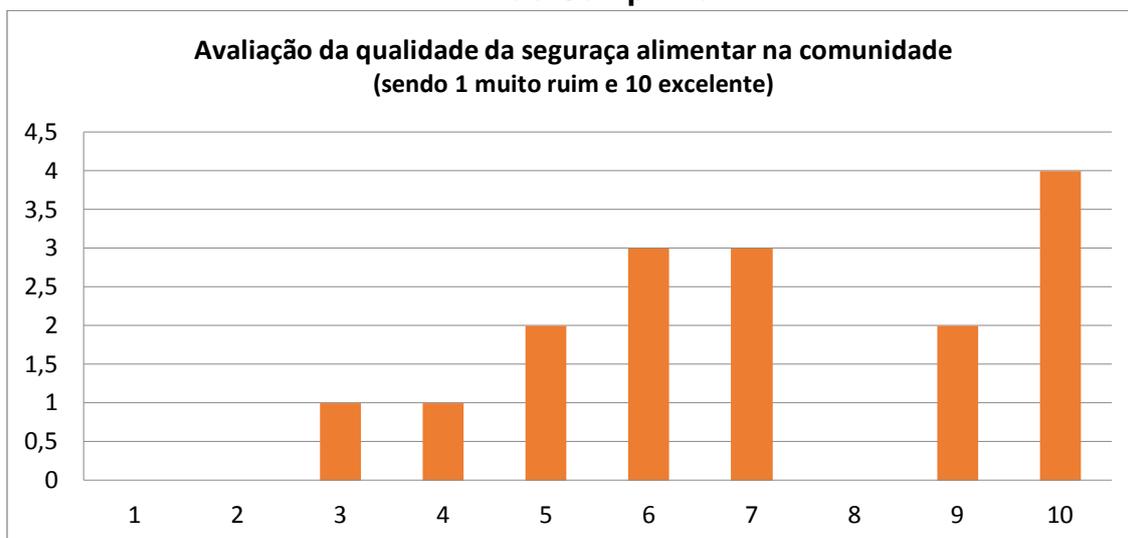
agroecossistemas e diversificação da produção; ii) reprodução e proteção de sementes crioulas e espécies nativas; iii) produção e consumo de alimentos agroecológico e o entendimento da importância para a saúde; iv) manejo agroflorestal; v) manejo ecológico do solo, destaque para a substituição do uso do fogo por diferentes práticas de fertilidade e cuidados com os solos; vi) trocas de materiais genéticos e saberes; vii) uso sustentável de recursos florestais não madeireiros; viii) manejo agroecológico de produtos da mata atlântica como a Juçara; ix) uso de plantas medicinais; x) valorização e empoderamento das mulheres e juventudes; xi) mutirões e organização coletiva; xii) comercialização da produção agroecológica.

Durante a pandemia da Covid-19 o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) juntamente com o OTSS lançaram a campanha “Cuidar é Resistir” oferecendo apoio ao abastecimento e segurança alimentar na comunidade. Por meio de aquisição de cestas básicas, fomento a economia solidária, promoção de compra e trocas de produtos agroecológicos e da pesca artesanal, a campanha atendeu 50 famílias em situação de vulnerabilidade no Quilombo do Campinho, além de ações de fomento da agricultura familiar com distribuição de sementes e mudas e formação de quintais agroecológicos (GALLO *et al*, 2021).

Segundo depoimento de representante da AMOQC no documento Relatos da Quarentena (anexos) produzido pelo OTSS:

A AMOQC recebeu cestas básicas no dia 5 de maio de 2020 através da articulação do Fórum de Comunidades Tradicionais e com o apoio financeiro da campanha, na qual o Fórum está inserido, conseguimos comprar produtos agroecológicos para complementar as cestas, para que as famílias tenham uma alimentação saudável e contribuindo também para a geração de trabalho e renda dos agricultores. Fizemos toda a higienização das cestas para a entrega no dia 06 de maio, que aconteceu durante toda a manhã na sede da AMOQC. Essa ação visa minimizar o impacto da pandemia em nossa comunidade, especialmente o impacto econômico/financeiro. Estamos nos revezando e ajudando nas ações emergenciais, como auxiliar no cadastro para recebimento das cestas básicas, auxílio emergencial, levantando as demandas de vendas de produtos agroecológicos. A comunidade tem fomentado a importância, não só da higiene, mas também de permanecer em casa evitando assim a disseminação do vírus dentro do quilombo (GALLO *et al*, 2020).

**Gráfico 28 – Percepção sobre a qualidade da segurança alimentar no Quilombo do Campinho**

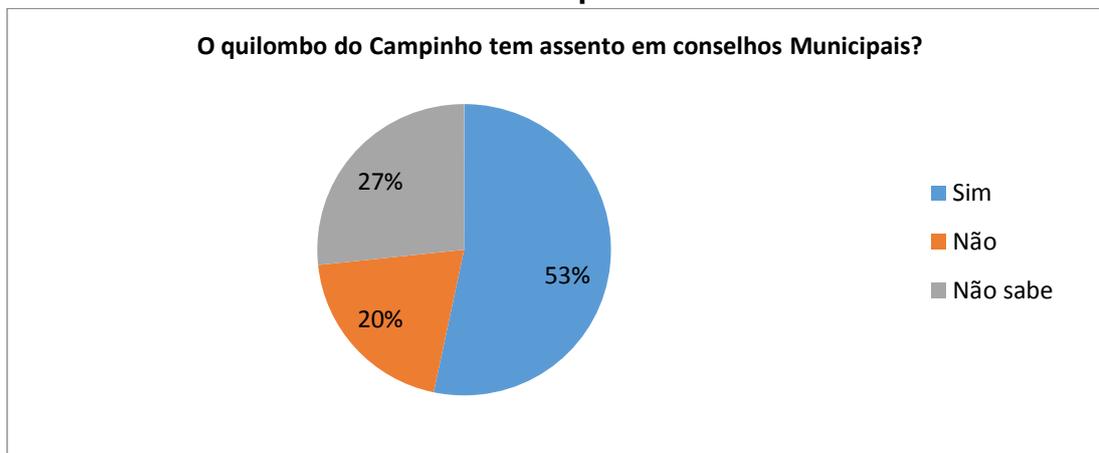


Fonte: pesquisa do autor

Outro ponto relacionado à sustentabilidade é a avaliação da participação da comunidade em espaços de gestão participativos fomentando a integração com atores municipais e levando as demandas da comunidade até os gestores responsáveis. Na esfera federal a AMOQC tem assento na Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e no Conselho Gestor da Apa Cairuçu (CONAPA). No município tem assento nos Conselhos Municipais de Turismo, de Agricultura e de Pesca. No caso do Conselho de Saúde estão em processo de indicação de um membro ainda em 2022. Participa ativamente das Audiências Públicas de educação quilombola. Por meio do FCT participa do Comitê Técnico Sítio Misto Paraty e Angra dos Reis.

Metade dos respondentes tem conhecimento dessas representações da AMOQC, outros 47% afirmaram que não tem representatividade ou não sabem responder.

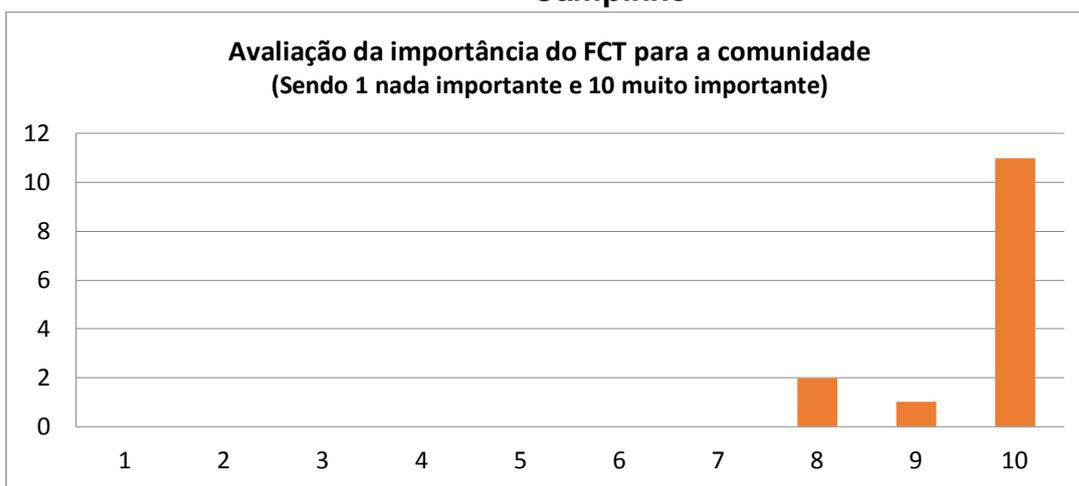
**Gráfico 29 – Percepção sobre representatividade da AMOQC em Conselhos Municipais**



Fonte: pesquisa do autor

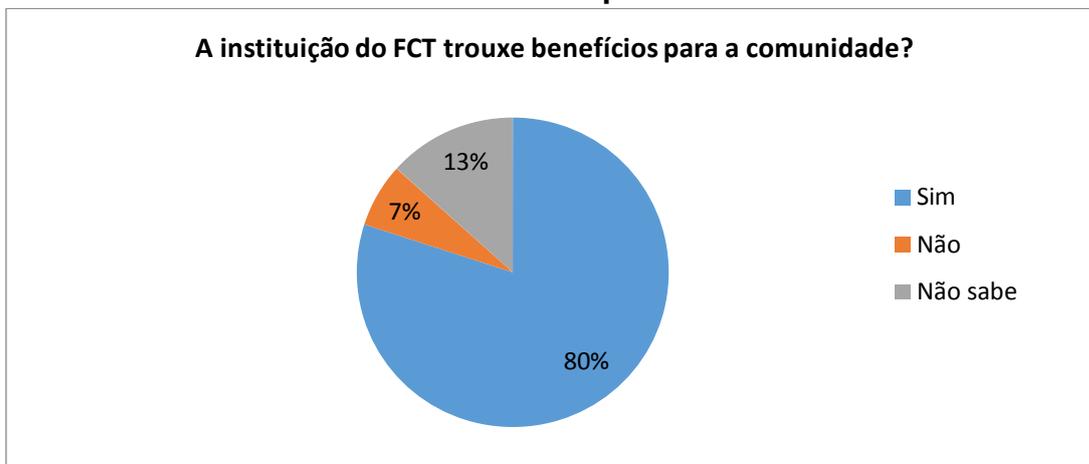
O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) foi a principal resposta do território à PNPCT. Existe um entendimento da importância do FCT para a comunidade. Dos 15 respondentes, três afirmaram que o FCT é importante e 12 disseram que o FCT é muito importante para o Quilombo do Campinho. E 80% dos respondentes tem a percepção de que o FCT traz benéficos diretos para a comunidade, conforme podemos observar nos gráficos 30 e 31 a seguir:

**Gráfico 30 – Percepção sobre a importância do FCT para o Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

**Gráfico 31 – Percepção sobre os benefícios do FCT para o Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Os principais benefícios apontados pelos respondentes são: i) formação de lideranças (apontado por 12 respondentes); ii) captação de recursos (apontados por 11 respondentes); iii) ampliação da participação social e da consciência social (apontados por 10 respondentes); iv) acesso a justiça, enfrentamento de conflitos e ampliação da consciência ecológica (apontados por nove respondentes); v) promoção da autonomia econômica (apontado por 8 respondentes. Além disso, a melhoria da qualidade de vida e a melhoria da saúde foram citados por 6 e 4 respondentes respectivamente.

Ou seja, dentro da Matriz de Análise e Efetividade, os respondentes identificam que o FCT tem relação direta com a garantia de direitos, a formação de capital social, a gestão horizontalizada, a força de trabalho, a necessidade do território e consciência ecológica e bem-estar social.

FCT e OTSS introduziram a discussão sobre o bem-viver nas comunidades tradicionais do território. Segundo Vagner do Nascimento, as comunidades tradicionais percebem a situação que o município vem vivendo: a questão do crescimento desordenado; do acesso a algumas políticas públicas que o movimento conseguiu; da necessidade da geração de renda, da produção de alimentos na agricultura, na roça, do TBC. Essas percepções revelam a importância de se ter um território garantido, um território livre. O tema do bem-viver se torna então fundamental para a luta territorial, para garantir condições de vida, de acesso ao alimento, de cuidado com os bens comuns e naturais, como as sementes e as

águas, de fortalecimento da sua cultura e sua ancestralidade. Essas são as questões importantes para o território do bem viver.

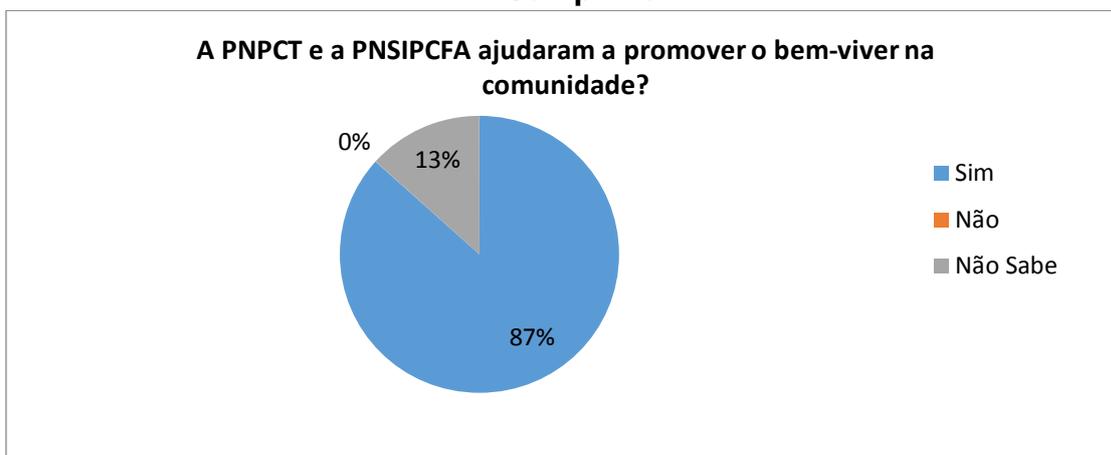
Desta forma, em relação ao bem-viver, os respondentes também possuem uma visão ampla deste conceito que perpassa os principais temas relacionados à sustentabilidade apresentados na Matriz de Análise e Efetividade: tais como “viver em paz”, “ter acesso a direitos”, “viver sem criminalidade” e “viver sem conflitos” na dimensão de segurança pública e justiça; “ter terra para plantar”, “comer comida saudável” e “comer bem” na dimensão segurança alimentar; “estar bem físico, mental, psicológica e espiritualmente” “gozar de uma boa saúde” e “ter moradia digna” na dimensão de saúde e bem estar; “viver com dignidade”, “ter condições econômicas” e “trabalhar com o que gosta” na dimensão do trabalho e renda; e “viver como quilombola”, “viver bem na comunidade”, “viver perto da família” e “viver em união” na dimensão de vínculos familiares e comunitários.

Uma síntese das respostas sobre o bem-viver pode ser resumido pela resposta da respondente de 43 anos: “viver com dignidade, justiça e sustentabilidade. Ter seu território sem conflito e assegurando a soberania alimentar”.

De forma geral os respondentes concordam que o Quilombo do Campinho oferece um bem viver para seus moradores. Ressaltam que possuem segurança, tranquilidade e um meio ambiente saudável com terras férteis, rio e cachoeiras. Para os moradores, o Quilombo é um bom lugar para morar, plantar, criar os filhos. Ressaltam a importância de a comunidade ser fechada para moradores de fora e a relevância da tradição e de seus ancestrais. Entendem que a AMOQC luta para que todos os moradores tenham condições de bem-viver por meio do trabalho coletivo, da agroecologia, do restaurante comunitário, do resgate cultural e do turismo que promovem a geração de renda para os moradores.

Neste sentido, 87% dos respondentes acreditam que as políticas federais PNPCT e PNSIPCFA promovem o bem-viver na comunidade, conforme o gráfico 32 a seguir:

**Gráfico 32 – As políticas públicas ajudam a promover o bem-viver no Quilombo do Campinho**

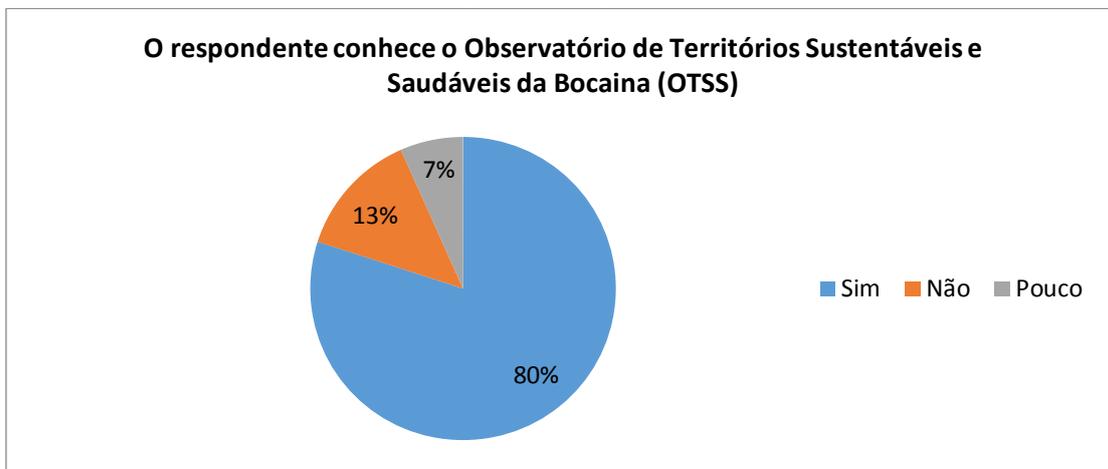


Fonte: pesquisa do autor

Para Ronaldo dos Santos, educador e liderança quilombola, o Quilombo do Campinho oferece uma situação de bem-viver para seus moradores. Porém, a forma de ocupação das cidades, a especulação imobiliária e o próprio liberalismo econômico pressionam parte dos moradores. O Quilombo do Campinho faz o enfrentamento a essa situação hegemônica no território da Bocaina, oferecendo, o mais próximo que se consegue, o que se compreende por qualidade de vida. Mas ainda há uma narrativa, entre os insatisfeitos da comunidade, que na cidade tem tudo o que se precisa para ser feliz. Que se vender a terra para comprar uma moto vai trazer felicidade. Por isso apostamos no TBC e nos processos de produção, processamento e comercialização da agricultura familiar, para mostrar que podemos gerar renda a partir de um outro lugar. “As pessoas querem construir uma ideia de que as comunidades tradicionais são ilhas fora dessa sociedade capitalista, não são”.

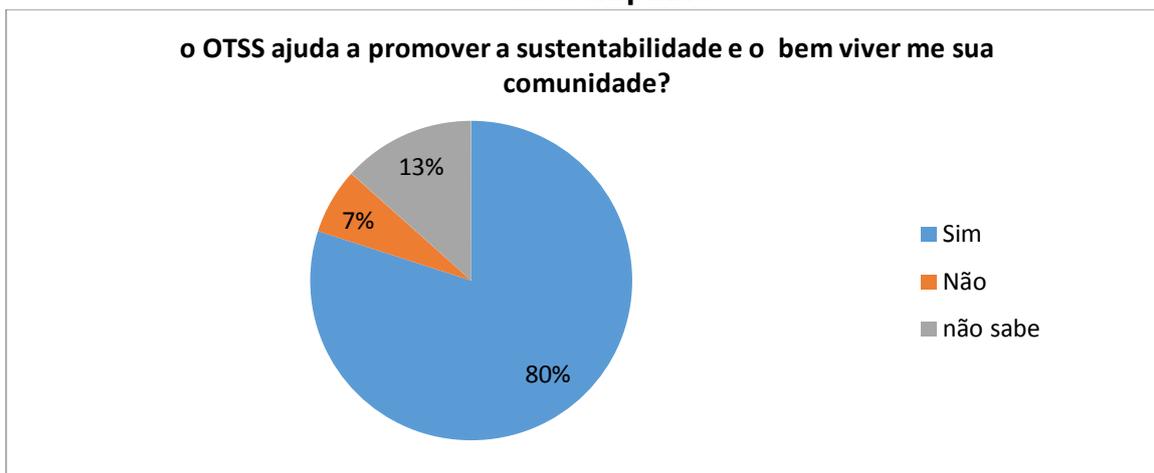
Por fim, ao analisar a importância do OTSS (principal resposta da PNPCT para o território) observa-se que a maioria dos respondentes reconhece as ações do Observatório para o desenvolvimento do Quilombo. 80% dos respondentes conhecem o Observatório e reconhecem sua importância na promoção do bem-viver conforme é possível observar nos gráficos a seguir:

**Gráfico 33 – Conhecimento acerca do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina**



Fonte: pesquisa do autor

**Gráfico 34 – Reconhecimento acerca do papel do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina na promoção do bem-viver no Quilombo do Campinho**

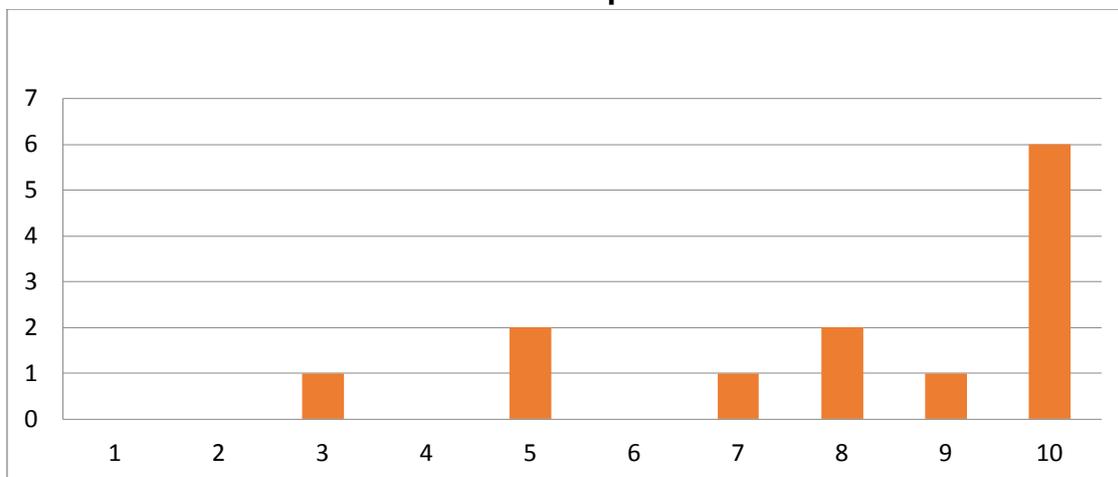


Fonte: pesquisa do autor

A maioria dos respondentes tem uma visão positiva sobre a importância das ações do OTSS no quilombo, porém alguns poucos demonstram certa resistência ou crítica acerca da importância dessa atuação para o território. Conforme salienta Ariane Rosa Martins, jovem liderança e diretora tesoureira da AMOQC:

Eu acho que o Observatório promove muita ação, mas muitas não são vistas, as pessoas só vêm aquilo que acontece, que é físico, não vê as ações que a gente promove indiretamente.

**Gráfico 35 – Reconhecimento da importância das ações do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina para o Quilombo do Campinho**



Fonte: pesquisa do autor

Observamos, portanto, que as Leis PNPCT e PNSIPCF têm efeitos diretos e indiretos no território que podem ser analisados por meio da Matriz de análise e Efetividade no que diz respeito aos parâmetros de promoção de autonomia, equidade e sustentabilidade. Notadamente a PNPCT tem efeitos mais profundos e palpáveis via ações do FCT e do OTSS. A PNSIPCF rebate mais indiretamente no território por meio da ESF e SUS, mas não cumpre sua função de educação e saúde sensíveis à população quilombola e tampouco na promoção da equidade, precisando ser desenvolvida e mais articulada no território.

No âmbito da autonomia promovem tanto o empoderamento quanto a participação social da comunidade que pode ser observado na capacidade de intervenção política da base para cima e na representatividade em diversos fóruns e espaços participativos. Conforme salienta

No parâmetro de empoderamento, observamos uma maior coordenação em redes, capacidade de gestão e organização do trabalho em grupos temáticos que atendam as diferentes frentes de atuação da AMOQC, um maior protagonismo do movimento social, promovendo a educação diferenciada e de outros espaços de formação de capital social, que, de forma geral gera um fortalecimento tanto do Quilombo do Campinho como das demais comunidades vinculadas ao FCT.

Na dimensão analítica da equidade a PNPCT fortalece os vínculos e identidade de raça e território, combatendo às vulnerabilidades por meio do acesso à

justiça socioambiental, a terra e aos programas sociais, aumentando o vínculo comunitário e a garantia de direitos.

Na dimensão sustentabilidade amplia os parâmetros de territorialização e as redes de solidariedade que foram relatadas como pontos importantes do bem-viver para o Quilombo além do fortalecimento da força de trabalho e da inclusão produtiva. As políticas públicas aplicadas no território, quando não enfraquecidas por governos liberais, garantem o bem-estar das populações tradicionais ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaco no início das considerações finais dados do trabalho de campo que se mostraram interessantes para a reflexão do estudo em curso. O primeiro ponto que gostaria de destacar é o próprio acúmulo na produção de conhecimento que as iniciativas do OTSS produziram e das quais utilizei no trabalho, como a própria Matriz de Análise de Efetividade que foi construída a partir da reflexão sobre os trabalhos do FCT e utilizada quando da produção da Tese de Andreia Zetti.

Quanto a dimensão da autonomia, observamos no item participação social uma avaliação positiva da atuação da associação de moradores e o próprio tempo de militância no movimento social dos respondentes, onde a maioria 73% atua há mais de 10 anos no movimento social, seja ele a AMOQC ou o FCT.

Em relação a PNPCT houve uma grande concordância em relação da importância dessa política para o Quilombo do Campinho, ressaltando a questão da formação de novas lideranças, o que se configura numa prioridade para o FCT e a AMOQC reconhecendo que sem novas lideranças o próprio movimento social corre riscos de enfraquecimento, sendo essa considerada uma ação estratégica e muito valorizada.

A Campanha Preservar é Resistir também foi destacada e no episódio da epidemia foi fundamental no sentido de manter a segurança alimentar na comunidade além de reforçar os laços de solidariedade entre outros núcleos comunitários e como uma ação central na busca da dimensão de autonomia, além de ser uma campanha que atua em defesa dos territórios tradicionais, visando promover justiça socioambiental face os conflitos de sobreposição com áreas protegidas.

Em relação à visibilidade da cultura negra, doze respondentes (80%) acreditam que a PNPCT é um instrumento importante de ampliação da visibilidade social do movimento negro. Realmente a inclusão no calendário escolar do Plano Municipal de Educação do Encontro de Cultura Negra nas escolas quilombolas é um passo importante para a visibilidade do movimento negro, como também a inclusão do Encontro de Cultura Negra no calendário municipal de festas e atividades turísticas e a realização da Flip Preta no Quilombo do Campinho.

A cultura é um fator importante e valorizado no Quilombo do Campinho, seja pela manutenção das tradições ancestrais seja pela capacidade de mobilizar a juventude como ocorre por exemplo, com o conjunto de Rap Realidade Negra, que expressa através de suas composições as lutas e modos de vida da comunidade tradicional.

Na avaliação da Política de Saúde, e buscando dialogar com a Matriz de Análise de Efetividade os aspectos relacionados à integralidade e à vulnerabilidade foram observados, sendo que a maioria dos comunitários desconhece a Política específica (PNSIPCF), porém avalia-se positivamente a saúde relacionado a mesma diretamente a capacidade de atendimento e resolução do SUS, havendo uma percepção de melhoria nesse sentido.

O presente trabalho quando de seu início apresentava uma proposição de estudos e avaliação das políticas públicas a partir do olhar e contribuição que o movimento social, no caso o FCT e a AMQCI tiveram na elaboração, implementação e avaliação de duas políticas públicas que dialogam diretamente com o modo de vida dessa comunidade tradicional.

Porém as vivências no campo e as críticas construtivas quando da qualificação do trabalho, fizeram com que a opção do foco direcionado pelo movimento social fosse prevalente, suplantando a visão de gestor que estava inclinado inicialmente também a realizar, analisando com mais detalhes como as políticas estavam se desenvolvendo dentro da lógica e ditames institucionais, no caso o olhar para o Sistema Único de Saúde.

Com o olhar calibrado para o movimento social, a principal questão que se colocava era observar como as políticas públicas num cenário crescente de restrições por parte de um governo francamente desfavorável as populações tradicionais conseguiam se manter e que estratégias de fortalecimento e buscas de outras alternativas que pudessem compensar essa retração governamental estavam sendo articuladas e materializadas para suprir essas deficiências e poder dar as comunidades tradicionais um horizonte de vida que pudesse ser compatível com suas necessidades na busca de uma melhor qualidade de vida.

O processo de produção de conhecimento através de trocas (ecologia de saberes) entre acadêmicos e o movimento social, pode se materializar de forma

vigorosa com o surgimento do próprio OTSS fruto da parceria entre a Fiocruz e o FCT. Dessa união foi construído esse Observatório que foi crescendo em direções distintas, porém sinérgicas que foi a dimensão institucional na própria Fiocruz e no próprio território da Bocaina pela consolidação da atuação do FCT e ampliação de sua base territorial e fortalecimento de seus quadros de pesquisadores comunitários.

Isso se deu muito pela conquista via edital de dois projetos junto a Petrobrás (Povos e Redes) que fazem parte de uma condicionante necessária para a exploração do Pré-Sal e dos impactos que eles possam produzir no meio ambiente em geral e nas comunidades tradicionais de forma específica.

Esses dois projetos possibilitaram a expansão da base de atuação do próprio FCT que vai agora do município de Mangaratiba – RJ até o município de São Sebastião – sul do estado de São Paulo na região da Bocaina, representando uma forma compensatória da própria retração da PNPCT, ou seja uma política pública para as comunidades tradicionais por projetos que essas disputam enquanto um ente organizado que pode desempenhar atribuições importantes para a caracterização das populações tradicionais locais.

Qual é exatamente o território tradicional reivindicado pelos povos e comunidades tradicionais caiçaras da Costa Verde? Quais são suas demandas em relação a cultura? E o que eles têm a dizer sobre seu acesso a educação? Essas são apenas algumas das informações que serão reveladas pelo Projeto Povos, iniciativa que vai colocar de vez, no mapa do Brasil, os territórios, identidades e tradições de 64 comunidades tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).

A primeira série de publicações do Projeto Povos traz cartografias sociais construídas por comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas de Paraty e Ubatuba.

Qual é exatamente o território tradicional ocupado por caiçaras, indígenas e quilombolas que integram o sítio misto do patrimônio mundial da Unesco em Paraty e Ilha Grande e seu entorno? Esta é apenas uma das informações que o Projeto Povos começa a revelar a pelo lançamento de três publicações que trazem os resultados alcançados pela caracterização de 30 territórios tradicionais da Península da Joatinga, da Bacia do Carapitanga e do Norte de Ubatuba.

Além dos mapas inéditos e informações sobre o uso tradicional desses territórios, as três publicações destacam também alguns dos principais conflitos em cursos nessas comunidades.

Além do OTSS/FIOCRUZ e o FCT, participam também a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e a Coordenação Nacional de Comunidades Caiçaras (CNCTC) que completam o conselho do projeto com a missão de garantir que todos os direitos das comunidades sejam respeitados.

O Projeto Redes: Tecendo saberes, construindo autonomia – acontece nas regiões do litoral norte de São Paulo: Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela e no litoral sul do Rio de Janeiro: Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

O Projeto Redes é fruto de uma parceria com a Fiotec/Fiocruz por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis da Bocaina, do Fórum de Comunidades Tradicionais, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Resultado de uma condicionante exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, o Projeto Redes é uma política pública conquistada por comunidades tradicionais pesqueiras impactadas por empreendimentos de petróleo e gás natural do litoral norte de São Paulo e no litoral Sul do Rio de Janeiro. A atual força de trabalho do OTSS reflete essa riqueza e ampliação de atuação efetiva no território

**Quadro 9: Força de trabalho do OTSS**

Recursos humanos	quantidade
Pesquisador acadêmico	83
Pesquisador comunitário caiçara	32
Pesquisador comunitário quilombola	08
Pesquisador comunitário indígena	03
TOTAL	126

Essa composição de equipe de trabalho com financiamento até o ano de 2025 permite aprofundar dentro do OTSS e junto ao FCT o protagonismo dos pesquisadores comunitários que representam 34% dessa força de trabalho, produzindo conhecimento através de suas ações e fortalecendo a luta das populações tradicionais.

Essas duas características são marcas do OTSS – produção de conhecimento através da ecologia de saberes e um conhecimento que seja útil as

lutas do movimento social – FCT na ampliação de seus conhecimentos e capacidade de lutar contra uma conjuntura muito adversa e com várias ameaças as comunidades tradicionais.

Dessa forma a contribuição dada por Setti (2015) na formulação de instrumento de avaliação da efetividade e de Machado (2019) na busca de solução de saneamento via saneamento ecológico nas comunidades tradicionais já conseguiram dar a sua contribuição no fortalecimento desse movimento social o que espero que esse trabalho possa seguir o mesmo caminho, e mostrar como em situações adversas severas a constituição de aliança entre a academia e o movimento social pode ser elemento de resistência e luta fundamental na busca de uma sociedade mais justa e inclusiva com parcela importante da população que sempre foi invisível para as ações do Estado e que somente em gestões progressistas recentes puderam ter seu processo de reconhecimento em curso, processo esse ameaçado pela atual gestão do governo federal e que somente a união e esforços vigorosos e contínuos podem nos apresentar um horizonte com maior esperança.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda – São Paulo, Editora Elefante – 2016.

ACOSTA, A & BRAND, U. **Pós-extrativismo e decrescimento – saídas do labirinto capitalista** - Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2018

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) Acesso em: 29 abril. 2022.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Quilombos: Repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). In: **BIB**, nº45, 1º semestre, pp.51-70, Rio de Janeiro, 1998

ALMEIDA, M. **Devir quilombola – antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas** - Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2022

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina 1800 – 2000** – tradução Magda Lopes – São Carlos: EdUFSCAR, 2014

ANTUNES, Ricardo; JINKINGS, Ivana – **Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**, 2015 Disponível em: Portal latino-americana.wiki.br

ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elisabeth Melo (Org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1988 p.29-39

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**. n.5, pp.79-92. 1999. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X1999000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X1999000200007&script=sci_abstract&tlng=pt)>

BERKES, F. “Context of traditional ecological knowledge”. In: **Sacred ecology**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1999. 232p.

BEZZERA, C; SZWAKO, J; ROMÃO, W; VELLO, B. Um decreto contra a participação. Os riscos a democracia no Brasil. **Carta Capital**. Artigo de 13/04/2019

obtido pelo endereço: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-decreto-contr-a-participacao-os-riscos-a-democracia-no-brasil/>

BRAND, U & WISSEN, M. **Modo de vida imperial – Sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global** - Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988

BRASIL. Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde. **Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença**. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Pesquisa sobre a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas**. Guia do Pesquisador. Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta: Teia de Saberes e Práticas – OBTEIA - 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio a Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta** 1. ed.; Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013b. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.040 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, 2007

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 719, Institui a PNSIPCF**, 2014. Disponível em: [www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pm\\_719\\_2004.pdf](http://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pm_719_2004.pdf) em 06/11/2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Plano Operativo de Saúde das Populações do Campo e das Florestas 2012/2015.**, 2011

BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Ação 2017 – 2019**. Secretaria de Governo. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Supervisão Casa Civil da Presidência da República – Brasília, 2017

BRASIL. Secretaria de Governo. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Supervisão Casa Civil da Presidência da República **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2017

CANANÉA, M; NASCIMENTO, V – Núcleo Jovem do FCT: experiências de formação e organização in GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (Orgs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

CONCEIÇÃO, F. C. A grande mídia contra as ações afirmativas. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, v. 540, p. Art eletrônico, 2009.

CARVALHO Ediléia, CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Quilombo Campinho da Independência, Paraty (RJ): território étnico e a luta por uma educação diferenciada. **Revista Interritórios**, v. 5, n. 8, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/241593>

CARVALHO, J. P. M – O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola: Em busca de uma educação diferenciada. Paraty – Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em Redes**. 20ª edição, revista e ampliada, São Paulo: Paz e Terra, 2019

CONAQ – 2019 – **Histórico da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas** – CONAQ. Quem somos. pelo sitio: <http://conaq.org.br/nossa-historia/> em 18-01-2019

DILBER, G; LANG, M; FILHO, J.P. **Descolonizar o Imaginário – debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento** - Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2019.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. Formas de resistência cotidiana: o caso de Campinho da Independência no litoral Sul do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2016.

FERES JR, João; ZONINSEIN, Jonas (Orgs) **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: [https://app.fearp.usp.br/documentos/arquivos/imprensa/livro\\_acaoafirmativa\\_universid/livro\\_acaoafirmativa\\_universid.pdf](https://app.fearp.usp.br/documentos/arquivos/imprensa/livro_acaoafirmativa_universid/livro_acaoafirmativa_universid.pdf)

FRANÇA, I. A; SANTOS, L, M; SANTOS, R. A educação Diferenciada. GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

FREITAS, Ewald, Guilherme. **Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro**. (tese de Doutorado) Universidad de Córdoba, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/60902549.pdf>

FREITAS, L; GALLO, E; NASCIMENTO, V – Planejamento Estratégico para o FCT. GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

FREITAS, D. A et all – Saúde e Comunidades Quilombolas: uma revisão da Literatura – **Revista CEFAC**, 2011 Se-Out; 13(5): 937-943 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) em 05-08-2015

FREY, K. – Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Política Pública**. Brasília nº 21, p.211-259, jun. 2000

GALLO, E. 2021 – **Territórios Sustentáveis e Saudáveis desafios teórico práticos para o bem viver – Livro Funasa....**

GALLO, Edmundo; SETTI, Andrea Faraoni. Território, intersectorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(11):4383-4396, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4383.pdf>. Acesso em 25 abr 2021.

GALLO, Edmundo; et al. **Relatos da Quarentena: que sociedade(s) emergirá(ão) após o coronavírus? Estratégias solidárias de construção de outros mundos possíveis**. Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis. Fiocruz, 2021. (Artigo inédito)

GALLO, E et all – Planejamento Estratégico para fortalecer o Fórum de Comunidades Tradicionais GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

GIL, A.C – **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo – Editora Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco

Zero. 1982. DISPONÍVEL em:  
<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf>

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho, 4ª Edição – RJ: Editora Civilização Brasileira, 2006

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza – ética biocêntrica e políticas ambientais** – Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2019

GUDYNAS, E. **Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo**. América Latina em movimento – ALAI nº 462 1-20 fevereiro, Quito, 2011

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terras de pretos, terra de mulheres: Terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, Brasília, 1995.

INCRA, **Titulação Quilombola: Passo a Passo**. Disponível em:  
[http://www.incra.gov.br/passos\\_a\\_passos\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas) - obtido em fevereiro - 2019

JACCOULD et all – Entre o racismo e a desigualdade racial (1988-2008) in JACCOULD (ORG.) **A Construção de uma política de igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: Ipea, 2009

KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita. Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira – SP e Campinho da Independência - RJ Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba 2014. Disponível em:  
[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06082014-155235/publico/Andrea\\_Yumi\\_Sugishita\\_Kanikadan.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06082014-155235/publico/Andrea_Yumi_Sugishita_Kanikadan.pdf)

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

KOTHARI, A; SALLEH, A; ESCOBAR, A; DEMARIA, F; ACOSTA, A. **Pluriverso – um dicionário do pós-desenvolvimentismo** - Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2021

LIMA; Márcia. Desigualdades sociais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula **Novos Estudos – CEBRAP** nº 87, São Paulo 2010.

LIMA, Livia Ribeiro. Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo. Programa de

Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo. 2008. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Alessandra%20Bortoni/Documents/Mauro/LIVIA\\_RIBEIRO\\_DE\\_LIMA.pdf](file:///C:/Users/Alessandra%20Bortoni/Documents/Mauro/LIVIA_RIBEIRO_DE_LIMA.pdf)

LINHARES, Joyce Silva dos Santos. Os projetos de etnodesenvolvimento no quilombo Campinho da Independência- Paraty/RJ Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

LOURIVAL, T.D.M.L; CORTINES, A, C; BAHIA, N.C.F; NASCIMENTO, V – Justiça socioambiental: construindo caminhos para permanência das comunidades da Bocaina em seus territórios tradicionais. GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

MACHADO, G. C. X. P. Saneamento ecológico: uma abordagem integral da pesquisa-ação aplicada na Comunidade da Praia do Sono. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

MARQUES, P.E.M e KANIKADAN, A, Y, S Projetos de desenvolvimento local em comunidades quilombolas: olhares sobre liberdade, inovação e atitude. **Raízes**, V. 35, nº 02, jul-dez, 2015.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 3ª ed. 1981.

NASCIMENTO, V – O Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

OLIVEIRA, F.J.R; MOÇO, E. B; SANTIAGO, A; GALLO, E – A incubadora de Tecnologias Sociais – ITS. GALLO, Edmundo; NASCIMENTO, Vagner (ORGs). **O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados**. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT** / Brasília: OIT, 2011. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf)

OTSS. **Projeto De Caracterização dos Territórios Tradicionais. Relatório Final de Caracterização do Microterritório Carapitanga**, (Documento inédito) Paraty/RJ, 2020.

PINHEIRO, Thaís Rosa. Turismo étnico e a Construção das Fronteiras étnicas: o caso do Quilombo do Campinho da Independência, Dissertação (Mestrado) Pós Graduação em Memória Social (PPGMS), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Paraty, Rio de Janeiro./ Thaís Rosa Pinheiro. — 2015.

RATTS Alecsandro J. Parentes, conhecidos e estranhos: relações interétnicas e quilombos. **XXIII Encontro Anual da ANPOCS**, 1999. Disponível em: <http://docplayer.com.br/23678702-Parentes-conhecidos-e-estranhos-relacoes-interetnicas-e-quilombos.html>

REIS, Caroline Barbara Ferreira. “As comunidades remanescentes de quilombo do litoral sul-fluminense”: notas preliminares sobre a história contada nos seus laudos. In: **Encontro Regional da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro. Papéis. Rio de Janeiro: Unirio, 2010a. 5p. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276796963\\_ARQUIVO\\_CarolineReis-Anpuh.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276796963_ARQUIVO_CarolineReis-Anpuh.pdf)

\_\_\_\_\_. **Panorama Quilombola no Estado do Rio de Janeiro: Terra, Educação e Cultura**. Relatório. Departamento de Educação: PUC-RIO, 2010b. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2010/relatorios/ctch/edu/EDU-Caroline%20B%C3%A1rbara%20F.C.B.%20Reis1.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ctch/edu/EDU-Caroline%20B%C3%A1rbara%20F.C.B.%20Reis1.pdf)

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, K.M.; TATTO, N. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. 194p.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Edição, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004

SANTOS, M. **O Retorno do Território**. OSAL: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, Ano 6 nº16, jun 2005. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal16/D16Santos.pdf>

SETTI, Andrea Faraoni Freitas. **Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde: construção e avaliação de uma matriz avaliativa**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-08102015-111606/publico/AndreiaFaraoniFreitasSetti.pdf>. Acesso em 25 abr 2021

SILVA, F.C.M et all. **Contribuições do Programa Mais Médicos e da Estratégia Saúde da Família no acesso à saúde das populações do campo, da floresta e das águas in CARNEIRO, PESSOA e TEIXEIRA (Orgs)**. Campo, Floresta e Águas – práticas e saberes em saúde. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2017.

SOLÓN, P. **Sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direito da Mãe Terra e desglobalização**. Editora Elefante – São Paulo, Brasil, 2019

SOUZA, C. **Política públicas: uma revisão de literatura**. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006. P. 20-45

SOUZA, B. O. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político organizativos e identitários. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Bahia, 2008. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf)

SPINELLI Renata Câmara; SOUZA, Maria Cecilia Cortez. Extratos de raps do Grupo Realidade Negra do Quilombo do Campinho da Independência no enfrentamento do racismo e transformação da condição negra. **Seminário FESPSP** 17 a 20 de outubro de 2016. Disponível em: [https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisV/GT13/Extratos\\_deraps\\_RenataSpinellieMariaCecilia.pdf](https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisV/GT13/Extratos_deraps_RenataSpinellieMariaCecilia.pdf)

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina** -- Editora Elefante – São Paulo – Brasil, 2019

TRAVESSIA ASSESSORIA SOCIOAMBIENTAL. **Mapeamento de Políticas Públicas relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Ubatuba (SP), Paraty e Angra dos Reis (RJ)**. Travessia, FCT, OTSS, Março de 2021

VIANNA, L, P – **De Invisíveis a Protagonistas – Populações Tradicionais e unidades de conservação** – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

## **ANEXO 1 - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

### **PRINCÍPIOS**

Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma Inter setorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

XIII - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

#### OBJETIVO GERAL

Art. 2º A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

VI - reconhecer, com celeridade, a auto identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;

VIII - garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e às doenças decorrentes destas atividades;

IX - criar e implementar, urgentemente, uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais

X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;

XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;

XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;

XIII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo;

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades

tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

#### DOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 4º São instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006;

III - os fóruns regionais e locais; e

IV - o Plano Plurianual.

#### DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Art. 5º Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais têm por objetivo fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderão ser estabelecidos com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico-sócio-culturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos;

II - a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderá se dar por meio de fóruns especialmente criados para esta finalidade ou de outros cuja composição, área de abrangência e finalidade sejam compatíveis com o alcance dos objetivos desta Política; e

III - o estabelecimento de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais não é limitado, desde que respeitada a atenção equiparada aos diversos segmentos dos povos e comunidades tradicionais, de modo a não convergirem exclusivamente para um tema, região, povo ou comunidade.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá, no âmbito de suas competências e no prazo máximo de noventa dias:

I - dar publicidade aos resultados das Oficinas Regionais que subsidiaram a construção da PNPCT, realizadas no período de 13 a 23 de setembro de 2006;

II - estabelecer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais, o qual deverá ter como base os resultados das Oficinas Regionais mencionados no inciso I; e

III - propor um Programa Multi-setorial destinado à implementação do Plano Nacional mencionado no inciso II no âmbito do Plano Plurianual.

**ANEXO 2 - PORTARIA Nº 2.311, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA (PNSIPCF).**

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a equidade, a integralidade e a transversalidade, e o dever de atendimento das necessidades e demandas em saúde das populações do campo e da floresta;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, especialmente o disposto no art. 13 que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.460/GM/MS, de 12 de dezembro de 2005, que instituiu o Grupo da Terra no Ministério da Saúde, com o objetivo de elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 1º de agosto de 2008;

Considerando a diretriz do Governo Federal de reduzir as iniquidades por meio da execução de políticas de inclusão social; e

Considerando a natureza dos processos de saúde e doença e sua determinação social, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com o objetivo de promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - agricultura camponesa: aquela que considera as diferentes identidades socioculturais das diversas comunidades, bem como os saberes tradicionais, a partir da sua relação com a natureza, nos territórios que habitam e usam, visando à produção para o auto sustento e a comercialização de excedentes;

II - agricultura familiar: aquela que atende aos seguintes requisitos:

a) não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

b) utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

c) ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

d) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família, sendo que se incluem nesta categoria silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que preencham os requisitos previstos nos itens "b", "c" e "d" deste inciso;

III - assalariados e assalariadas rurais: trabalhadores e trabalhadoras com vínculo empregatício na agropecuária, em regime de trabalho permanente, safrista ou temporário, com ou sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada, considerando-se que residem majoritariamente nas periferias das cidades pequenas e médias, sendo que parcela considerável desses trabalhadores migra entre as cidades e mesmo entre Estados, de acordo com a sazonalidade das culturas;

IV - camponeses e camponesas: aqueles e aquelas que, a partir de seus saberes e relação com a natureza, nos territórios que habitam e usam, visam à produção para o auto sustento e a comercialização de excedentes;

V - descentralização: processo de autonomia das esferas de gestão estaduais, distrital e municipais, com redefinição dos papéis e responsabilidades em sua relação com a esfera federal;

VI - direitos reprodutivos: direitos básicos de todo casal e indivíduo de ter informação e meios de decidir livre e responsavelmente sobre a oportunidade e as condições de ter ou não filhos;

VII - direitos sexuais: direitos de cada pessoa desfrutar de uma vida sexual com prazer e livre de discriminação;

VIII - diversidade: princípio que respeita as diferenças legitimadas por fundamentos éticos gerados na convivência democrática dos sujeitos e grupos sociais. A biodiversidade está associada à sociodiversidade e à diversidade cultural;

IX - equidade: promoção do direito à igualdade como princípio da justiça redistributiva e implica reconhecer necessidades especiais e dar-lhes tratamentos diferenciados no sentido da inclusão e do acesso individual e coletivo;

X - extrativismo: todas as atividades de coleta de produtos naturais, sejam animais, vegetais ou minerais;

XI - extrativistas: pessoas e comunidades, com suas especificidades culturais, cuja produção de riquezas para o seu desenvolvimento tem por base a coleta de produtos de

fontes naturais, como as matas, capoeiras, rios, igarapés, lagos, várzeas, manguezais, igapós, praias oceânicas e alto-mar, dentre outros;

XII - florestania: sentimento de pertencer à floresta e ser responsável pela sua conservação; conjunto de valores éticos, conceitos e comportamentos apreendidos na convivência com a floresta; direitos dos seres vivos habitantes da floresta, direitos da floresta compreendida como um ser vivo; noção equivalente à de cidadania, porém aplicada às populações da floresta;

XIII - integralidade: princípio fundamental do SUS que considera os sujeitos em sua indivisibilidade biopsicossocial e as comunidades humanas em sua relação com o ambiente, garantindo as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação e o acesso a todos os níveis de complexidade do sistema de saúde;

XIV - intersetorialidade/transversalidade: abordagem de promoção da saúde, com base na articulação entre as políticas públicas e as práticas de gestão dos diversos setores do Estado, compartilhando ações e orçamento;

XV - parceria: articulação de redes de solidariedade entre atores governamentais e não governamentais para integração e desenvolvimento de políticas públicas promotoras de equidade;

XVI - populações do campo e da floresta: povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo, como: camponeses; agricultores familiares; trabalhadores rurais assalariados e temporários que residam ou não no campo; trabalhadores rurais assentados e acampados; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens; outras comunidades tradicionais; dentre outros;

XVII - povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tradicionais, possuem formas próprias de organização social e ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua produção e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e inovações práticas gerados e transmitidos pela tradição;

XVIII - regiões de saúde: espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde;

XIX - regionalização: princípio organizativo do SUS que garante acesso, resolutividade e qualidade às ações e serviços de saúde, cuja complexidade e contingente populacional

transcenda a escala local/municipal, orientando-se pelos modos de territorialização das populações;

XX - reserva extrativista: unidade de conservação de uso sustentável, habitada por populações que utilizam os recursos naturais como meios de produção e renda familiar em manejo;

XXI - sustentabilidade: organização da sociedade e manejo dos recursos estratégicos, com garantia da continuidade e diversidade da vida, articulando as dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais;

XXII - sustentabilidade econômica: capacidade de geração de riqueza superior às necessidades;

XXIII - sustentabilidade social: forma de organização social caracterizada pela participação equânime na produção e distribuição da riqueza, em suas dimensões econômica, cultural, entre outras;

XXIV - sustentabilidade política: condição das instituições e organizações políticas, baseada no seu fortalecimento e funcionamento democrático;

XXV - sustentabilidade cultural: adequação dos processos sociopolíticos e econômicos aos costumes, valores e linguagem das comunidades;

XXVI - sustentabilidade ambiental: modo de aproveitamento dos bens naturais e serviços com geração de benefícios sociais e econômicos, sem comprometer a conservação dos ecossistemas para as futuras gerações;

XXVII - território: espaço que possui tecido social, trama complexa de relações com raízes históricas e culturais, configurações políticas e identidades, cujos sujeitos sociais podem protagonizar um compromisso para o desenvolvimento local sustentável;

XXVIII - trabalho escravo: exploração e apropriação do trabalho humano pela força e privação da liberdade;

XXIX - universalidade: princípio que orienta as políticas públicas dos governos para a garantia do acesso aos serviços por elas prestados a todos, sem distinção; e

XXX - violência no campo e na floresta: conflitos de interesses que geram, de forma sutil ou explícita, agravos, lesões e privação da vida, da liberdade, da cultura, do acesso à terra e aos direitos civis, políticos, sociais e ambientais.

Art. 3º A PNSIPCF tem os seguintes objetivos específicos:

I - garantir o acesso aos serviços de saúde com resolutividade, qualidade e humanização, incluindo as ações de atenção, as especializadas de média e alta complexidade e as de urgência e de emergência, de acordo com as necessidades e demandas apontadas pelo perfil epidemiológico da população atendida;

II - contribuir para a redução das vulnerabilidades em saúde das populações do campo e da floresta, desenvolvendo ações integrais voltadas para a saúde do idoso, da mulher, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, do homem e do trabalhador, considerando a saúde sexual e reprodutiva, bem como a violência sexual e doméstica;

III - reduzir os acidentes e agravos relacionados aos processos de trabalho no campo e na floresta, particularmente o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e mercúrio, o advindo do risco ergonômico do trabalho no campo e na floresta e da exposição contínua aos raios ultravioleta;

IV - contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações do campo e da floresta, incluindo articulações intersetoriais para promover a saúde, envolvendo ações de saneamento e meio ambiente, especialmente para a redução de riscos sobre a saúde humana;

V - reconhecer e valorizar os saberes e as práticas tradicionais de saúde das populações do campo e da floresta, respeitando suas especificidades;

VI - promover planejamentos participativos capazes de identificar as demandas de saúde das populações do campo e da floresta e definir metas, estratégias e ações específicas para sua atenção;

VII - incluir no processo de educação permanente dos trabalhadores de saúde as temáticas e os conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades das populações do campo e da floresta, considerando a interculturalidade na atenção aos povos e comunidades tradicionais;

VIII - apoiar processos de educação e informação das populações do campo e da floresta sobre o direito à saúde;

IX - apoiar a expansão da participação das representações dessas populações nos Conselhos de Saúde estaduais, distrital e municipais e em outros espaços de gestão participativa;

X - promover mecanismos de informação e comunicação, de acordo com a diversidade e as especificidades socioculturais;

XI - incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento sobre os riscos, a qualidade de vida e a saúde das populações do campo e da floresta, respeitando as especificidades de geração, raça/cor, gênero, etnia e orientação sexual; e

XII - promover o fortalecimento e a ampliação do sistema público de vigilância em saúde, do monitoramento e da avaliação tecnológica sobre os agravos à saúde decorrentes do uso de agrotóxicos e transgênicos.

Art. 4º Na elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde, serão observados os seguintes princípios e diretrizes:

I - saúde como direito universal e social;

II - inclusão social, com garantia do acesso às ações e serviços do SUS, da promoção da integralidade da saúde e da atenção às especificidades de geração, raça/cor, gênero, etnia e orientação sexual das populações do campo e da floresta;

III - transversalidade como estratégia política e a intersectorialidade como prática de gestão norteadoras da execução das ações e serviços de saúde voltadas às populações do campo e da floresta;

IV - formação e educação permanente em saúde, considerando as necessidades e demandas das populações do campo e da floresta, com valorização da educação em saúde, articulada com a educação fundamental e técnica;

V - valorização de práticas e conhecimentos tradicionais, com a promoção do reconhecimento da dimensão subjetiva, coletiva e social dessas práticas e a produção e reprodução de saberes das populações tradicionais;

VI - promoção de ambientes saudáveis, contribuindo para a defesa da biodiversidade e do respeito ao território na perspectiva da sustentabilidade ambiental;

VII - apoio à produção sustentável e solidária, com reconhecimento da agricultura familiar camponesa e do extrativismo, considerando todos os sujeitos do campo e da floresta;

VIII - participação social com estímulo e qualificação da participação e intervenção dos sujeitos do campo e da floresta nas instâncias de controle social em saúde;

IX - informação e comunicação em saúde considerando a diversidade cultural do campo e da floresta para a produção de ferramentas de comunicação; e

X - produção de conhecimentos científicos e tecnológicos como aporte à implementação da PNSIPCF.

Art. 5º Compete ao Ministério da Saúde:

I - garantir a implementação da PNSIPCF;

II - promover a inclusão no Plano Nacional de Saúde das metas e prioridades para a organização das ações de saúde para as populações do campo e da floresta;

III - apoiar a implementação da PNSIPCF nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

IV - incentivar o desenvolvimento das ações de educação permanente para os trabalhadores de saúde, voltadas para as especificidades de saúde das populações do campo e da floresta;

V - incentivar e apoiar ações de educação em saúde para os usuários e movimentos sociais, voltadas para as especificidades de saúde das populações do campo e da floresta, com base em perspectivas educacionais críticas e participativas no direito à saúde;

VI - prestar apoio e cooperação técnica no desenvolvimento de ações da PNSIPCF;

VII - fortalecer a intersetorialidade, mediante articulação com órgãos e entidades governamentais e não-governamentais, para o estabelecimento de metas e prioridades referentes às ações transversais prioritárias para a saúde das populações do campo e da floresta, com especial articulação com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação e da Pesca e Aquicultura, com as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dentre outros;

VIII - consolidar, analisar e divulgar os dados estratificados sobre essas populações, considerando os aspectos de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, e inserir informações em saúde nos subsistemas sob responsabilidade do Ministério da Saúde;

IX - estabelecer instrumentos e indicadores para acompanhamento, monitoramento e avaliação da PNSIPCF; e

X - fortalecer parcerias com organismos nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais e sociedade civil organizada para o fortalecimento das ações de saúde para as populações do campo e da floresta.

Art. 6º Compete aos Estados:

I - promover a implementação da PNSIPCF;

II - promover a inclusão da PNSIPCF no Plano Estadual de Saúde;

III - incentivar a criação de espaços (comitês, áreas técnicas, grupo de trabalho, entre outros) de promoção da equidade para implementação da PNSIPCF de forma participativa;

IV - produzir dados estratificados sobre as populações do campo e da floresta e manter atualizados os sistemas nacionais de informação em saúde;

V - estabelecer instrumentos e indicadores para o acompanhamento, monitoramento e avaliação da PNSIPCF;

VI - desenvolver e apoiar ações de educação permanente para os trabalhadores de saúde, voltadas para as especificidades de saúde dessas populações;

VII - desenvolver e apoiar ações de educação em saúde para os usuários e movimentos sociais, voltadas para as especificidades de saúde dessas populações, com base em perspectivas educacionais críticas e no direito à saúde;

VIII - prestar apoio e cooperação técnica aos Municípios; e

IX - viabilizar parcerias no setor público e privado para fortalecer as ações de saúde para essas populações.

Art. 7º Compete aos Municípios:

I - promover a implementação da PNSIPCF;

II - promover a inclusão da PNSIPCF no Plano Municipal de Saúde;

III - promover a criação de espaços (comitês, áreas técnicas, grupo de trabalho, entre outros) de promoção da equidade para implementação da PNSIPCF de forma participativa;

IV - produzir dados estratificados sobre as populações do campo e da floresta e manter atualizados os sistemas nacionais de informação em saúde;

V - estabelecer instrumentos e indicadores para o acompanhamento e avaliação da PNSIPCF;

VI - viabilizar parcerias no setor público e privado com o objetivo de fortalecer as ações de saúde para essas populações;

VII - desenvolver ações de educação permanente para os trabalhadores de saúde, voltadas para as especificidades de saúde dessas populações; e

VIII - promover ações de educação em saúde para os usuários e movimentos sociais, voltadas para as especificidades de saúde dessas populações, com base em perspectivas educacionais críticas e no direito à saúde.

Art. 8º À Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS) compete articular, no âmbito do Ministério da Saúde e junto aos demais órgãos e entidades governamentais, a elaboração de instrumentos com orientações específicas, que se fizerem necessários à implementação da PNSIPCF.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, assinada pelo então ministro da saúde.

A intenção ao trazer na íntegra a portaria que estabelece a política é poder observar nos detalhes definições e conceitos importantes para o entendimento da dinâmica da vida das populações do campo, floresta e águas, assim como os objetivos da política, quais as devidas competências dos diferentes entes federativos envolvidos (união, estados e municípios) e os princípios e diretrizes para a elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde para essa população.

## **ANEXO 3 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

### **Antecedentes**

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico no processo de redemocratização política do Brasil, sendo entendida como elemento primordial na solidificação dos direitos individuais e coletivos. Todavia, além das condições para a abertura política, com ampla repercussão para a sociedade como um todo, a Carta Magna oferece um outro processo de democratização mais amplo e incluyente ao reconhecer as formas diferenciadas de organização social e cultural de distintos segmentos da sociedade brasileira. Este é o caso, por exemplo, dos direitos diferenciados reconhecidos aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Ao estabelecer prerrogativas diferenciadas para esses povos e comunidades, a Carta Magna opera de forma direta nos princípios fundamentais da constituição do próprio Estado Brasileiro, uma vez que se flexibilizam os conceitos vigentes sobre o que é a sociedade brasileira, a forma como ela é composta e como ocorreu a sua formação. Em última instância, a consolidação de tais direitos revela não só o reconhecimento por parte do Estado da diversidade sócio-cultural existente no Brasil, mas também a necessidade de se repensar conceitos atinentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas desses povos e comunidades. Nesse sentido, políticas públicas nos campos da educação, saúde e garantia dos direitos fundamentais vêm sendo paulatinamente reformuladas, visando à efetivação das particularidades reconhecidas explicitamente no texto constitucional.

A busca da legítima ampliação deste genuíno processo de democratização levou o Governo Federal a estruturar os elementos iniciais de uma nova política voltada para a inclusão no arcabouço conceitual e legal do Estado Brasileiro; isto é, a inclusão de outras formas de organização social que não estão plenamente representadas nas categorias já reconhecidas e expressas nos termos legais (indígenas ou remanescentes de comunidades de quilombos – art. 231 – CF e art. 68 do ADCT).

O Governo Federal vem implementando esforços, também, para desenvolver políticas públicas voltadas a esses segmentos sociais, bem como contemplar suas especificidades no âmbito de políticas nacionais. Dentre essas iniciativas encontrase o Programa Brasil Quilombola, que reúne ações de diversos órgãos do Poder Executivo Federal voltadas às comunidades remanescentes de quilombos; o Plano Nacional da Reforma Agrária, que contemplou essas comunidades quilombolas e também populações indígenas, extrativistas, ribeirinhas; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que considerou, além dos demais segmentos relacionadas, pescadores artesanais, povos da floresta e seringueiros. Outro exemplo deste processo é o Programa Comunidades Tradicionais, voltado para o fomento de projetos de produção sustentáveis nos mais diferentes segmentos das comunidades tradicionais. Inicialmente destinado à região amazônica, foi ampliado, a partir de 2006, para todas as regiões do Brasil.

Segundo dados analisados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, pode-se afirmar que cerca de  $\frac{1}{4}$  do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, sendo aproximadamente:

Povo ou Comunidade Tradicional	Área habitada/ha	Número de famílias
Povos Indígenas (220 etnias)	110 milhões	734.127
Quilombolas	30 milhões	2.000.000
Seringueiros	3 milhões	36.850

Seringueiros e Castanheiros 17 milhões 163.000

Quebradeiras de Coco-deBabaçu

18 milhões 400.000

Atingidos por barragens –

incluindo parte dos

pescadores e ribeirinhos

----- 1.000.000

Fundos de Pasto ----- 140.000

Totais: 176 Milhões 4.5 milhões

Considerando-se exclusivamente os grupos indicados pelo referido antropólogo, estes chegam a quase 5 milhões de famílias, aproximadamente 25 milhões de pessoas; enquanto o antropólogo Paul Little identifica pelo menos 26 grupos específicos sobre os quais ainda é precária a disponibilização de dados.

Tal “invisibilidade”, associada a um modelo de desenvolvimento até então universalista, tem, historicamente, resultado na implementação de políticas públicas nas quais se encontram fundados processos como o êxodo rural, a favelização nos centros urbanos, o aumento da pobreza e a degradação ambiental dos territórios tradicionais remanescentes. Isto também se traduz no atual baixo investimento de esforços na promoção do desenvolvimento sustentável dessas comunidades como alternativa à expansão de atividades produtivas de grande impacto sócio-ambiental.

Diante da necessidade de fazer frente a esse quadro, foi criada em 27 de dezembro de 2004, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (por Decreto da mesma data) presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, as atribuições de Secretaria-Executiva.

Entre as principais atribuições desta Comissão estão:

*f* Coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estabelecendo princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes no âmbito do Governo Federal e dos demais Níveis de Governo;

*f* Propor e orientar as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;

*f* Identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa implementação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;

*f* Identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público, quanto para a sociedade civil visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;

*f* Promover debates e consultas públicas sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

No exercício de suas atribuições a Comissão Nacional deverá considerar as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais para os quais as políticas públicas forem dirigidas e privilegiar a participação da sociedade civil neste processo.

A efetivação da proposta acima apresenta uma série de desafios das mais distintas ordens. O primeiro deles é a própria delimitação das realidades sociais que compõem os povos e comunidades tradicionais.

Visando subsidiar este debate, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizaram, entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, na cidade de Luziânia, no estado de Goiás, o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: Pautas para Políticas Públicas. Tal evento teve como principal objetivo estabelecer uma discussão conceitual a respeito do termo “comunidades tradicionais” no Brasil, e identificar, junto aos representantes das diversas comunidades subentendidas neste conceito, quais as principais demandas do setor em políticas públicas e os principais entraves para que tais políticas possam ser efetivadas.

Um dos resultados alcançados durante o encontro acima mencionado foi a eleição dos representantes das comunidades tradicionais, os quais passariam a compor a Comissão Nacional. A este respeito, os participantes compreenderam necessário que a Comissão Nacional passasse a ser composta por 15 órgãos governamentais e 15 representantes das comunidades tradicionais, mantendo-se a presidência pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva pelo Ministério do Meio Ambiente. As comunidades tradicionais estão representadas segundo 15 categorias eleitas pelos participantes, a partir de uma dinâmica de auto-identificação executada durante os trabalhos, quais sejam:

- Sertanejos – Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (titular e suplente);
- Seringueiros - Conselho Nacional de Seringueiros (titular e suplente);
- Comunidades de Fundo de Pasto - Coordenação Estadual de Fundo de Pasto (titular e suplente);
- Quilombolas - Coordenação Nacional de Quilombolas (titular e suplente);
- Agroextrativistas da Amazônia - Grupo de Trabalho Amazônico (titular e suplente);
- Faxinais - Rede Faxinais (titular e suplente);
- Pescadores artesanais - Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE (titular e suplente);
- Povos de terreiro - Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya (suplente);
- Cigana - Associação de Preservação da Cultura Cigana (titular), e suplente indicado pelo Centro de Estudos e Discussão Romani (suplente);
- Pomeranos - Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (suplente);
- Indígena - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (titular), e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (suplente);
- Pantaneiros - Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento (titular) e Colônia de Pescadores CZ-5 (suplente);
- Quebradeiras de Coco - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (suplente);
- Caiçaras - Rede Caiçara de Cultura (titular) e União dos Moradores da Juréia (suplente);
- Gerazeiros - Rede Cerrado (titular), e Articulação Pacari (suplente).

Durante o Encontro, os representantes das comunidades tradicionais também indicaram um rol de 35 (trinta e cinco) demandas, dentre as quais 12 (doze) foram consideradas prioritárias para os trabalhos da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, sendo elas:

1. Regulamentação fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais;
2. Educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais;
3. Reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil);
4. Não criar mais UCs de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais;

5. Resolução de conflitos decorrentes da criação de UCs de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais;
6. Dotação de infra-estrutura básica;
7. Atenção à saúde diferenciada, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes;
8. Reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social;
9. Fomento e implementação de projetos de produção sustentável;
10. Garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social;
11. Garantia de segurança às comunidades tradicionais e seus territórios;

12. Evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando impactos sociais e ambientais. Outras iniciativas também foram realizadas no sentido de aprofundar os debates ocorridos no Encontro de Luziânia (GO). Foram realizados cinco encontros regionais: um em Belo Horizonte (MG); dois no Vale do Rio São Francisco nas cidades de Delmiro Gouveia (AL) e Paulo Afonso (BA); um em Porto Alegre (RS) e um em Montes Claros (MG).

Cumprir observar que também foi realizado em Brasília (DF) um encontro informal entre os representantes das comunidades tradicionais e representantes da Secretaria Executiva da Comissão, em 18 de novembro de 2005, cuja pauta central foi a apresentação dos principais encaminhamentos relativos aos aspectos envolvendo a Comissão Nacional após os encontros de Luziânia (GO) e Belo Horizonte (MG).

Em 2 de dezembro de 2005 foi realizado em Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, o I Encontro dos Povos Tradicionais do São Francisco como parte da programação do Festival EcoCultural para a Revitalização do São Francisco, ocorrido entre os dias 1º e 4 de dezembro, nas cidades de Paulo Afonso (BA), Delmiro Gouveia (AL), Canindé do São Francisco (SE) e Piranhas (AL). O festival foi uma realização conjunta dos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura e contou com a participação de outros ministérios: Esporte, Turismo, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Minas e Energia, Educação, Justiça, e Aqüicultura e Pesca, além dos governos estaduais de Alagoas, Bahia e Sergipe e as prefeituras das cidades do entorno do Pólo de Xingó.

O principal objetivo do I Encontro dos Povos Tradicionais do São Francisco foi promover a articulação, mobilização e integração das comunidades da região nas áreas de Revitalização do São Francisco, a serem implementadas pela Secretaria Executiva (SECEX) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O outro objetivo foi o de estabelecer uma rede local que pudesse dialogar com e subsidiar a Comissão Nacional de Comunidades Tradicionais em seu trabalho, tendo em vista que 4 das 15 instituições que passariam a representar a sociedade civil na Comissão Nacional encontram-se sediadas na Bacia do Rio São Francisco.

Para garantir o alcance deste objetivo foram convocadas para o encontro lideranças de comunidades ribeirinhas, quilombolas, pescadores tradicionais, povos indígenas e de assentamentos rurais da região. Estiveram presentes aproximadamente 50 representantes dos Povos Tradicionais do São Francisco, grande parte oriunda dos povoados mais próximos de Delmiro Gouveia, nos estados de Alagoas e Bahia. Na mesma ocasião foi criada, como uma composição provisória, a Comissão dos Povos Tradicionais do São Francisco, composta pelos seguintes setores: Quilombolas; Pescadores; Assentados Rurais; Povos Indígenas e Fundos de Pasto.

Também foi apresentada às autoridades presentes uma Carta Compromisso, elaborada pela sociedade civil durante a Assembléia Popular Pela Vida do Rio São Francisco, do Semi-Árido e do Brasil, realizada dia 09 de outubro na cidade de Juazeiro (BA), a qual contou com a participação de 1.200 pessoas de todo o Nordeste, integrantes de mais de 60 organizações sociais. Tais subsídios também foram utilizados para a elaboração do texto-base de Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em 10 de março de 2006, a Coordenação de Agroextrativismo/SDS/MMA realizou em Paulo Afonso (BA), com a cooperação do programa GESTAR (SDS/MMA), a I Reunião da Comissão dos Povos Tradicionais do São Francisco, cujos principais objetivos foram:

- Definir uma agenda para a realização de 3 seminários nas sub-bacias do médio, sub-médio e Baixo rio São Francisco objetivando identificar as comunidades tradicionais das sub-bacias; identificar as demandas a serem priorizadas na região e discutir a rede/comissão para implementação do Programa de Revitalização.

- Informar e definir a participação no evento Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Meio Ambiente na Revitalização do Rio São Francisco, realizado em Montes Claros (MG) nos dias 17 e 18/03/2006.

Como resultado ficou acordada uma nova reunião envolvendo as regiões do sub-médio e baixo São Francisco, realizada entre os dias 29 e 31 de maio de 2006, com a participação de diversas instituições do governo e da sociedade civil, entre eles, AGENDHA, Cáritas, UNEB, IBAMA, GEAVS, FUNAIS, Instituto Xingó, MST, CHESF e Tepeal.

Em 5 de março de 2006, o MMA, o MDS e o MDA realizaram na cidade de Porto Alegre (RS), como evento preparatório à Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural-CIRADR-, o Seminário Nacional A questão da institucionalização do acesso ao território de comunidades tradicionais extrativistas e locais. O principal objetivo do seminário nacional foi o de construir uma proposta de agenda de trabalho para a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais no que se refere a esta temática.

Participaram do mencionado encontro representantes das instituições não governamentais eleitas durante o Encontro de Luziania. O evento foi de suma importância para o aprofundamento dos debates sobre a questão da regularização fundiária dos territórios de comunidades tradicionais, tendo gerado subsídios significativos para a elaboração de um plano de ação relacionado ao tema.

Na ocasião foram relatadas quatro experiências promissoras relacionadas à regularização fundiária de comunidades tradicionais, as quais se encontram em fase de sistematização pela organização do evento:

Comunidades de Fundo de Pasto – INCRA-Bahia

Assentamentos agroextrativistas – INCRA-Pará

Regularização de territórios tradicionais como Reservas Extrativistas (RESEX)

Regularização de territórios tradicionais com sobreposição em Unidades de Conservação (UCs)- o caso de Cambury, Vale do Ribeira (SP).

Em 17 e 18 de março de 2006 foi realizado em Montes Claros (MG), o Encontro de Agricultura Familiar e Reforma Agrária na Bacia do São Francisco. O evento contou com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais, entre elas: MMA, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Promotoria de Justiça do Rio São Francisco, IBAMA, INCRA, CODEVASF, UNIMONTES, CPT, ICA/UFMG, ASA, MST, MPA, CAA-NM, Cooperativas de Agricultores Familiares, Associações Quilombolas e Indígenas, ACEBEV, IGS, NASCer, STR's, MAB, MTL, Liga Camponesa, Cáritas Janaúba, Cáritas Januária, Cáritas Montes Claros, Cáritas Paracatu, Contag, Mover, Grupo João Botelho Neto de São Francisco, Grupo Mata Seca de Manga e ONG Vereda de Coração de Jesus. E teve como objetivo geral exercitar as parcerias interinstitucionais como estratégia para atingir objetivos afins no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PR-SF), bem como ampliar a participação dos movimentos sociais no planejamento e avaliação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades na região de atuação do PR-SF.

Em 28 de março de 2006, o MMA, em cooperação com o MDS, a Associação Brasileira de Antropologia e a Rede Faxinais, promoveu, durante a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), o evento paralelo (side event) intitulado: A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

Tradicional no Brasil: uma experiência na criação de espaços públicos para povos indígenas e comunidades locais .

O evento, que teve por objetivo divulgar a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais como instância de discussões acerca das especificidades étnico-sociais bastante diversas no Brasil em relação a outros países; contou com a presença de aproximadamente 50 pessoas, em sua maioria brasileiros, estando também presentes vários representantes de comunidades tradicionais que participaram da COP8, entre eles Oriel Rodrigues (CONAQ - quilombolas), Braulino Caetano dos Santos (CAA – Geraizeiros); Hamilton Silva (Rede Faxinais – Faxinais), além de representantes de outras comunidades tradicionais, como a representante das Mulheres Andirobeiras da Ilha do Marajó (PA) e de associações indígenas que não possuem assento na Comissão.

Embora a regularização fundiária apareça entre as principais demandas levantadas durante os encontros relatados acima; sabe-se que na maior parte dos casos não há no arcabouço jurídico e legal vigente, a possibilidade explícita de proceder à regularização destas áreas a curto prazo, o que demanda um amplo esforço dos ministérios diretamente envolvidos na Comissão junto a todos os Poderes do Estado Brasileiro, visando a criação das condições legais e executivas necessárias ao atendimento dessas populações. Em termos práticos, demandas relativas a acesso a recursos financeiros, assistência médica, educacional, dentre outras, também apresentam desafios da mesma ordem.

Para o melhor entendimento do desafio exposto acima, torna-se importante observar os princípios constitucionais e legais já existentes para atendimento de parte dessas populações, considerar as fragilidades dos mesmos, e, a partir delas, mensurar os desafios implicados no estabelecimento de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Como parâmetro inicial cabe considerar a questão indígena. Os povos indígenas são considerados historicamente a primeira e principal alteridade a compor a cena da diversidade social e cultural brasileira. Esses povos sempre tiveram sua presença enquanto população diferenciada marcada no cenário político e social.

Desta forma, é a condição diferenciada destes povos que se direciona o reconhecimento formal mais estabelecido e consistente. O direito indígena encontra-se, atualmente consubstanciado nos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, além de uma vasta legislação infra-constitucional.

Na esfera infra-constitucional esses direitos se expressam pela Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; o Decreto nº. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que trata do procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências; Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto nº. 5.051 de 19 de abril de 2004; além de outras normas e princípios que tratam periférica ou pontualmente de assuntos atinentes aos povos indígenas. Em linhas gerais, os direitos aqui reconhecidos são pautados no reconhecimento e respeito às diferenças sociais e culturais, na formalização de direitos territoriais particularizados e, principalmente, no reconhecimento dos direitos destas populações viverem em consonância com princípios culturais, sociais e históricos, que definem sua diferenciação em relação à sociedade envolvente.

No caso das populações quilombolas, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ATCD reconhece a propriedade definitiva das terras que estão ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A regulamentação deste direito se dá, atualmente, pelo Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que estabelece os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A leitura dos princípios legais citados no artigo 68 do ADCT indica com clareza que o reconhecimento da condição diferenciada quilombola é definido por uma condição histórica e territorial específica, e tem repercussões tão somente fundiárias.

Cabe chamar atenção para a ampla discrepância existente nas considerações e prerrogativas legais relativas aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse fato se deve, em parte, ao recente reconhecimento formal das particularidades das comunidades remanescentes de quilombos. Os textos legais deixam claro, também, que a própria história destas comunidades frente à sociedade nacional é outro elemento influente na definição dos direitos específicos a eles reconhecidos.

Para os demais segmentos sociais que compõem a ampla categoria de povos e comunidades tradicionais não há, nos princípios constitucionais, o estabelecimento de direitos diferenciados específicos, embora na legislação infra-constitucional possa ser observado um movimento neste sentido, a exemplo dos direitos reconhecidos aos povos indígenas e às comunidades locais sobre seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético (Decreto Legislativo 02/2004; Decreto 2.519/1998; Medida Provisória 2186-16/2001 e Decreto 4339/2002).

Nesse sentido, faz-se imperativo o estabelecimento formal de conceitos, objetivos, princípios e diretrizes que possam nortear não só as ações do Poder Público como da sociedade como um todo junto aos povos e comunidades tradicionais fazendo-se, assim, justiça à relevância de sua participação na sociedade brasileira.

Deve-se considerar ainda que o sucesso para implementação de fato de qualquer política pública deve estar centrado na legitimidade de suas propostas e no reflexo que tenham junto às ações de governo a serem implementadas. Sendo assim, com vistas a subsidiar a análise das ações propostas pela atual gestão do Governo Federal relativamente aos povos e comunidades tradicionais, foi realizado um levantamento preliminar dos programas e ações destinados, ou potencialmente destináveis ao atendimento das demandas desse público específico no Plano Plurianual - PPA. Como resultado, foram encontradas, para o ano de 2005, cerca de 225 ações em 43 programas ligadas a diferentes órgãos do poder público federal.

No primeiro semestre de 2006, um novo levantamento foi realizado considerando as ações ligadas aos órgãos da administração pública federal que passariam a compor a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais após o encontro de Luziânia. Como resultado, foram obtidas 180 ações em 44 programas de governo, o que demonstra já existir uma base a ser trabalhada para a consolidação de uma Política Nacional realmente multi-setorial, sendo este um momento estratégico para esse debate e formulação.

Por fim, visando subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Meio Ambiente realizaram nos dias 26 e 28 de junho de 2006, uma oficina de trabalho com representantes de órgãos da administração pública federal, a qual teve como resultado a primeira proposta de texto base para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Em 14 de julho de 2006, foi publicado no D.O.U o Decreto de 13 de julho de 2006, que instituiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, que em sua nova composição passou a contar com os seguintes membros:

Pelo Governo Federal:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (Presidência)
- Ministério do Meio Ambiente – MMA (Secretaria Executiva)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Ministério da Cultura - MinC;
- Ministério da Educação - MEC;
- Ministério do Trabalho - MTE;

- Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
  - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR;
  - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP;
  - Fundação Cultural Palmares;
  - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
  - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;
  - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
  - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
  - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- Pela Sociedade Civil:
- Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (titular e suplente);
  - Conselho Nacional de Seringueiros (titular e suplente);
  - Coordenação Estadual de Fundo de Pasto (titular e suplente);
  - Coordenação Nacional de Quilombolas (titular e suplente);
  - Grupo de Trabalho Amazônico (titular e suplente);
  - Rede Faxinais (titular e suplente);
  - Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE (titular e suplente);
  - Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya (suplente);
  - Associação de Preservação da Cultura Cigana (titular), e suplente indicado pelo Centro de Estudos e Discussão Romani (suplente);
  - Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (suplente);
  - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (titular), e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (suplente);
  - Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento (titular) e Colônia de Pescadores CZ-5 (suplente);
  - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (suplente);
  - Rede Caiçara de Cultura (titular) e União dos Moradores da Juréia (suplente);
  - Rede Cerrado (titular), e Articulação Pacari (suplente).

A reunião de instalação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais ocorreu nos dias 02 e 03 de agosto de 2006, e teve entre seus pontos de pauta a análise e o debate do texto base apresentado pela Secretaria-Executiva a partir dos subsídios construídos durante a oficina de trabalho governamental ocorrida no mês de junho. Após a reunião todas as contribuições apresentadas pelos representantes governamentais e da sociedade civil foram consolidadas e encaminhadas para deliberação durante a 2ª. Reunião Ordinária da CNPCT, ocorrida entre os dias 30 de agosto e 01 de setembro de 2006, em Brasília.

Durante esta 2ª. Reunião foi aprovada a versão final do texto base da PNPCT a ser submetido à apreciação dos representantes de povos e comunidades tradicionais em 5 Oficinas de Trabalho Regionais, realizadas no período de 14 a 24 de setembro de 2006, nos seguintes locais e datas: Belém e Rio Branco: 14 a 16 de setembro; Curitiba: 18 a 20 de setembro e Cuiabá e Paulo Afonso: 21 a 23 de setembro.

Participaram das referidas oficinas cerca de 350 lideranças representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. A mobilização social para a realização destes eventos foi coordenada pelos representantes da sociedade civil na Comissão, ficando sob os encargos do Governo Federal a coordenação e execução da parte logística e o apoio técnico.

Os resultados obtidos durante os cinco eventos foram sistematizados em dois documentos – um contendo todas as propostas apresentadas em cada uma das oficinas e outro contendo

uma proposta da relatoria de consolidação das propostas apresentadas em comparação com a proposta originalmente apresentada. Tais documentos foram apresentados à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em sua 3ª. Reunião Ordinária ocorrida nos dias 16 e 17 de novembro de 2006, em Brasília – DF.

Tal reunião teve como objetivos apresentar os resultados obtidos durante as Oficinas Regionais, submetendo o relatório final à aprovação da Comissão, bem como a elaboração e aprovação do Decreto de instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cuja proposta de texto foi apresentada pela Secretaria-Executiva da CNPCT subsidiada pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

Em suas deliberações a CNPCT compreendeu que o texto de instituição da PNPCT deveria, em seu conteúdo, restringir-se a instituição de princípios, objetivo geral, objetivos específicos e instrumentos de implementação, devendo as diretrizes desenvolvidas no processo de debates públicos serem utilizados na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tais diretrizes também deverão nortear a elaboração de um Programa Multi-setorial contendo as ações necessárias para a implementação da PNPCT, conforme previsto pelo próprio Decreto.

A proposta de Decreto aprovada pela CNPCT foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República conjuntamente pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente, em 24 de dezembro de 2006, tendo sido submetida à análise dos Ministérios da Justiça, Saúde e Previdência e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em 8 de fevereiro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o qual, além de estabelecer os princípios, objetivos e instrumentos para a sua implementação, também determinou o prazo de 90 dias a partir de sua publicação para que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais dê publicidade aos resultados das oficinas regionais realizadas no mês de setembro de 2006 e que deram origem ao próprio decreto; elabore uma proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e um Programa Multi-setorial para a sua implementação.

Desta forma, apresentamos a seguir os documentos resultantes do processo de construção de uma Política Pública diferenciada, voltada para povos e comunidades tradicionais, entre eles, o Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, acompanhada da Exposição de Motivos Interministerial que a justifica.

Apresentamos também o documento final com as diretrizes aprovadas pela CNPCT para implementação da referida Política Nacional, instituídas pela Resolução CNPCT 001/2007 aprovada durante a 4ª. Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizada entre os dias 24 e 26 de abril de 2007, na cidade de Brasília.

#### ANEXO 4

##### I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil

###### Introdução

Em dezembro de 2004 o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais<sup>1</sup>. Tal iniciativa teve origem em um projeto do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Meio Ambiente, de consolidação, em âmbito federal, de uma instância capaz de propor e orientar políticas públicas voltadas para comunidades tradicionais no Brasil. A Comissão, inicialmente composta apenas por órgãos da administração pública federal<sup>2</sup>, teve como primeiro desafio os questionamentos a respeito de quem são as

“comunidades tradicionais” e quais as principais demandas em políticas públicas relacionadas a este(s) setor(s) da sociedade e, conseqüentemente, como poderiam participar ativamente dos processos de tomada de decisão relacionados a tais demandas. Visando enfrentar tal desafio realizou-se, em agosto de 2005, na Cidade de Luziânia – DF, o “I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais - Pautas para Políticas Públicas”, o qual teve como objetivos principais: Promover discussões conceituais sobre o que são as Comunidades Tradicionais; Consultar os representantes destas comunidades acerca de suas demandas; Identificar os principais entraves no acesso aos programas e ações de Governo existentes; Definir os representantes da sociedade civil que terão assento na Comissão; Compôr uma agenda prioritária para a mesma.

O Encontro, realizado entre os dias 17 e 19 de agosto, no Centro de Formação Vicente Canhas, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em Luziânia - DF, contou com a participação de cerca de 80 representantes de Povos Indígenas, Quilombolas, Agroextrativistas da Amazônia, Geraizeiros, Vazanteiros, Seringueiros, Quebradeiras de Coco Babaçu, Pantaneiros, Ciganos, Pescadores Artesanais, Caiçaras, Pomeranos, Comunidades de Terreiro, Fundos de Pasto, Faxinais e Ribeirinhos do São Francisco.

O processo de consulta e debates foram conduzidos com o auxílio de uma moderadora, um relator e dois animadores, os quais tiveram grande contribuição no entrosamento e intercâmbio entre os representantes das comunidades ali presentes. 1 O Decreto de 27 de dezembro de 2004, pode ser obtido no site [http://www.mds.gov.br/ascom/hot\\_enct/legis.htm](http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/legis.htm) 2 O art. 2º do Decreto de 27 de dezembro de 2004, estabelece a seguinte composição para a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais: Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Fundação Cultural Palmares. 2 A abertura do evento contou com a presença do MMA, representado pela Excelentíssima Senhor Ministra Marina Silva; pelo MDS, representado pela Senhora Márcia Lopes, pela SEPPIR, representada pela Ministra Matilde Ribeiro, pelo MCT, representado por Lana Magaly Pires, e pela FUNAI, representada por Arthur Nobre Mendes.

A Ministra do Meio Ambiente falou no salto de qualidade representado pelo esforço de reconhecer e de transformar as experiências e práticas vividas pelas comunidades tradicionais em políticas públicas, a fim de reforçar a suas estruturas sociais próprias. A sociobiodiversidade deve ser reconhecida nas políticas públicas. Após 25 anos de trabalho no esboço de políticas específicas para Comunidades Tradicionais, os esforços ainda se encontram pulverizados. A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais terá a tarefa de integrá-los. Também ressaltou que práticas econômicas e práticas educacionais não devem partir somente do Estado, mas também a partir daqueles para quem são criadas. É necessário um esforço transversal e integrado, para que de fato essa forma de elaboração de políticas se faça presente no processo de tomada de decisões do Poder Executivo. Programas destinados a apoiar e fomentar projetos de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar em comunidades tradicionais, a exemplo da Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas; o Programa Comunidades Tradicionais e o Projetos Demonstrativos – PDA, refletem a compreensão do Governo de que a segurança alimentar deve ser promovida com base nos usos locais, tendo-os como referência cultural importante.

O esforço, agora, é para que a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais constitua-se numa política de Governo devotada a valorizar essas comunidades - que não pararam no tempo, mas continuam evoluindo com base em seus conhecimentos tradicionais culturais. Por isso, busca-se um recorte, uma definição das comunidades tradicionais no Brasil, que não seja nem excessivamente restritivo, nem tão abrangente a ponto de descaracterizar a Comissão, enquanto política de atendimento especial a um determinado segmento da sociedade brasileira. Também não se trata de um trabalho para as comunidades, mas um trabalho com as comunidades.

Desse modo, o esforço deve ser horizontal e coletivo, envolvendo de forma ativa as comunidades tradicionais em sua construção. Márcia Lopes: A representante do MDS, relatou que antes da Comissão Nacional, o MDS atuava junto aos municípios, sempre com a esperança de que o Governo Federal pudesse fazer um diagnóstico e análise dos esforços realizados, para extrair lições e criar condições mais favoráveis para facilitar o acesso das comunidades às políticas públicas. Contudo, a criação da Comissão Nacional exige a definição de prioridades, a identificação dos limites das políticas públicas existentes e os ajustes necessários para garantir o acesso das comunidades a estas e outras políticas. As respostas devem ser objetivas e claras e devem chegar a cada comunidade. É preciso encontrar uma forma de fazer com que a transferência de renda chegue até as comunidades com retorno e conseqüências reais na dinâmica das comunidades.

Não se pode continuar deixando que políticas públicas não tenham avaliação, são necessários indicadores de resultado. Para tanto, serão elaboradas estratégias de acompanhamento e monitoramento. É importante a definição de "o que queremos, onde queremos chegar e o que é preciso para isso". O MDS que integrou 21 ações em 5.562 municípios brasileiros, para demonstrar como o atual governo tem conseguido ampliar os investimentos na área social, visando construir um referencial claro de trabalho, baseado na perspectiva de uma articulação intra-governo para integrar esforços. É necessário que se conheça o funcionamento da sociedade brasileira para que sejam criadas respostas efetivas, resultados positivos e duradouros que se sustentem com bases sólidas. A expectativa do Governo é que os grupos de trabalho do evento contribuam e dêem idéias claras de onde estão os acertos e onde se encontram as necessidades de melhora nas políticas públicas. Buscase a construção de uma política racional para as comunidades tradicionais com um plano estratégico de curto, médio e longo prazo para ser anunciado para todo o país.

É imprescindível o envolvimento total de ambas as partes. Matilde Ribeiro: Ressaltou que o encontro não deve ser considerado um início, mas sim um avanço na defesa dos interesses dos que muitas vezes são esquecidos. Tomou emprestado o termo usado por Marina Silva da „transversalidade“, citando como exemplo uma experiência de que participou no interior de São Paulo, onde, através de um trabalho que visava a inclusão das mulheres na defesa do meio ambiente, conseguiu incluir uma população inteira no mapa da cidade que até então os excluía. Também mencionou a grande diversidade brasileira como marca importante para a política, sendo um dever do Governo a junção dos diferentes olhares existentes, reforçando a proximidade necessária também com setores não-tradicionais na política pública brasileira. Lembrou que a SEPPIR existe há apenas dois anos e meio, um tempo pequeno considerando a história e tradições ancestrais.

Ainda assim, neste Governo, tem pela primeira vez status de ministério para se sentar a uma mesa e discutir políticas para as minorias, e apesar dos cortes orçamentários causaram decepção e revolta em todos, acredita na possibilidade de concretizar as propostas. Existem avanços nos entendimentos e a necessidade de um trabalho conjunto para fortalecimento das políticas. Destacou a presença de representações na Comissão de: quilombolas, buscando regularização fundiária e tratamento como grupo merecedor de políticas públicas diferenciadas; os povos indígenas com suas demandas históricas de inclusão e cidadania; os ciganos que são invisíveis apesar de serem milhares no Brasil sem direcionamento de políticas públicas, e comunidades baseadas na religiosidade de matriz africana, como as comunidades de terreiro. Lembrou que o primeiro passo para a construção de uma política efetiva é o conhecimento daquilo o que não é conhecido.

Em seguida, cabe uma identificação das pautas, acordos e possibilidades para construção. Em seguida, deve-se definir a forma de trabalho, sendo imprescindível a predisposição para o trabalho em conjunto. Quando se colocam desafios, o 4 importante é transformar o "não pode" em "pode" - segundo Marina Silva havia dito sobre a agenda ambiental, mas que também se aplica à agenda de governo. "Queremos transformar pequenas coisas em „pode“", concluiu Matilde Ribeiro. Lana Pires (MCT) trouxe saudação do Ministro Sérgio Rezende e lembrou que em sua época de estudante não conseguiu uma bolsa para estudar a fome no Brasil, pois o tema não era prioridade para o Governo. "Essa necessidade foi colocada em pauta neste Governo", destacou Lana Pires. Ressaltou ainda a

necessidade de se traçar uma política de Ciência e Tecnologia para as comunidades tradicionais visando sua inclusão social.

Frisou que o conhecimento não pode estar apenas nas pesquisas e anunciou o lançamento de editais, pelo MCT, para projetos relacionados a essa problemática. Lembrou de sua história pessoal, na qual o pai imigrante tinha seus documentos carimbados de forma a impedi-lo de fazer parte efetiva da sociedade. Desse modo, chamando a atenção para o direito de todos à cidadania. Antes de encerrar, Lana lembrou a importância da segurança alimentar e do papel que a ciência e a tecnologia podem desempenhar se colocadas à seu serviço, amenizando o sofrimento humano e promovendo uma efetiva inclusão social das comunidades tradicionais. Arthur Nobre (FUNAI) lembrou que os povos indígenas não só compõem comunidades tradicionais, como também participaram da elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Há muito tempo sonha-se em transformar pequenas experiências em políticas públicas e agora isso pode se realizar, recaindo a responsabilidade sobre pessoas capazes e ativas. Se sente seguro que se trata de um momento crucial de convergência que acarretará em resultados de longo prazo.

As comunidades tradicionais são grupos diferenciados com histórias diferenciadas, mas que têm em comum a particularidade de viver um mundo com referências de uma tradição que não se funde com o resto da sociedade. Márcia Lopes acrescentou que o Governo tem o compromisso de acatar as deliberações das conferências, portanto a grande importância da participação. Marina Silva lembrou que é necessário pensar numa forma de acolher comunidades em políticas feitas para os “outros”, buscando um marco regulatório adequado que garanta o acesso das comunidades, mesmo às políticas que não foram feitas especificamente para elas, mas que são importantes para o seu desenvolvimento socioeconômico. Após breve exposição da programação planejada para o dia, os representantes das comunidades foram participar de uma ciranda em frente ao auditório.

#### 1. Apresentação do mapeamento bibliográfico

Paul E. Little, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) apresentou o início de um mapeamento das comunidades tradicionais, com base no que se encontra na bibliografia brasileira. Frisou que 5 o que estava prestes a apresentar não estava “escrito em pedra”, mas esperava que servisse de provocação, como um ponto de partida para uma conversa sobre o que são as comunidades tradicionais. Na busca de um mecanismo para definição de um conceito a esse respeito, propôs-se a realização desse mapeamento bibliográfico. Seus resultados deverão dinamizar as discussões com o intuito de se construir de forma participativa uma definição para o termo „comunidades tradicionais“. Trata-se de um termo recente, usado pelos ambientalistas que procuram parceiros para a realização de atividades de conservação. Surgiu também no contexto de luta pelos direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas e dos quilombolas.

Logo, as comunidades tradicionais se tornaram então alvo de novas políticas públicas nas áreas ambiental e de desenvolvimento agrário. Houve dúvidas quanto a unidade social a ser utilizada, sendo possibilidades: populações, povos, comunidades, associações, colônias, etnias e habitantes de um ecossistema. Chegou-se à conclusão de que „comunidades“ seria um termo que abrange a maioria. Em seguida, deve-se definir o que significa ser tradicional, pois diferentes perspectivas sociais geram conceitos distintos, não existindo uma definição correta. A definição e delimitação do conceito é uma questão política e técnica.

Foram apresentados possíveis critérios para definição de comunidades tradicionais: uso sustentável da terra, destino da produção, vínculo territorial, situação fundiária, organização social, expressões culturais, inter-relações com outros grupos da região e autoidentificação. Lembrou-se que existem várias maneiras de se pensar a tradicionalidade e que cada grupo vai ter um conjunto diferente dos elementos acima, que pode ser usado para se alcançar uma definição da tradicionalidade. Quanto ao uso sustentável da terra,

Paul citou a importância dos ciclos naturais nas práticas produtivas, devendo existir uma sintonia. Mencionou também o uso de recursos renováveis, práticas de uso comunitário dos recursos naturais, conhecimento profundo do ecossistema e o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental. O

destino da produção, se deve lembrar, não tem a venda para o mercado como único fim para a produção. Parte da produção pode ser destinada às práticas sociais como festas, ritos, procissões, folias de reis, ou à subsistência dos membros da comunidade, ou seja, o auto-consumo.

O vínculo territorial requer uma noção de pertencimento a um território, condutas de territorialidade como demarcação, defesa, critérios de inclusão e exclusão. Pode existir ainda uma memória coletiva vinculada ao território específico e identificação com um determinado ecossistema. Quanto à questão da situação fundiária ou jurídica, as comunidades tradicionais podem ter posse permanente da terra, usufruto exclusivo, propriedade com titulação definitiva, uso comum sem posse, ou não ter propriedade. Pode ainda existir reconhecimento jurídico do grupo social (caso dos quilombolas e indígenas) na Constituição, em leis federais ou estaduais, mas predominam as situações de expropriação, redução ou expulsão da terra.

Na organização social se destaca a importância da família extensa ou ampliada na organização da comunidade, as relações produtivas baseadas na unidade doméstica ou familiar e a existência de regras ou costumes para o uso comunitário dos recursos naturais. As expressões culturais próprias da comunidade ou grupo como festas, rezas, comidas típicas, modo de fazer as casas e roupas são também traços distintivos. Mitos e ritos associados às atividades de pesca, caça e extrativismo, palavras ou frases lingüísticas próprias, a transmissão oral de geração em geração dos conhecimentos culturais e ambientais são outros pontos. As formas de inter-relacionamento com outros grupos da região identificadas foram: encontros, reuniões, casamentos. As comunidades podem ainda se considerarem um pouco diferentes da maioria da população da região e cunharem termos próprios para se referirem ao seu próprio grupo.

A auto-identificação pode passar por: povos indígenas, com o nome específico de cada etnia; quilombolas, com suas múltiplas maneiras de se identificar, como comunidades negras rurais, terra de preto, kalungas; populações extrativistas, sendo seringueiros, quebradeiras de coco, castanheiros, babaqueiros; grupos vinculados aos rios ou ao mar, como ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros e marisqueiros; grupos associados a ecossistemas específicos, como pantaneiros, catingueiros, vazanteiros, sertanejos, chapadeiros; grupos associados à agricultura ou pecuária, como faxinais, geraizeiros, caipiras, sitiantes, campeiros, fundos de pasto, vaqueiros; outros grupos, como ciganos e açorianos. Ao término da apresentação, uma série de perguntas foi apresentada ao Professor Paul Little acerca da apresentação.

A antropóloga Clarisse Drummond perguntou se não deveria ser um critério adicional a pequena escala da produção, comumente característica de atividades produtivas nas comunidades tradicionais. O seringueiro Pedro Ramos lembrou que um extrativista não necessariamente tem o extrativismo como atividade única, pois tem que sobreviver na entressafra. Já tem planos para o armazenamento de alimento que lhe permita essa sobrevivência sem que exista necessidade de outras atividades complementares.

Ana Maria, da Rede de Artes Africanas da Bahia, reclamou a falta de menção à ancestralidade do fazer, do pensar e da luta pela existência como critério. As respostas de Paul para o primeiro bloco de questões foram as seguintes: a pequena escala seria, sim, outro fator que poderia entrar na lista de características definidoras das comunidades tradicionais. Também concordou que não é só de uma atividade produtiva que vivem as comunidades tradicionais, mas de meios de produção múltiplos. A ancestralidade, por sua vez, foi um tema que se mostrou polêmico na literatura, sendo inicialmente vinculado a uma determinada trajetória histórica.

Muitos grupos, entretanto, foram expulsos de suas terras ou migraram. Por isso, é preciso ter cuidado ao se fazer uso do critério de “ancestralidade” para não excluir esses grupos que se viram obrigados a migrar e a adaptarem-se a novos contextos socioculturais. A tradicionalidade muitas vezes é considerada o oposto do moderno, mas não quer dizer isso. Os grupos não precisam fazer sempre tudo da mesma forma, tradicionalidade não exclui modernidade, não implica em estancamento, apenas implica uma forma de viver no mundo diferenciada.

Em seguida, a quilombola Josilene lembrou que sempre foi imposta a idéia de tradicional como isolado. As inter-relações, por sua vez, vão além de festas, são também para produção e comércio. Ressaltou a importância da ancestralidade para que exista uma referência para o próprio povo, para que saibam de onde vieram. Sentiu-se incomodada pelo fato de os ciganos terem sido classificados como "outros grupos".

Júlio, técnico do Maranhão, falou do acesso aos recursos naturais que variam, dependendo da época do ano, e de que muitos são agricultores familiares na entressafra. Claudionor Terena, representante dos povos indígenas, sentiu falta da questão da reciprocidade. Sobre a questão da identidade, lembrou que o vínculo com o território não se limita à posse de um espaço de terra, mas é onde se afirma a reprodução de uma identidade comunitária, com o uso da prática agrícola relacionado a fenômenos naturais como o ciclo da lua ou a direção do vento.

Márcia Spyer, do Ministério da Educação (MEC), sugeriu que os grupos comesçassem a discussão a partir da última questão: a auto-identificação. Questionou ainda qual seria o tratamento dado aos índios urbanos. Paul respondeu que a idéia de um encontro como esse foi justamente tirar da marginalidade as comunidades tradicionais em suas diferentes manifestações. Em seguida, disse que a prática extrativista indica que um indivíduo não é simplesmente um agricultor, e que deve existir um critério claro para definir quem é apenas agricultor e quem não é, para que não se beneficiem como comunidades tradicionais aquelas que não o são. Acrescentou que a questão da reciprocidade é fundamental e pode tranquilamente integrar a lista de características das comunidades tradicionais. A territorialidade deve ter sentido de pertencimento a uma comunidade, integrar o sentido de identidade. Os grupos devem produzir em sintonia com a natureza ao invés de não se importar com isso, como no caso da monocultura de soja. Lembrou ainda que não apenas índios, mas também qualquer outro grupo que tenha se integrado ao meio urbano deve ser lembrado. Depende também do nível de absorção. A idéia de desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais visa justamente a permanência das comunidades no meio rural, para evitar a migração para as cidades.

Ronaldo, da UnB, ressaltou que alguns querem continuar sendo tradicionais mesmo sendo urbanos. Queria saber se, de fato, vai existir uma política diferenciada para comunidades tradicionais e se está mesmo garantida a questão do desenvolvimento sustentável que visa o futuro, perante a ancestralidade e a tradicionalidade de práticas como a pesca. Rosa perguntou se poderia se identificar como quebradeira de coco babaçu, pois não conhecia o termo "babaçueira" e nem acreditava existir tal denominação.

Valdivino, catigueiro e membro de comunidade de fundo de pasto, ressaltou que para responder a ameaças, muitas pessoas recorrem à tradicionalidade, dizendo que já vivem em suas terras há muitos anos, que o pai e o avô nasceram lá. Disse que os costumes devem ser respeitados assim como o respeito e o entrelaçamento das famílias nas comunidades tradicionais do interior.

Mauro Almeida, da Universidade Federal de Campinas (UNICAMP), frisou a importância da inclusão dos ciganos na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, apesar de não terem território. Lembrou que todos os presentes haviam sido chamados, mas antes disso estavam ali pelo envolvimento, pela luta pelo reconhecimento. É difícil fechar uma lista de membros para o acordo social entre o Governo e os grupos marginalizados. A Constituição reconhece os direitos dos indígenas, mas não delimita critérios capazes de dizer se um indivíduo é indígena ou não. O presente movimento é parte de um movimento internacional de inclusão social. Trata-se de um pacto pela sociobiodiversidade, para uma lei de reconhecimento de direitos territoriais e intelectuais para esses grupos.

Enzo, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), perguntou se as comunidades tradicionais teriam direito de ser "insustentáveis". Sobre o contraste entre tradicional e moderno, lembrou que nem tudo que muda no tempo e evolui é moderno. A busca do lucro, característica da economia de mercado, por exemplo, não é necessariamente boa. A leitura do tradicional em justaposição ao moderno não deve ser pré-moderno, mas sim uma alternativa ao moderno. Paul não

teve tempo de responder a todas as perguntas detalhadamente devido ao horário avançado, portanto resumiu que comunidades tradicionais teriam, sim, o direito de serem insustentáveis, porém não se beneficiariam da política de desenvolvimento sustentável. Concordou com Valdivino e com Mauro Almeida, dizendo que a realização do encontro só se fez possível por causa da luta das comunidades pelo reconhecimento da sociedade brasileira de suas especificidades e direitos. Além disso, frisou que “se não há movimento social que fundamente a política, dificilmente a política pode vingar”.

## 2. Auto-representação das comunidades tradicionais

Os participantes, após o almoço, foram convidados a se apresentar e se inserir em grupos de sua própria denominação. Identificaram-se: seis coletadores de produtos não-madeireiros da Amazônia, sendo coletadores de castanha, ribeirinhos, coletadores de açaí, seringueiros; dois fundos de pasto; um caprinocultor e apicultor da região do São Francisco; dois caiçaras; seis pecadores artesanais; dois geraizeiros; três representantes de povos indígenas; uma pomerana; uma sertaneja; dois pantaneiros; seis quebradeiras de coco babaçu; uma pessoa que se identificou usando o termo „transversalidade“ de Marina Silva, por ser ao mesmo tempo descendente de quilombos e quebradeira de coco babaçu; dois ciganos, com a breve mensagem “Queremos cidadania, não queremos mais que os livros de história nos chamem de ladrões de criança. Queremos ser inseridos em algum grupo cuja preocupação seja a cidadania.

O Brasil é o único país do mundo que já teve um cigano como presidente – Juscelino Kubistchek”; onze quilombolas; três faxinais; quatro representantes de comunidades de terreiro. 9 O exercício para divisão dos grupos foi participativo, e apesar de alguns questionamentos e algumas ansiedades manifestadas, foram compostos com êxito os seguintes grupos:

1. fundo de pasto, caprinocultores e apicultores do São Francisco, faxinais;
2. região da Amazônia e quebradeiras de coco;
3. pescadores artesanais, caiçaras, pantaneiros;
4. quilomoblas, comunidades de terreiro;
5. geraizeiros e sertanejos;
6. ciganos e pomeranos;
7. povos indígenas.

A partir dos elementos apresentados em sua apresentação do mapeamento bibliográfico das comunidades tradicionais, Paul Little propôs oito perguntas para orientação das discussões nos grupos de trabalho: Qual é o nosso modo de usar a terra? O que fazemos com a nossa produção? Temos vínculos com um território específico? Qual é nossa situação fundiária? Qual é a relação entre as nossas famílias e a organização da nossa comunidade? Quais são nossas expressões culturais mais importantes? Como nos relacionamos com os grupos da nossa região? Como nos identificamos como grupo social? Foi sugerida a escolha de um membro de cada grupo para fazer a coordenação da discussão, evitando divagações, assim como um membro para a relatoria. 3. Grupos de trabalho: auto-identificação

O segundo dia de encontro foi iniciado com as apresentações dos grupos de trabalho. A primeira apresentação foi a do grupo de pantaneiros, pescadores artesanais e caiçaras. Quanto ao modo de usar a terra, destacaram que precisam, para acesso à área de pesca, da extração de material para pesca, moradia e de plantações para subsistência. Existem diversos assentamentos e áreas também destinados ao turismo. Fazem uso coletivo da terra.

A produção é vendida para atravessadores, o que futuramente deve ser evitado para melhoria do custo final e da renda para os pescadores. A produção também se destina ao consumo próprio e à venda direta no mercado local ou nos restaurantes. Existem pontos específicos para pesca que tradicionalmente geram conflitos e um deslocamento em busca de maior produção.

A situação fundiária é problemática, pois existem proibições para a pesca. Atualmente lutam pela criação de reservas extrativistas. A pesca predatória prejudica e causa grande impacto ambiental.

Grandes projetos de turismo expulsam pescadores da praia. Interesses econômicos conseguem autorizações para a destruição de grandes manguezais. Existe também o turismo predatório, que gera poluição das águas e praias. Os turistas compram terrenos pequenos e cercam áreas grandes, muitas vezes incluindo a praia, não deixando os pescadores atuarem ali. Há descaso por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quanto à grilagem das terras, e os pescadores estão perdendo espaço não apenas de pesca como também de moradia. Outro problema são as unidades de conservação de proteção integral, proibindo a atuação das comunidades em áreas de uso tradicional. Sugeriram o turismo comunitário, onde quem ganha dinheiro é a comunidade e não os grandes empresários. As relações familiares são fortes, através de colônias de pescadores, casamentos, mutirões, articulação e mobilização da classe. As expressões culturais são festas, dança, linguagem, comida, mutirões, parteiras e músicas.

A relação com os grupos da região é total, pois os interesses são comuns. Se fortalecem através de seminários para buscar políticas públicas que beneficiem a todos. Se identificam como grupo social quando fazem parte dos movimentos sociais, como associações, colônias, federações e fóruns. Em seguida, os geraizeiros, raizeiros, sertanejos e vazanteiros ressaltaram a forma de viver extraindo produtos da natureza de forma equilibrada sem prejudicá-la. Utilizam a agricultura familiar para o sustento com manejo sustentável – não plantam diretamente no solo para não prejudicá-lo. Não usam agrotóxicos.

A terra é usada de forma coletiva. Em geral terras alheias são usadas enquanto não há proibição, pois são assentados em pequenas propriedades e não têm terra. Os produtos são destinados quase que inteiramente à subsistência, sendo o restante vendido ou trocado. São nativos dos territórios, muitas vezes expulsos de suas terras. Muitos têm que migrar devido ao crescimento das famílias que faz com que as terras se tornem pequenas.

Quanto à situação fundiária, a maioria ainda não tem título das terras que ocupam. Existe uma relação de respeito com outros grupos da região, e se integram em festas e mutirões com grupos da mesma linhagem, para evitar conflitos. Têm no batuque, na catira, nas festas e comidas típicas suas manifestações culturais. Encontram entraves na migração da mão de obra para o agronegócio, o que causa uma desmobilização comunitária e o fenômeno das “mulheres viúvas com marido vivo”, seis meses por ano – seus maridos saem em busca de trabalho temporário no corte de cana e outros serviços. Quando existe agregação de valor aos produtos do extrativismo, enfrentam-se entraves ambientais e sanitários, impossibilitando a geração de renda sustentável. O grupo de ciganos e pomeranos se apresentou separadamente, respeitando as diferenças entre os dois grupos. Os ciganos se subdividem em clãs. Não se consideram diferentes entre si, mas sim iguais, com especificidades.

Os ciganos sedentários lutam por políticas públicas beneficiando os nômades e semi-nômades, que usam a terra provisoriamente. Querem poder chegar a locais, levantar suas barracas e serem recebidos com dignidade, sendo considerados cidadãos. Por não terem endereço, dificilmente conseguem cidadania, pois não conseguem nem retirar documentos. Não tendo documentos, não existem, e não podem entrar no mercado de trabalho. Surgem então as lendas de que são ociosos. Procuram estímulo para começar a trabalhar o aproveitamento da terra, considerando-se que os nômades ocupam a terra entre 90 e 120 dias e os semi-nômades por 4 a 5 anos.

Querem políticas que permitam a admissão de suas crianças nas escolas locais. Não têm produção nem renda. Gostam de criar cavalos de raça e produzem apenas o que vão consumir diretamente. Não possuem vínculos com um território específico, sendo o céu, a terra e a liberdade seus vínculos. A respeito da situação fundiária, lembrou que os sedentários são cidadãos comuns, enquanto os nômades “não existem”. Ressaltaram a necessidade de geração de conhecimento para que se insiram na sociedade. Reclamaram que 11 adolescentes têm, como leitura obrigatória para provas de vestibular, a obra “Memórias de um Sargento de Milícia”, que inclui o seguinte trecho: Com os imigrados de Portugal veio a praga dos ciganos, gente ociosa de poucos escrúpulos, velhacos, trapaceiros e larápios. Da sua cultura que muito se fala, deixaram-na na outra banda do oceano.

Para cá trouxeram velhacarias e maus hábitos. Contaram que, no passado, mulheres que engravidavam fora do casamento muitas vezes davam seus filhos para os ciganos tomarem conta. Não podiam entrar nas cidades, ou apareceriam mortos no dia seguinte. Trata-se de uma cultura atípica com tradições que preservam a cultura indiana e que já andaram mais de mil anos, adquirindo línguas e gestos do mundo inteiro.

O filho de Yáskara, uma das ciganas presente, fala oito línguas. Comumente, falam árabe, idíiche, e línguas africanas. Lamentaram a perda total da identidade em alguns estados do Brasil, nos quais não mais cantam nem dançam, o que é de prioridade alta para os ciganos. O conselho de anciãos conhecido como Kris Romani julga desvios no padrão de comportamento mais severamente que os tribunais da sociedade. São excluídos enquanto nômades e são considerados cidadãos de segunda classe enquanto sedentários. Quanto às expressões culturais, ressaltou que adoram crianças, mas não as roubam. Têm rituais de nascimento e casamento. A língua é ágrafa. A comida tem traços de indiana, árabe, espanhola e russa. Têm rituais, inclusive Brasília foi construída sob consulta a ciganos durante um ritual. Informações sobre ciganos são enviesadas e distorcidas pela visão etnocêntrica dos historiadores.

Os pomeranos vivem no estado do Espírito Santo, buscando qualidade de vida através da agricultura familiar de subsistência sem o uso de agrotóxicos. Mantêm sempre uma faixa de mata em suas propriedades. Já não existem na Europa, de onde fugiram da perseguição político-religiosa. Têm vínculo forte com a terra que vem sendo passada de geração a geração através dos anos, agregando-se valor histórico e cultural. Estão tendo grandes dificuldades causadas pela criação de unidades de conservação de proteção integral. “O governo usa formas arbitrárias de desapropriação que faz com que viremos sem-terra e nem sempre indeniza e quando indeniza não tem o valor da cultura e da história agregados ao longo dos anos”. A comunidade luta pela preservação de sua história. Se forem retirados, não poderão visitar os cemitérios onde estão seus antepassados. Não existem estudos sobre a categoria de uso sustentável na qual se encaixam os pomeranos. “Existem, sim, famílias que vão ficar jogadas no esquecimento, pois não têm outros meios de vida”. Suas expressões culturais podem ser vistas nos casamentos, que geram festas de três dias de duração, na transmissão das falas usadas nos ritos do casamento, na festa da colheita e nos mutirões para ajudar quem está doente, nas obras e no casamento. Identificam-se como brasileiros pomeranos que detém conhecimentos sobre um modo de vida e cultura diferente. Dependem de subsídios para que sua cultura possa continuar e incentivos para que seu conhecimento seja transmitido. “O governo tem que parar e pensar até quando quer brigar com as comunidades que podem ser seu maior aliado. Esse é um problema grave para o qual as pessoas têm que abrir os olhos. Ninguém agüenta mais legislação que não é usada. De que adianta fazer consulta pública via Internet para quem não tem nem energia elétrica?”

O grupo de caprinocultores e apicultores do São Francisco, fundos de pasto e faxinais usa a terra de forma coletiva para o comércio regional. São muito ligados à terra, pois sem ela não haveriam as comunidades. Também têm problemas com a legislação, pois a constituição do estado da Bahia é a única que diz que a terra deve ser repassada às comunidades que fazem uso comunitário dela, e ainda assim isso não se tornou realidade até hoje. Empresas compram pouca terra e cercam muita. Gostariam que as áreas de fundo de pasto fossem regularizadas.

Quanto às relações, são moradores que vivem nas mesmas residências ocupando as mesmas terras há muito tempo, passando seus costumes de geração em geração, o que cria uma relação interpessoal. Se expressam culturalmente através de vaquejadas, festas de São João, Santo Antônio, de Reis etc. Têm ainda mutirões e romarias. Relacionam-se com outros grupos através de associações, centrais e movimentos sociais.

No caso dos faxinais, ainda não há um movimento consolidado. Têm personalidade jurídica no caso dos fundos de pasto (uma organização formalizada), embora os faxinais ainda busquem este reconhecimento. Precisam de assistência técnica, crédito e educação.

Os quilombolas e representantes de comunidades de terreiro começaram sua apresentação com a banda Auê, que convidou todos a se levantarem e cantarem uma música. Em seguida, identificaram comunidades de terreiro como os quilombolas pertencentes a religiões de matriz africana. Destacaram que participam de um processo de construção coletivo, no qual é preciso ter cuidado ao se identificar um indivíduo como remanescente de quilombos. A iniciativa deve partir do indivíduo. Isso não quer dizer que a identidade foi inventada. Os quilombos se constituíram a partir dos terreiros onde suas práticas religiosas foram condenadas como „coisa do demônio“. Suas denominações são baseadas em troncos familiares cujo sobrenome nem sempre vem da africanidade, mas foi herdado do antigo proprietário. Têm diversas denominações.

Dentre elas, comunidades negras rurais, terra de preto. Seu patrimônio histórico-cultural, entretanto, é único, independentemente da denominação usada. Sua ligação à terra se encontra em situação específica, pois existe legislação que regulamenta o território de quilombos, mas não pode ser loteada conforme exigências para titulação, pois fazem uso comum das terras. Buscam um mecanismo de garantia de direito dos povos quilombolas.

Existe o conceito de que escravos vagabundos fugiam para os quilombos, mas muitas vezes as terras eram compradas ou cedidas. A terra não é uma mera propriedade, carrega em si uma identidade, é um espaço de reprodução social e cultural. Não são sem-terra. É importante que não se esqueça o passado e a forma de constituição dessas comunidades.

A regularização fundiária significa o empoderamento da população. Hoje, não se pode construir escolas nos quilombos sem que as terras estejam regularizadas, portanto a regularização é uma condição primeira para o exercício pleno da cidadania quilombola. Os laços de parentesco entre as comunidades são muito fortes, havendo muita cooperação, especialmente entre as mulheres. Existe uma memória oral muito rica. O trabalho é dividido e todo o planejamento é feito em conjunto. Desde a religiosidade até a culinária têm heranças históricas.

2 Os recursos naturais são preservados de forma coletiva.

É preciso que se compreenda que geralmente o pai deixa espaço reservado ao lado de sua casa para que os filhos construam suas próprias casas, portanto não são excessivas as quantidades de terra que procuram. Os mais velhos são muito respeitados, assim como os saberes da medicina tradicional. A africanidade nunca é esquecida, nem o significado da escravidão.

A produção é destinada ao autoconsumo ou trocas. Têm lavouras, criação de animais, pesca artesanal, extrativismo. A noção de poupança é a criação de animais, não o dinheiro no banco. Há grande diversidade lingüística no sentido de expressões particulares, e apesar de nenhuma comunidade falar uma língua diretamente africana, têm expressões que remetem às origens e cantos em línguas africanas. O grupo de trabalho da região amazônica, que incluiu as quebradeiras de coco babaçu, foi apresentado por Pedro Ramos, que disse: “Eu me identifico como caboclo extrativista da Amazônia.

A gente foi marginalizada e continua sendo. O nosso produto, a borracha, gerou fortuna, mas nunca foi visto como produto estratégico nacional, exceto por alguns momentos durante a Segunda Guerra Mundial. Mas não sou, nem conheço caboclo que seja chamado de “herói da guerra”. Alguns têm o uso da terra sob controle, mas ainda existem conflitos pelo direito de uso da terra. Achavam que ao embarcar de “carona na reforma agrária” teriam proteção ambiental, mas não foi o caso, pois ainda não havia prioridade para a questão ambiental. Frisou que não querem o solo, querem usufruto dos recursos naturais.

Existe um respeito tácito à demarcação não por lotes, mas por limites naturais nos assentamentos. A produção é destinada ao comércio e ao consumo próprio, assim como para a exportação em alguns casos. Repetiu que não têm vínculo com a terra, mas sim com os recursos naturais, em uma relação quase familiar.

Não se apegam à titulação da terra. Existem muitas lutas na questão da situação fundiária. No caso de reservas extrativistas, a terra continua sendo do governo. Não conseguiam ser reconhecidos –

chegaram a ter que derrubar para plantar roça para o uso da terra ser reconhecido, pois “com a natureza em pé não valia nada”.

Segundo Pedro Ramos “existe muita terra sem gente e muita gente sem terra”. As famílias trabalham em mutirão, com práticas religiosas presentes nas comunidades. Existem lendas e particularidades de cada região que devem ser respeitadas. Se relacionam com outros grupos através de apoios, parcerias, organizações. Temem a biopirataria. Os povos indígenas, ora representados por membros das etnias Krikati, Carajá e Timbira, fazem uso sustentável da terra, priorizando a preservação e recuperação ambiental. Muitos receberam terras degradadas devido à nova demarcação, às vezes sendo preciso reflorestá-las e repovoá-las de animais. Fazem manejo da biodiversidade. A produção se destina ao uso coletivo para festas ou produção individual por família, subsistência ou mercado interno. Às vezes exportam artesanato, legumes, guaraná e outros produtos nativos. Afirmaram que a pergunta sobre vínculo com um território é ruim, pois a terra não tem limites. Não deveria existir demarcação para territórios. “A terra é mãe, de onde tiramos sustento, e alguns a destroem.” A situação fundiária não está bem. O governo tem uma dívida com os povos indígenas. Mesmo em terras demarcadas, existem invasores.

São criadas unidades de conservação mesmo 14 havendo comunidades dentro e as expulsam. Não falam somente pelos povos indígenas, mas também pelas demais comunidades tradicionais. “Os grandes fazem leis para eles e os pequenos têm que cumprir”. Devem ser respeitados os direitos de cada um. Sempre se organizaram com base nas famílias, têm suas próprias leis, e sofrem pela ganância trazida pelo homem branco. Todas as suas expressões culturais são importantes, desde festas e danças a crenças e religião. Relacionam-se bem com outros grupos indígenas da região, mas têm conflitos com não-indígenas com relação à ocupação das terras.

Buscam harmonia entre si. Existem, na história dos povos indígenas, guerras entre diferentes povos, mas a grande dificuldade de entendimento e a ameaça comum é com o homem branco, que fez com que se unissem e hoje os indígenas vivem numa “cooperação forçada”. No passado, a maior ameaça aos povos indígenas era a invasão e as doenças do homem branco. Atualmente, “a maior ameaça é a caneta”.

Os decretos e leis do homem branco não são apropriados para os povos indígenas, e mesmo existindo ainda a ameaça de invasão e doenças, são as leis que mais prejudicam. Mencionaram a remoção de povos das terras onde estão enterrados todos os seus antepassados para a construção de uma barragem. A transposição do Rio São Francisco afeta diretamente 45 povos indígenas.

O representante do grupo, Marcos Savariu, cantou então uma canção indígena e em tom de desabafo disse que a terra não pertence a nós, nós pertencemos à terra. “Quando a última árvore tombar o homem branco vai perceber que não se come dinheiro. Vai pagar caro”. Estão na busca de parcerias urgentes porque não acreditam que a Ministra vai ser capaz de impedir a barragem que deslocará seu povo. Após as apresentações, foi passado o recado de que o site do MDS tem material sobre o que está sendo discutido na comissão de comunidades tradicionais.

O endereço é [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Foi pedido a todos que difundissem os resultados do evento, que é uma oportunidade para conhecer melhor as semelhanças e particularidades entre as comunidades tradicionais, assim como os problemas que têm em comum.

Quando perguntada se haveria espaço para comentários e refinamentos sobre as apresentações, no final da sessão, Mônica Nogueira, moderadora do evento, ressaltou o aparente cansaço dos presentes e sugeriu que isso não fosse feito noutro momento. Houve alguns comentários sobre: a falta de espaço para refinamento das apresentações, o que poderia gerar equívocos; o tempo do encontro ser muito curto para a discussão de uma estratégia de continuidade e o risco de estarem se misturando etnias, atividades e grupos na mesma discussão.

Paul Little acrescentou que o Governo não “apaga uma atividade ou etnia ou grupo por ser também outra”. Ou seja, um indivíduo não deixa de ser indígena porque pratica o extrativismo, e o mesmo se aplica para o resto. Não se trata de uma tentativa de substituição de categorias. “No âmbito de

políticas para o desenvolvimento sustentável é legítimo incluir as comunidades tradicionais. Não é todo mundo no mesmo saco, perdendo suas particularidades. Não é o que está sendo discutido”.

Mauro Almeida comentou a necessidade de reorganização dos grupos. Mônica lembrou que a idéia era trazer o que estava na bibliografia para confrontar à realidade, revelada no encontro pelos representantes das comunidades tradicionais. O objetivo é justamente construir coletivamente uma definição das comunidades tradicionais que possa ser utilizada pela Comissão. “O passo seguinte, na agenda do encontro, deve ser verificar se os grupos que caminharam bem querem se manter para discutir, agora, os problemas comuns ou se há grupos que queiram se subdividir para realizar essa nova etapa do trabalho”.

Desse modo, a programação do encontro percorreria as seguintes etapas: definição de “quem somos” (referido às comunidades tradicionais); exposição de nossos problemas e necessidades; exposição do governo sobre o que está em oferta (em termos de políticas públicas); identificação de lacunas e falhas na execução dessas políticas públicas, pelas comunidades tradicionais; definição dos representantes da sociedade civil na Comissão; e encaminhamentos finais.

Aderval começou a falar sobre a confusão que pode existir entre identidade e atividade produtiva predominante, mas lembrou que o governo não poderia fazer a divisão por conta própria. Foi interrompido, com a explicação: “Não precisamos de esclarecimentos sobre quem é quem. Ninguém está acusando a divisão de ter sido forçada”.

Mônica e Aderval reconduziram a discussão, perguntando se deveria ser tomado tempo da tarde para que isso fosse discutido. A resposta geral parece ter sido que não era necessário. Dijé: “Não temos um conceito pronto, mas somos o que somos porque defendemos nossos interesses e muito mais. Por isso, para nos identificar, somos nós que temos de dizer o que somos, porque estamos dentro do contexto dessa sociedade e temos que levar isso pra rua, para fazer com que o que está na Constituição seja cumprido”. Finalizada a discussão, seguiu-se o recesso para o almoço e a sessão da tarde, para levantamento das demandas prioritárias.

### 3. Grupos de trabalho: problemas e demandas

Depois do almoço, Carlos Machado e a equipe do Departamento do Patrimônio Genético do MMA (Cristina, Mônica, Carla, Tereza, Teca, Alexandre e Sonja) realizaram uma sessão de Teatro-Fórum, técnica do Teatro do Oprimido, desenvolvida pelo dramaturgo Augusto Boal. O tema em discussão foi a apropriação indevida, por parte de empresas e pesquisadores, do patrimônio genético e dos conhecimentos associados das comunidades tradicionais.

Os espectadores, diante do problema encenado foram estimulados a intervir na cena, com o intuito de romper com a “opressão”. Foram experimentadas as mais diversas soluções, seguidas por um debate, em tom descontraído e alegre. Logo depois, os grupos de trabalho já se reuniam pelos cantos do Centro de Formação Vicente Canhas para formulação de suas demandas.

Tão logo terminado esse trabalho, os grupos tiveram a oportunidade de demandar e receber esclarecimentos sobre as políticas de governo existentes, que podem atender, se não todas, pelo menos em parte as necessidades 16 levantadas. Em outras palavras, foi um tempo dedicado para que as comunidades tomassem conhecimento da oferta do Governo e esclarecessem suas dúvidas. Naturalmente, os representantes de governo que estavam oferecendo tais esclarecimentos tiveram também a oportunidade de conhecer as necessidades e dificuldades no acesso das comunidades às políticas públicas existentes.

A fim de evitar a segmentação de temas como desenvolvimento, cultura, acesso à terra, visto que para as comunidades esses são temas absolutamente imbricados, os os grupos de trabalho se mantiveram em sua constituição original e receberam os técnicos e técnicas dos diferentes Ministérios, Secretarias e Programas, que prestaram informações sobre as ações de governo, de acordo com a demanda apresentada pelos grupos.

A perspectiva foi garantir o protagonismo dos representantes de comunidades, orientando a discussão para os seus interesses e evitando as convencionais mesas de comunicação de ações governamentais. Foi também tarefa dos grupos de trabalho discutir quais os ajustes desejáveis entre

“demandas e ofertas” de políticas públicas, ou seja, o que é preciso ser criado e desenvolvido e o que precisa ser reformado para ter efetividade nas políticas de governo para comunidades tradicionais. Desse modo, sugeriu-se o seguinte roteiro de discussão: “Agora que conhecemos algumas ações do governo para comunidades tradicionais, todos os problemas estão resolvidos? “Não? Por quê? “Quais os problemas que permanecem sem solução? “O que poderia ser feito para resolvê-los? “O que mudar na ação de governo para que as comunidades possam, de fato, se beneficiar das políticas públicas existentes?”

#### 4. Comissão: definição de critérios e eleição de membros

Apenas às 21:15 os grupos encerraram suas discussões e voltaram a se reunir no auditório para definição de critérios e eleição de membros para a comissão. Jorg Zimmermann, Diretor de Agroextrativismo do MMA, abriu falando que várias pessoas haviam dito que não estava claro o processo. Seguiu então para explicar: “A idéia de criar esta Comissão surgiu de uma conversa entre a Ministra Marina Silva e o Ministro Patrus Ananias. Marina vem de um povo seringueiro e grande parte dessas populações enfrenta violência de toda ordem.

É uma boa idéia o governo assumir claramente uma posição de uma política que tome conta da diversidade. Certamente muita gente foi esquecida, ou nem mesmo se sabe que existem. Um dos objetivos dessa comissão é dar visibilidade a essas comunidades, pois atualmente não damos conta de todas as especificidades. Não queremos passar por cima de iniciativas já existentes, queremos somar esforços. Como esses esforços devem ser integrados fica a critério das comunidades. Se é cabível ou não essa soma de esforços não precisa ser avaliado hoje, pode ser ao longo do tempo. Pode ser uma coisa bastante positiva e um instrumento para obrigar o governo a olhar para esses povos. A massificação não dá conta da diversidade e o foco nessa necessidade não vai ser de hoje para amanhã, mas vai ser possível avançar nesse processo.

Existe um grande movimento articulador, 17 mas depende de vocês para avançar e avaliar. Entendo que movimentos indígenas têm uma força já para garantir sua autonomia, é preciso então avaliar se esse esforço é contraditório ou não. Para comunidades com menos visibilidade cabe também a avaliação se esse esforço vale a pena. Existe uma dificuldade no trabalho de articulação de conversa entre todos os órgãos do governo, mas vale a pena, pois sabemos como começa, mas não sabemos como acaba. Como 13 ministérios estão representados na comissão, devem ser escolhidos 13 membros da sociedade civil, mas essa é uma equação que vocês mesmo terão que resolver para ninguém ficar de fora.

Os membros podem ser provisórios, com um prazo para a decisão final”. Mencionou em seguida a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais. Lembrou que para termos visão internacional é preciso preservar a riqueza não só da biodiversidade como da sociobiodiversidade. “Não se trata de preservar a natureza e sim a alma desse país”. Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Maranhão, disse que a importância da reunião é o reconhecimento das comunidades.

O instrumento jurídico transnacional que pode ser usado para ver o que une a todos é a Convenção 169 da OIT. Essa convenção abre a possibilidade de se usar a palavra „povos“ ao invés de „populações“. Permite uma aproximação e uma referência comum não só no Brasil, mas no cenário internacional. Essa convenção tem servido aos quilombolas e aos indígenas. Hoje em dia cada um diz a forma que deve ser chamado, não é mais o Estado que decide que, por exemplo, quem vem da África é „negro“ e quem é nativo é „índio“. Lourenço, representante dos povos indígenas, disse que queria ir direto ao assunto da escolha dos membros da Comissão. Quanto à questão do número de vagas, gostaria de evitar conflitos, pois estão todos buscando um objetivo comum, e gostaria que 4 vagas, entre as 13 propostas, fossem reservadas para os povos indígenas.

Helena, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, disse que queria discordar, mas antes seria preciso pensar em elementos importantes que poderiam caracterizar critérios para que os que não ficarem representados o sejam depois. É importante que sejam capazes de garantir um

diálogo permanente. Foi sugerido que não pensassem apenas em representar a própria população para que a discussão não virasse uma disputa.

Não deveriam pensar em termos de corporativismo nem retaliação para que pudessem construir as propostas juntos. Yáskara, representante dos povos ciganos, disse que não entendia porque teriam que aceitar que fossem apenas 13 representantes, sendo que estavam ali representadas 15 comunidades. Deveriam exigir que fosse aumentado o número de vagas para 15.

Leide Aquino, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), sugeriu a composição de uma coordenação para a discussão, para que Mônica ficasse livre para anotar as sugestões.

Claudionor, representante dos povos indígenas, foi escolhido como secretário, e a própria Leide como presidente da Assembléia. Uma proposta apresentada foi que cada grupo de trabalho pudesse eleger um representante para integrar a comissão e os povos indígenas e quilombolas tivessem direito a dois representantes.

Valdivino disse: “Não sei como vai ser a distribuição das vagas, mas a discussão tem que ser feita. Nós fundos de pasto 1 8 estamos aqui porque queremos sair da esfera estadual. Na Bahia já somos reconhecidos, mas queremos ser vistos na esfera nacional, federal. Temos problemas e temos demandas e queremos junto com outras comunidades buscar reconhecimento. O que importa não é o número de vagas, mas sim que estejamos representados”.

Foi feito um apelo para que o Conselho Nacional de Serigueiros (CNS) ficasse representado devido ao tamanho da área de abrangência da Amazônia. Antônio sugeriu que tentassem um aumento no número de vagas. Manoel reclamou que estavam partindo para o lado do individualismo, e que desde que fossem defendidos os direitos de todos os companheiros, não deveria importar quem seria escolhido. Pedro Ramos concordou que a escolha não importa, contanto que haja representação. Brulino Caetano dos Santos, do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e Rede Cerrado, insistiu que deve haver uma luta pela defesa dos biomas em que se inserem as comunidades. Danilo pediu uma vaga para os caiçaras, com o apelo de comunidades que não têm como trabalhar devido à proteção ambiental.

O movimento nacional dos pescadores gostaria também de garantir uma vaga. Roberto, da Rede de Faxinais lembrou que seria importante que as comunidades com menos representação no evento não fossem oprimidas como acontece „lá fora“. Diferentes propostas para critérios e subsequente divisão em grupos foram apresentadas. Foi sugerido que caprinocultores e apicultores e coletadores de produtos não madeireiros da Amazônia ficassem na suplência, com os outros 13 grupos identificados na titularidade. Pedro Ramos lembrou: “o complicado é fazer com que nossos anseios se transformem em políticas públicas”. As quebradeiras de coco indicaram a ASSEMA para a suplência de sua representação.

Houve questionamento acerca de porque os coletadores ficariam na suplência, tendo tanta importância. Pedro Ramos lembrou a extensão da Amazônia, dizendo que leva seis dias de barco para chegar a alguns locais. Brulino reclamou a falta de representação dos biomas na divisão proposta. Sônia disse: “Vim representar um povo e quero ser representada, não estou entendendo porque estou sendo descartada, não posso ir para casa e dizer que não somos reconhecidos como povo como os quilombolas ou como os indígenas”.

O limite de horário estipulado pela presidente eleita Leide foi alcançado, e surgiu no último instante a proposta acatada por todos – seria feita uma contra-proposta ao governo para que se expanda o número de membros da comissão para 15, a fim de contemplar todas as comunidades presentes.

##### 5. Seleção dos representantes

O terceiro e último dia de encontro foi iniciado por uma apresentação de ventriloquia, com Osvaldão (o boneco) e Carlos Machado (o bonequeiro), que animou os presentes. No início das atividades houve uma breve recapitulação da decisão da noite anterior. Surgiu uma preocupação de quanto tempo levaria para se fazer outro decreto, pois o presente apenas previa 13 membros.

Devido à paridade prevista no decreto, seria necessário também, que se incluíssem mais dois membros do Governo na Comissão. Após uma sinalização que a revisão do 1 9 decreto não

significaria paralisação dos trabalhos da Comissão, foram eleitas as seguintes representações: Representantes das Quebradeiras de Coco Babaçu: Titular: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) Suplente: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) Representantes dos Seringueiros: Titular: Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) Suplente: CNS Representantes de Agroextrativistas da Amazônia Titular: Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA) Suplente: GTA Representante dos Pescadores Artesanais Titular: Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) Suplente: a definir Representantes dos Sertanejos: Titular: Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (AMAS) Suplente: a definir Representantes dos Quilombolas: Titular: Coordenação Nacional dos Quilombolas (CONAQ) Suplente: CONAQ Representantes das Comunidades de Terreiro: Titular: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) Suplente: Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya Representantes dos Geraizeiros: Titular: Rede Cerrado Suplente: Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado Representantes dos Caiçaras: Titular: Rede Caiçara de Cultura Suplente: União dos Moradores da Juréia (UMJ) Representantes dos Ciganos: Titular: Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI) Suplente: Centro de Estudos e Discussão Romani (CEDRO) Representantes das Comunidades de Fundos de Pasto: Titular: Coordenação Estadual de Fundo de Pasto Suplente: Coordenação Estadual de Fundo de Pasto Representante dos Faxinais: 2 0 Titular: Rede Faxinais Suplente: Rede Ecovida de Agroecologia Representantes dos Povos Indígenas: Titular: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Suplente: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Representantes dos Pantaneiros: Titular: Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (FORMAD) Suplente: Colônia de Pescadores CZ-5 Representantes dos Pomeranos: Titular: Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Branca (AMAPPAB) Suplente: Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (ACAES)

Aderval falou em seguida sobre o próximo passo, que seria a definição da pauta de trabalho da Comissão. Deveriam decidir e deliberar sobre as ações seguintes. As demandas identificadas no dia anterior, em particular as lacunas entre demandas e ações oferecidas pelo governo, deveriam ser priorizadas na composição da pauta. Pediu então que cada grupo apresentasse as cinco demandas prioritárias levantadas no diálogo do dia anterior.

#### 6. Apresentação sobre compatibilização de demandas das comunidades e oferta de ações do Governo

Foram limitadas a 10 minutos as apresentações de cada grupo para fins de cumprimento dos horários planejados.

a) Quilombolas e Comunidades de Terreiro: Demonstraram insatisfação e frustração com a discussão do dia anterior, pois os técnicos que vieram representar os ministérios e programas não tinham poder de deliberação.

Consideraram ter perdido muito tempo com as discussões e disseram estar cansados de levantar demandas inúmeras vezes sem que haja encaminhamentos. Ainda assim, “é importante esse tipo de espaço, para que a comunidade perceba que o diálogo precisa ser mais apurado” disse Jô Brandão. Reclamaram da falta de interação entre as ações do Governo, que parece pulverizar esforços.

Os quilombolas continuam vivendo sob um processo de tutelamento de todas as suas ações, quando deveriam ser reconhecidos como interlocutores. Não querem intermediários na gestão de riquezas, pois se sabem administrar a pobreza, saberão administrar a riqueza também. As demandas levantadas pelo grupo foram:

Demanda 1: Regularização fundiária. A discussão com o MDA gerou uma resposta insatisfatória e desrespeitosa, pois acusaram os quilombolas de não 2 1 pautarem o Governo. Os quilombolas, por sua vez, se sentem induzidos a tomar atitudes que não são de suas práticas.

Demanda 2: Existe uma carteira de projetos, mas não se pensa em fortalecimento institucional para que possam ter acesso ao conhecimento e aos recursos.

Demanda 3: Processo de construção de uma proposta pedagógica em territórios quilombolas, em nível nacional e que leve em conta as especificidades e realidade quilombola.

Demanda 4: Processo de documentação civil das entidades da organização quilombola. Não estão cadastrados no programa Fome Zero, por falta de documentação. Não querem ser isentos de documentação, querem ao contrário terem acesso à documentação.

Demanda 5: Alteração no modelo de cadastro de famílias em programas como o Fome Zero.

Demanda 6: Não fazer com que o programa Fome Zero funcione apenas no cartão, pois só para chegar até a cidade, quase todo o dinheiro é gasto. É preciso se pensar em projetos produtivos para melhorar a soberania alimentar.

b) Pomeranos, Geraizeiros, Sertanejos:

Demanda 1: Acesso e garantia da terra e seus recursos naturais. Falta demarcação de assentamentos. Terras públicas estão sendo invadidas.

Demanda 2: Extrativismo livre, a exemplo da Lei do Babaçu Livre.

Demanda 3: Educação diferenciada para respeitar o ciclo natural de cada comunidade.

Demanda 4: Infra-estrutura básica.

Demanda 5: Reconhecimento e apoio aos conhecimentos tradicionais relacionados à saúde.

c) Povos Indígenas:

Demanda 1: Sobre a demarcação de terras, o número de terras homologadas até o momento é insuficiente, existindo também sobreposição com unidades de conservação. É preciso demarcar território pensando em alternativas que permitam o desenvolvimento da comunidade.

Demanda 2: Educação diferenciada, com modelo diferente do que está sendo imposto. Proposta de concurso público para professores indígenas, pois o relacionamento com as crianças seria melhor. Acesso à universidade que dê aos jovens indígenas condições de conquistar seu espaço na sociedade.

Demanda 3: Terceirização e municipalização da saúde. Tem que ser melhorada a forma de atuação e o atendimento da FUNASA, pois ainda há deficiência na base. Autonomia para departamentos locais.

Demanda 4: Estatuto dos Povos Indígenas.

Demanda 5: Sobre os grandes projetos do Governo, que se tomem providências para impedir estes projetos que estão causando grande impacto ambiental.

Demanda 6: Canais mais eficientes na política pública. Fortalecimento para a FUNAI.

Demanda 7: Maior comprometimento e respeito com as comunidades indígenas, pois só conseguiram falar com o Governo 2 anos após a eleição e ainda assim só porque invadiram o Congresso e se negaram a sair antes de conseguir uma audiência com o Presidente.

d) Agroextrativistas da Amazônia e Quebradeiras de Coco Babaçu:

Demanda 1: Solução da questão fundiária – regularização e destinação de áreas ocupadas por comunidades tradicionais para uso coletivo e sustentável na Amazônia Legal. Aprovação e implementação da lei do babaçu livre, que ainda só funciona em seis municípios do Maranhão. Regularização de áreas já decretadas, RESEX, PAE, PDS, RDS. Rever decretos de criação de unidades de conservação de proteção integral com populações em seu interior.

Demanda 2: Presença do Estado e ação emergencial contra a violência – punição de mandantes, fim das ameaças, re-aparelhamento dos órgãos públicos em equipamento e pessoal, apuração e punição de funcionários envolvidos em esquemas de corrupção, mecanismos mais eficientes para punir crimes ambientais e que funcionem contra os poderosos, pois atualmente o crime compensa.

Demanda 3: Proteção contra o impacto dos grandes projetos – elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável com participação das comunidades locais, implementação prévia deste plano, participação das comunidades na gestão deste plano.

Demanda 4: Planejamento da produção agroextrativista – arranjos produtivos locais, assistência técnica e tecnologia no processamento dos produtos extrativistas, apoio à infra-estrutura para produção (armazenamento, beneficiamento e escoamento), crédito a exemplo do Proambiente e

financiamentos, adoção de tecnologias apropriadas, redução do ICMS no processo de comercialização de produtos extrativistas, apoio a processos já iniciados de auto-certificação.

Demanda 5: Políticas de inclusão social – apoio à efetiva implantação das experiências, reconhecimento pelo MEC como alternativa de educação diferenciada, levar a escola para a comunidade com aprendizado voltado para a realidade local, universidade da floresta, equipar escolas adequadamente, garantir disseminação para implantação de novas unidades, ação concreta e emergencial de expedição de documentos, projeto cidadão, criação de uma política nacional de saúde para populações extrativistas, assegurar direitos previdenciários, humanização do atendimento ao cidadão, desburocratização do processo de aposentadorias.

e) Faxinais, Fundo de Pasto:

Demanda 1: Regularização das áreas de uso comum, respeitando a organização existente, regularização de 400 áreas por meio de convênios entre governo estadual e federal para fundo de pasto, aquisição ou desapropriação de áreas para ampliação de áreas de uso comum para os faxinais.

Demanda 2: Infra-estrutura – instalação de energia elétrica trifásica através do Programa Luz para Todos, no caso dos fundos de pasto. Garantia da manutenção de cercas e saneamento básico para os faxinais.

Demanda 3: Questão produtiva – problemas são o agronegócio, fumo e falta de assistência técnica para os faxinais, já os fundos de pasto pedem assistência técnica para unidades regionais de beneficiamento e certificação, por exemplo.

) Pescadores Artesanais, Caiçaras, Pantaneiros:

Demanda 1: Regularização fundiária das terras das comunidades tradicionais e da pesca predatória.

Demanda 2: Conversão de áreas em Unidades de Uso Sustentável.

Demanda 3: Adequação, garantia e fortalecimento na educação.

Demanda 4: Criação de ordenamento nas áreas para pesca ornamental.

Demanda 5: Segurança marítima e fluvial – regularização de embarcações.

g) Ciganos:

Demanda 1: Desenvolvimento de políticas públicas e projetos de proteção do patrimônio cultural cigano considerando seu conhecimento histórico e respeito à proteção da ecologia estimulando esclarecimentos.

Demanda 2: Acréscimo da cultura cigana à lei que estabelece o sistema nacional de apoio à cultura.

Demanda 3: Cidadania sem estereótipos da imagem.

Demanda 4: Promover um trabalho eficiente e contínuo junto municipalidades para estabelecimento de áreas próprias para receber ciganos.

Demanda 5: Geração de conhecimento – sensibilizar profissionais de saúde, professores e polícia.

Jorg Zimmermann em seguida comentou que algumas das demandas já estão em processo de atendimento, apesar de serem demasiadamente limitados para dar conta da enormidade da diversidade brasileira. “É preciso trabalhar o marco regulatório para permitir acesso das comunidades para não se pensar que quem recebe o recurso é culpado de desvio”. Anunciou que os ministros Patrus e Marina iriam receber os representantes da comissão pela tarde para lacrar o compromisso. “É um momento importante de se avançar”.

Mônica anunciou que à tarde haveria uma sistematização dos pontos mais recorrentes nas demandas, para que fosse priorizada a lista de discussão da Comissão. Quando retornaram todos às 14 horas, Paul e Mônica haviam criado uma lista preliminar para avaliação dos participantes, a partir do índice de ocorrência de cada tipo de demanda apresentada pelos grupos durante a manhã.

Foram priorizadas onze demandas: 1. Regulamentação fundiária e acesso aos recursos naturais; 2. Educação diferenciada; 3. Fortalecimento e formulação da cidadania; 4. Resolução de conflitos em torno da criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral; 5. Dotação de infra-estrutura básica; 6. Saúde diferenciada; 7. Reconhecimento e fortalecimento das organizações sociais; 8. Fomento a projetos de produção sustentável; 9. Garantia de acesso às políticas públicas; 10. Garantia de segurança para as comunidades tradicionais; 11. Proteção contra impactos de grandes projetos.

Após várias sugestões de correções e alterações a serem feitas, a pauta proposta para a comissão ficou assim: 1. Regulamentação fundiária e garantia de acesso aos recursos naturais; 2. Educação diferenciada, de acordo com as características próprias a cada um dos povos tradicionais; 3. Reconhecimento, fortalecimento e formalização da cidadania (exemplo: documentação civil); 4. Não criar mais UCs de proteção integral sobre territórios dos povos tradicionais; 5. Resolução de conflitos decorrentes da criação de UCs de proteção integral sobre territórios de povos tradicionais; 6. Dotação de infra-estrutura básica; 7. Atenção à saúde diferenciada, reconhecendo suas características próprias, valorizando suas práticas e saberes; 8. Reconhecimento e fortalecimento de suas instituições e formas de organização social; 9. Fomento e implementação de projetos de produção sustentável; 10. Garantia de acesso às políticas públicas de inclusão social; 11. Garantia de segurança às comunidades tradicionais e seus territórios; 12. Evitar os grandes projetos com impactos diretos e/ou indiretos sobre territórios de povos tradicionais e quando inevitáveis, garantir o controle e gestão social em todas as suas fases de implementação, minimizando impactos sociais e ambientais.

Aderval apresentou em seguida alguns encaminhamentos para a Comissão.

O primeiro era a revisão do decreto, que acontecerá enquanto se realizam os trabalhos da comissão. Ou seja, não ficarão paralisadas as atividades durante o tempo de revisão. O próximo item da lista de Aderval era o encaminhamento das doze demandas ora levantadas pelos participantes.

Em seguida, será necessária a formação de técnicos e lideranças e a revisão dos marcos regulatórios (garantindo acesso qualificado das comunidades tradicionais às políticas públicas). Finalmente, foi decidido que a periodicidade das reuniões da Comissão seria bimestral, sendo a instauração dos trabalhos da Comissão Ampliada, em meados de setembro, e mais duas reuniões ainda em 2005, em meados de outubro e meados de dezembro. A bimestralidade é preferida para que as deliberações possam ser encaminhadas em tempo hábil ao passo que as reuniões não ficam distantes uma da outra.

Foi questionada a não representação de ONGs no processo. Aderval esclareceu que Mauro Almeida havia submetido há pouco uma proposta de constituição de uma rede de apoio social, composta por especialistas e ONGs de assessoria, que atuaria sempre que demandada pela Comissão. Jô Brandão lembrou que a necessidade ou não de uma rede de apoio depende da vontade da Comissão, para que haja autonomia. Em seguida, foi eleita uma comitiva de representantes das comunidades, para a reunião com os Ministros Patrus Ananias e Marina Silva.

Desse modo, foram escolhidos: em nome do GTA, Maria Leide de Aquino; Sônia Maria Ferreira da Rocha pela AMAS; Josilene Brandão da Costa e Uriel Rodrigues representando o CONAQ; Marcos Savariu pelo COIAB; Francisca Pereira Vieira em nome do MIQCB; Cárita Rosa das Chagas pelo MONAPE; Brulino Caetano dos Santos pela Rede Cerrado, Ana Maria Sales representando as Comunidades de Terreiro; Márcia Yáskara Guelpa pelos ciganos; Pedro Ramos de Souza representando o CNS; Célia Regina das Neves Favacho, representando o FORMAD; Manoel Joaquim de Carvalho em nome da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto; Francisco Ferreira Rodrigues em nome da Rede de Faxinais; Cláudia Regina Sala de Pinho, representando os pantaneiros. Patrícia Stur, representante dos pomeranos.

#### 7. Conclusão do evento

Duas vans partiram do Centro de Formação Vicente Canhas, em Luziânia, Goiás, às 15 horas e 35 minutos de sexta-feira, 19 de agosto de 2005, carregando os representantes de diversas comunidades tradicionais do Brasil, rumo ao encontro com os Ministros Patrus Ananias e Marina Silva. Os passageiros se encontravam munidos de uma pauta para discussão para um trabalho em conjunto entre o governo que aspira à inclusão social de povos historicamente esquecidos e os representantes desses próprios povos. O horário adiantado não permitiu uma avaliação do evento, que havia sido planejada, mas não foi difícil perceber que havia no ar um clima misto de entusiasmo e ceticismo.

**ANEXO 5**  
**Políticas públicas federais, estaduais e municipais que incidem direta e indiretamente sobre o Quilombo do Campinho da independência**  
**(Fonte: Travessia 2021; Pesquisa do autor)**

Políticas públicas de defesa povos tradicionais	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)	Decreto Nº 6.040/ 2007	Federal	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais	Decreto nº. 8.750/ 2016	Federal	Coordenar, acompanhar e monitorar a implementação e a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT e do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em colaboração com os órgãos competentes por sua execução e as previsões orçamentárias para sua consecução
Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária INCRA	Decreto nº 1 110/ 1970	Federal	Realiza a reforma agrária e implementa modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País. Busca solucionar o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País.
FIOCRUZ - Programa de Desenvolvimento de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina	PORTARIA Nº 5578/ 2020	Federal	Em parceria com o FCT a é responsável pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS);
Ministério Público Federal	LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	Nacional	Defesa dos direitos coletivos dos povos e comunidades tradicionais na área da educação diferenciada, reconhecimento territorial, ordenamento turístico comunitário
Defensoria Pública da União (RJ e SP)	LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994	Estaduais	Defesa dos direitos humanos, incluindo dos povos e comunidades tradicionais
Projeto Povos - condicionante petrobrás	Resolução 237/97 do Conama	Federal	Parte do licenciamento ambiental
Proposta de Emenda na Constituição Estadual do para reconhecer os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do RJ	RJ nº 14/2015	Estadual	Em tramitação
Política Municipal de Povos e Comunidades Tradicionais - paraty	Lei nº 1835 de 10 de janeiro de 2012	Municipal	Estabelece Diretrizes e Objetivos para as Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Paraty
Subsecretaria de Povos e Comunidades Tradicionais	Lei nº 1835 de 10 de janeiro de 2012	Municipal	Atua no desenvolvimento de políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais

Políticas públicas de água e saneamento	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Programa de Saneamento Brasil Rural	Portaria nº 3.174/MS	Federal	Programa elaborado em parceria com várias instituições e entes do setor saneamento, que será gerenciado pela Funasa, tem como objetivo atender quase 40 milhões de pessoas das áreas rurais do país até 2038
Plano Municipal de Saneamento Básico - Paraty	Lei 1471/2005	Municipal	Objetivo de organizar o setor de saneamento do município, melhorar a qualidade dos serviços prestados e expandir a oferta de saneamento para todas as áreas urbanas do município.
Políticas públicas de agricultura e combate a fome	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Bolsa Família	LEI Nº 10.836/ 2004.	Federal	O Programa tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Lei nº 11.346/2006	Federal	Estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	DECRETO Nº 7.272/ 2010.	Federal	Articula programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade;
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Art. 19 da Lei nº 10.696/2003	Federal	Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade e à geração de renda; apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização
PNATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Lei nº 12.188/2010	Federal	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2012)	Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012	Federal	Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando melhoria de qualidade de vida à população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)	Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012	Federal	Missão de promover a participação da sociedade na elaboração do Planapo, propondo as diretrizes, objetivos e ações prioritárias a serem desenvolvidas.
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO	MDA, 2016-2019	Federal	Propõe ações articuladas de dez ministérios que formam um conjunto de 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: i) Produção; ii) Uso e Conservação de Recursos Naturais; iii) Conhecimento; e iv) Comercialização e Consumo. Na esfera institucional, para o real alcance de um Plano Brasil Agroecológico, será de fundamental importância o diálogo e a articulação do Planapo com estados e municípios, integrando políticas setoriais no sentido de incentivar, fortalecer e ampliar os sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica.
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa Nacional de Alimentação Escolar	Lei nº 11.947 /2009	Federal	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Diretriz de apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos
Emater - RJ	Decreto-Lei n.º 160 de 01 de julho de 1975.	Estadual	Assistência técnica à agricultura familiar
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei nº 11.947/2009	Federal	Estabelece que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades
Programa Escola de Comer - Paraty		Municipal	O programa ESCOLA DE COMER de Paraty reúne voluntários, professores, merendeiras, nutricionistas e agricultores familiares em um grande esforço para garantir merenda de qualidade para os alunos da rede pública do município. O programa está em andamento desde 2015. Em seu terceiro ano, a ESCOLA DE COMER oferece aos estudantes de Paraty um cardápio ainda mais variado e renova seu compromisso de promover a alimentação saudável nas escolas do município.

Políticas públicas de saúde e bem-estar	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Sistema Único de Saúde	LEI Nº 8.080/ 1990	Federal	O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação
Política Nacional de Atenção Básica/ Estratégia Saúde da Família	Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011	Federal	A ESF visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde. Estabelece uma equipe multiprofissional composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal.
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF)	Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011	Federal	Tem como objetivo melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, de geração, de raça/cor, de etnia e de orientação sexual, objetivando o acesso aos serviços de saúde; a redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas; e a melhoria dos indicadores de saúde e da sua qualidade de vida
Programa Saúde na Escola	Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007	Federal	Visa à articulação das redes públicas de Saúde e de Educação para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino público e creches. Estas ações incluem a avaliação das condições de saúde dos estudantes ( Saúde Bucal, Avaliação da Saúde Ocular, Verificação da Situação Vacinal).
Políticas públicas de cultura, turismo e economia solidária	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Ministério da Cultura - Plano Nacional de Cultura - PNC	Lei 12.343/2010	Federal	Pontos de Cultura são uma base social capilarizada e com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.
Ministério do Turismo - Projetos de apoio ao turismo cultural e ecológico comunitário	Plano Nacional de Turismo 2018-2022	Federal	Apoio ao turismo de base comunitária nos territórios tradicionais
Conselho Municipal de Turismo de Paraty (COMTUR)	Lei Municipal 1920/2013	Municipal	Uma das finalidades é apoiar as comunidades tradicionais na sua estrutura, como atrativos legítimos de turismo cultural e de base comunitária, compartilhando seus saberes e fazeres, enfatizando o respeito às tradições, costumes e crenças
Plano diretor de desenvolvimento turístico de Paraty	Lei complementar 020/04	Municipal	O plano diretor de desenvolvimento turístico é um instrumento de planejamento capaz de orientar o desenvolvimento sustentável do turismo, aliando a conservação de seu patrimônio natural e cultural ao desenvolvimento sócio-econômico do Município de Paraty
Conferência Municipal de cultura - Paraty	Resolução SEMUC Nº 006, de 02 de setembro 2020	Municipal	Objetivo básico é propiciar a ampla participação dos diversos segmentos da sociedade na formulação de posturas que contribuam para uma política pública de cultura na cidade histórica. A princípio, o tema central escolhido para o evento foi Atitude Cultural, do qual serão discutidos os seguintes eixos temáticos: Gestão Pública da Cultura; Economia da Cultura; Comunicação é Cultura; Cultura, Educação e Cidadania; e Patrimônio Cultural.

Políticas públicas de patrimônio	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU	-	Federal com superintendências estaduais (RJ e SP)	Gestão de áreas de praia, terrenos de marinha e ilhas ocupadas tradicionalmente por comunidades caiçaras que somam cerca de 60 núcleos na região
Política de Patrimônio Cultural Material	PORTARIA Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018	Federal	Estabelece que os processos de identificação, reconhecimento e proteção serão considerados como momentos da patrimonialização de um bem cultural material; já os processos de normatização, autorização, participação no licenciamento, fiscalização e conservação serão consideradas formas de Vigilância do patrimônio material; e os processos de interpretação, promoção e difusão serão consideradas formas de Interação com o Patrimônio Cultural.
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	Lei nº 378/1937	Federal	Define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico
portaria IPHAN 2012 - regulamenta processo ocupação urbano e rural de Paraty	PORTARIA N. 402, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012	Federal	Dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional
UNESCO - Paraty e Ilha Grande Patrimônio Misto da Humanidade	Comitê da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)	Internacional	O sítio "Paraty e Ilha Grande: cultura e biodiversidade" é o primeiro sítio misto (natural e cultural). O conjunto de bens naturais e culturais é formado pelo centro histórico de Paraty; as comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas e as unidades de conservação: o Parque Nacional da Serra da Bocaina; o Parque Estadual de Ilha Grande; a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul; e a Reserva Ecológica da Juatinga
Comitê Técnico Sítio Misto Paraty e Angra dos Reis		Regional	Embora haja o comitê instituído ainda não houve reuniões do grupo

Políticas públicas de educação	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Programa Nacional de Educação no Campo	Decreto nº 7.352/2010	Federal	Conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: i) Gestão e Práticas pedagógicas; ii) Formação Inicial e Continuada de Professores; iii) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; iv) Infraestrutura Física e Tecnológica
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo / Mais Educação Campo / Escola da Terra / Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Campo / Luz para Todas as Escolas	Decreto nº 7.352/2011	Federal	Conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: i) Gestão e Práticas pedagógicas; ii) Formação Inicial e Continuada de Professores; iii) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; iv) Infraestrutura Física e Tecnológica
Lei de Diretrizes e Bases da Educação - educação indígena	LEI Nº 9.394/ 1996	Federal	A Educação Escolar Indígena deverá ter um tratamento diferenciado do das demais escolas dos sistemas de ensino, o que é enfatizado pela prática do bilingüismo e da interculturalidade.
Plano Nacional de Educação	Lei 3.005/ 2014	Federal	Prevê a criação de programas específicos para atender às escolas indígenas, bem como a criação de linhas de financiamento para a implementação dos programas de educação em áreas indígenas. Atribui aos sistemas estaduais de ensino a responsabilidade legal pela Educação Indígena; Reconhece o magistério indígena, com a criação da categoria de professores indígenas como carreira específica do magistério e com a implementação de programas contínuos de formação
Política Municipal de Educação Básica do Campo e cria a categoria Escola do Campo no Sistema Municipal de Ensino	Decreto nº 103/2019	Municipal	Estabelece normas e princípios para a implementação da educação básica do campo e cria a categoria escola do campo no sistema municipal de ensino de Paraty – RJ
Plano Municipal de Educação (conferencias municipais e educação diferenciada)	Lei 2028/2015	Municipal	Institui as Conferencias Municipais de educação e incorpora como eixo transversal a educação diferenciada para as comunidades tradicionais que incorpore aspectos étnicos, culturais e rurais
Política Nacional de Educação Ambiental	Lei 9.795/99	Federal	Define as políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promove a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
Programa Nacional de Educação Ambiental - PEA Costa Verde	Instrução Normativa nº2 do IBAMA, de 27 de março de 2012	Federal	Voltada à comunidade e aos grupos sociais do local ou afetados direta ou indiretamente pelo empreendimento;
<b>Políticas públicas de infra-estrutura</b>	<b>Lei/decreto/portaria</b>	<b>Nível Federativo</b>	<b>Resumo</b>
Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos	DECRETO Nº 4.873, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003	Federal	Destinado a propiciar, até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público
<b>Políticas públicas de inclusão social e assistência social</b>	<b>Lei/decreto/portaria</b>	<b>Nível Federativo</b>	<b>Resumo</b>
Lei das Cotas	Lei Nº 12.711/2012	Federal	Garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público
Lei Organica da Assistência Social	Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993	Federal	A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
Política Nacional de Assistência Social - PNAS	RESOLUÇÃO Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004	Federal	A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) juntamente com a <u>Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS) estruturam e regulamentam o</u>
Sistema Único da Assistência Social – SUAS			Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Oferece: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
Centro de Referência a Assistência Social - CRAS	LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.	Federal	É uma unidade pública da Assistência Social que oferece atendimentos individualizados (ou em grupos) a indivíduos e famílias. Nestes atendimentos, as pessoas podem compartilhar questões diversas relativas ao seu dia-a-dia em família e na comunidade, a exemplo das suas dificuldades de relacionamento, de sobrevivência, dos cuidados com os filhos e até situações mais delicadas como violência doméstica.

Políticas públicas de meio ambiente	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Código Florestal Brasileiro	Lei 12.727/2012	Federal	Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos
Lei de Crimes Ambientais	LEI Nº 9.605/1998.	Federal	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Lei do SNUC	Lei Nº 9.985/2000	Federal	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação
Lei da Mata Atlântica	Lei nº 11.428/ 2006	Federal	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989	Federal	É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de I - exercer o poder de polícia ambiental; II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente.
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Lei 11.516/2007	Federal	Executa ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União
Parque Nacional da Serra da Bocaina	Decreto nº 68.172/1971	Federal	A criação do parque teve como objetivo a implantação de um escudo de vegetação nativa, nas escarpas da Serra do Mar como proteção de um eventual acidente nuclear nas usinas de Angra I e II.
Instituto Estadual de Meio Ambiente - INEA	Lei 5101/07	Estadual	Projeto BIG : Cooperação entre a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU), com recursos do Global Environment Facility (GEF), com objetivo central de garantir a conservação e o uso sustentável da Baía da Ilha Grande e de sua biodiversidade terrestre e marinha, considerada de importância global.
Conselho Gestor da APA Cairuçu	Portaria ICMBio nº 533/2	Federal	Revisão participativa do plano de manejo em 2018, reforçando o reconhecimento dos territórios no zoneamento e programas específicos para caiçaras, quilombolas e indígenas como regularização fundiária, TBC, construção de acordos para ordenamento territorial, manejo de recursos hídricos
Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina	Portaria ICMBio nº 103/2010 / Portaria nº200/2015	Federal	O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina busca garantir a legitimidade das representações e a equidade participativa dos diversos setores. O quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor foram homologados pela Coordenação Regional 8 do ICMBio, totalizando 29 instituições-membro.
Conselho Consultivo do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas	Portaria MMA nº 349/ 20	Federal	
Plano de Manejo da APA Cairuçu	Portaria nº 533 de 24 de maio de 2018	Federal	Estabelece novo zoneamento para o território, com normas gerais e específicas para cada zona, caracterizando a situação de todos os envolvidos com o uso do território da APA.

Políticas públicas de ordenamento territorial	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos –. PGIRSU	Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos		
Zoneamento Ecologico Economico Costeiro do Estado do Rio de Janeiro	Realizado em atendimento à Lei Federal nº 7.661/1988	Estadual	Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em fevereiro de 2013, ressaltando os principais avanços e desafios desse importante instrumento de gerenciamento, cujo objetivo principal é orientar o ordenamento das faixas terrestre e marinha da Zona Costeira. De responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o ZEEC está sendo elaborado pela Diretoria de Gestão das Águas e do Território (Digat), por meio da Gerência de Instrumentos de Gestão do Território (Geget), em atendimento à Lei Federal nº 7.661/1988, que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty	Portaria	Municipal	O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado é um instrumento de planejamento capaz de orientar o desenvolvimento sócio-político e econômico do município de Paraty - Monumento Nacional, considerando prioritariamente as ações de preservação cultural e natural e atendendo a construção de uma ordem social justa que tenha no direito à vida e no reconhecimento dos direitos sociais o seu compromisso fundamental
Codigo de Obras de Paraty	Lei 655/83	Municipal	Disciplina e estabelece normas para construções
Plano de Gestão do Patrimônio Sítio Misto Paraty e Angra dos Reis		Regional	O título da Unesco cria um compromisso internacional de preservação do local. O plano de gestão compartilhada do sítio, construído com representações locais, mapeia riscos e aponta ações para minimizar possíveis ameaças ao valor universal excepcional de Paraty e Ilha Grande.
Artigos Constitucionais	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Artigo 215	CF	Federal	O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
Artigo 216	CF	Federal	Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
Artigo 225	CF	Federal	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações
Ordenamento Internacional	Lei/decreto/portaria	Nível Federativo	Resumo
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Nações Unidas, 2015	Supranacional	Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.
Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais	OIT, 1989	Supranacional	Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.
Convenção da Diversidade Biológica	DECRETO Nº 2.519, DE 16 DE MARÇO DE 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no	Supranacional	A Convenção está estruturada sobre três bases principais – a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos – e se refere à biodiversidade em três níveis: ecossistemas, espécies e recursos
Fórum Social Mundial	Movimentos Sociais, desde 2001	Internacional	O Fórum Social Mundial (FMS) é um encontro anual internacional articulado por movimentos sociais, ONGs e pela comunidade civil para discutir e lutar contra o neoliberalismo e contra desigualdades sociais provocadas pela Globalização.